



REVISTA HOMINUM

ISSN 2316-4808

VOL. 03 - EDIÇÃO Nº 16 - DEZEMBRO / 2014

ISSN
2316-4808



Edição Nº 16
DEZ/2014

Revista Hominum

Revista Semestral de História

Editora Chefe

Esp. Cintia Rufino Franco Shintate (PUCSP)

Conselho Editorial

Dra. Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro (UFF)

Dr. José Luiz Goldfarb (PUC/SP)

Dr. Pedro Ernesto Fagundes (UFES)

Daniel Gomes (ESTACIO-FIC)

Mestrando Guilherme Ignácio Franco de Andrade (UNIOESTE)

Doutorando Felipe Cazetta (UFF)

Conselho Científico

Esp. Cintia Rufino Franco Shintate (PUCSP)

Mestrando Guilherme Ignácio Franco de Andrade (UNIOESTE)

Mestre André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos

Mestre Márcio Moraes (UFRPE)

Doutorando Felipe Cazetta (UFF)

Dra. Renata Duarte Simões (USP)

Mestranda Carla Adriana Menegotto (UFABC)

Ms. Diana Milena Heck (UEM/UNIOESTE)



EDITORIAL

Devido o grande volume de artigos enviados envolvendo a temática História e Esportes, o Conselho Editorial da Revista Hominum decidiu lançar uma segunda edição dedicada ao tema.

Assim, a Revista Hominum possui, nesta edição, artigos que privilegiam temas relacionados a História e ao Esporte. O esporte é uma das mais importantes manifestações culturais dos últimos séculos. Possuindo sua configuração articulada com outras dimensões sociais, econômicas e políticas, sendo importante ferramenta nos processos de construção de identidade, de classe, de gênero, de etnia, de nação.

Durante o percurso da História podemos compreender o esporte como algo muito mais complexo que apenas uma prática esportiva. O esporte foi também utilizado como forma de controle social, como eixo de rivalidades nacionais e como projetos de desenvolvimento nacionais. Podemos também salientar a Copa do Mundo e as Olimpíadas durante os períodos ditatoriais e da Guerra Fria, como eventos que foram utilizados como demonstrações de forças e desenvolvimento pelas potências militares.

Esta edição também contemplará artigos que procuram reconstruir e contar o surgimento de cada esporte específico, que trabalha com as lendas e personagens que fizeram história dentro do esporte. A revista propõe uma



troca de experiências entre os pesquisadores que trabalham com a temática do esporte na História, mas também é composta por textos que trabalham e discutem a historiografia, as fontes e as questões didáticas e teórico-metodológicas de sua área específica.

Da mesma forma, em seu interior, possui artigos que contemplam não apenas a temática do dossiê, mas outros temas e tempos históricos.

Mestrando Guilherme Ignácio Franco de Andrade (UNIOESTE)

Doutorando Felipe Cazetta (UFF)

Cintia Rufino Franco Shintate (Editora Chefe da Revista Hominium)



Sumário

1 - JUDÔ: DA ORIGEM À ESPORTIVIZAÇÃO E SUA ATUAL RELEVÂNCIA PARA O CENÁRIO ESPORTIVO BRASILEIRO	7
2 - PALESTRA ITÁLIA E CORINTHIAS: CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES PARA O INGRESSO NAS LIGAS DE FUTEBOL.....	23
3 - TORCIDAS, ORGANIZAÇÕES E VIOÊNCIA: OUTRAS CONEXÕES.....	38
4 - POLÍTICA E ECONOMIA NO FUTEBOL EM PORTO ALEGRE, 1909 – 1919.....	52
5 - A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM POLÍTICA DE HITLER NO DOCUMENTÁRIO: O TRIUNFO DA VONTADE.....	71
6 – A FACE DO CRISTIANISMO COPTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO MONÁSTICO EGÍPCIO.....	86
7 – A MEMÓRIA COMO FONTE DE PESQUISA: CONSTRUINDO IDENTIDADES:.....	103
8 – CASEMIRO DE SENA MADUREIRA E A DIRETORIA GERAL DOS ÍNDIOS DA PROVÍNCIA DA BAHIA (1850-1858).....	116
9 - O MARXISMO DE MILCÍADES PEÑA (1933-1965).....	132
10 – O PCB E A REVOLUÇÃO NACIONAL-DEMOCRÁTICA: DEBATES EM TORNO DAS QUESTÕES NACIONAL, BURGUESA E CAMPESINA NA FORMAÇÃO DA NOVA LINHA POLÍTICA DO PARTIDO (1954-1960).....	148
11 – REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE HISTÓRIA E DE SEU LUGAR NA CONTEMPORANEIDADE	164

ISSN
2316-4808



Edição Nº 16
DEZ/2014

Dossiê História e Esporte



JUDÔ: DA ORIGEM À ESPORTIVIZAÇÃO E SUA ATUAL RELEVÂNCIA PARA O CENÁRIO ESPORTIVO BRASILEIRO.

*Antonio Carlos Tavares Junior**

*Luiz Henrique da Silva***

*Alexandre Janotta Drigo****

Resumo: Ao sistematizar, selecionar, aplicar e aprimorar técnicas do antigo ju jitsu no Japão, Jigoro Kano, em 1882, idealizou e criou uma nova modalidade de luta e desporto, o judô, que posteriormente em Tóquio –1964 integraria o programa olímpico, tornando-se, atualmente, um dos esportes mais praticados no mundo. A introdução desta modalidade no Brasil ocorreu no início do século XX em decorrência de dois fatores: imigração japonesa, restrita a pequenos clãs e a vinda de um lutador conhecido como Conde Koma, que disseminou o judô, promovendo desafios de Vale-Tudo. Hoje, possui um grande número de praticantes federados no país, e vêm sendo apontado pela mídia brasileira e pelo COB (Comitê Olímpico Brasileiro) como uma das grandes potências competitivas no cenário internacional, se destacando nas últimas competições importantes (Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Copas do Mundo e Jogos Pan-Americanos).

Palavras chaves: judô, esporte, história.

Antes do judô

Em 1556, o Japão passou a viver sob o regime de xogunato, após um período tumultuado envolto em guerras civis. A sociedade japonesa sofreu uma reconfiguração, ficando o poder dividido entre grandes proprietários de terra (os daimiôs, espécies de senhores feudais). Antes unificada e comandada pelo imperador, passou a ser liderada pelo Xogum, um comandante militar. O papel do imperador tornou-se simbólico, ficando isolado no castelo de Kyoto (MARTINS e KANASHIRO, 2010). Em 1603, quando o imperador japonês outorgou o título de Xogum a Ieyasu Tokugawa, iniciava-se a Era Tokugawa (também conhecida como Era Edo). Ele e seus descendentes, sucessores no poder, adotariam medidas com intuito de preservar a paz e manter a ordem recém-conquistada, destacando o veto ao cristianismo (agradando solicitação de chefes budistas e xintoístas), a proibição da ida de japoneses ao exterior, a interdição do acesso de estrangeiros ao país e a restrição do comércio internacional, mantendo relações apenas com China, Coréia e Holanda, que tinham autorização para aportarem seus navios somente na ilha de Dejima (MORI e GLAUJOR, 2008). Essa Era foi



marcada por castas sociais bem definidas, representadas por ordem de importância pelos daimiôs, samurais, lavradores, artesãos e comerciantes (MARTINS e KANASHIRO, 2010).

Nesse cenário destacaram-se os samurais. Era um período de ouro para esses guerreiros, que praticavam uma luta milenar denominada ju jitsu, com o intuito de subjugar o oponente, não sendo rara a morte de um dos combatentes. Segundo alguns historiadores japoneses, o ju jitsu existe desde 630 a.C., porém o relato mais antigo de combate data de 230 a.C., quando um oponente foi morto, em uma luta sem regras, na presença do imperador Taimano Kehaya (ROBERT, 1976). Os samurais possuíam muito prestígio, eram os únicos que tinham autorização para portar armas (sabres) no território japonês e tinham incumbência de proteger as vastas propriedades dos daimiôs. Escolhidos, inicialmente, por sua destreza e força, tornaram-se uma casta de genealogia nobre. O bushido (código de honra) e o estilo de vida foram, com certeza, a maior herança que os samurais deixaram para a sociedade japonesa e para as artes marciais orientais (DALL'OLIO, 2008).

Segundas Ruas (s/d), o bushido visava aprofundar e estabelecer princípios de honra, de dignidade, de intrepidez, de lealdade e de obediência. Sugai (2000), reforça que não era um documento escrito e sim valores morais que moldavam o espírito samurai e eram transmitidos aos mais jovens ao longo de inúmeras gerações. Martins e Kanashiro (2010, p.642), caracterizam esses guerreiros da seguinte maneira:

[...] Ao se sentirem desonrados ou derrotados, os samurais preferiam cometer o seppuku (morte voluntária) e recuperar a sua honra a viver envergonhado e ser considerado covarde [...] O samurai deveria ser corajoso, não temer a morte e ser fiel ao seu daimiô. Sua rotina incluía muita disciplina para o trabalho e treinos para poder ser o melhor guerreiro que seu daimiô poderia ter, pois afinal o significado literal da palavra samurai é aquele que serve.

O Japão manteve essa política isolacionista até 1853, quando os Estados Unidos, sob o comando do Comodoro Matthew Perry, pressionaram os japoneses para que abrissem os portos aos estrangeiros. Os americanos estavam interessados, principalmente, no comércio de carvão (abundante em território japonês), pois a



tecnologia a vapor dependia desse mineral de grande valor. Também entendiam que o território japonês era um ponto estratégico de parada para seus navios. Assim, deram um ano para os japoneses decidirem sobre a abertura ou teriam que enfrentar as consequências de uma guerra. (MARTINS e KANASHIRO, 2010). Após meses conturbados, com muitas consultas aos daimiôs sobre como lidar com as exigências estrangeiras, os japoneses resolveram negociar. Não estavam propensos a enfrentar um conflito bélico correndo o risco de serem derrotados e obrigados a aceitarem imposições e tratados desfavoráveis e humilhantes (ZACARIAS, 2008). Esse período culminou com o Tratado de Kanagawa, em 1854, selando a paz entre os dois países e permitindo aos americanos o livre acesso a dois portos japoneses.

O sucesso dos americanos inspirou os países europeus que não demoraram em exigirem, também, livre acesso. Logo, o Japão encontrava-se em uma nova realidade, deixava de ser uma nação isolada e iniciava uma modernização norteada pela presença capitalista, enfraquecendo e findando o xogunato e a Era Tokugawa (MARTINS e KANASHIRO, 2010). Começava, então, a Era Meiji, ocorrendo o resgate da centralização do poder nas mãos do imperador, que tinha intenção de dissolver as compartimentações (“sistema feudal”) que marcaram o período do xogunato. Em uma de suas primeiras medidas tornou o serviço militar obrigatório com o intuito de proteger-se de possíveis revoltas e de formar um exército nacional. Com atitudes centralizadoras reforçou seu poder e estrutura e reafirmou o poder do novo governo (COGGIOLA, 2008).

A reforma não tinha como alvo os samurais, até porque eles levaram ao trono, em 1868, o jovem imperador Meiji, mas seu impacto foi sentido por essa classe. Aos poucos e após inúmeras tentativas as castas se desfizeram, deixando os samurais com menos prestígios e funções, já que não tinham mais os feudos e senhores para servirem. Surgiram os ronins, guerreiros sem daimiôs, que atuavam como mercenários, vendendo seus serviços samurais a quem se dispusesse a pagar, inclusive empresários europeus e americanos que cruzavam o país ao lado desses “guardas - costas” (YAMASHIRO, 1987).



Alguns bushis (guerreiros) resistentes à influência estrangeira resolveram lutar pela preservação das tradições samurais. Destacam-se os líderes Saigo Takamori, ex-ministro da guerra que criou uma escola de samurais e Etô Shimpei, ex-ministro da justiça, que abandonaram o governo por discordarem de seus novos ideais. Derrotados em uma revolta, Etô Shimpei foi decapitado e teve a cabeça exposta objetivando apaziguar aquele tempo de amotinação. O golpe final ocorreu em 1876, quando um decreto imperial proibiu que os samurais usassem o sabre ou katana (arma símbolo da casta), restringindo o porte de arma apenas aos oficiais do exército. Agora, os guerreiros encontravam-se sem feudos, sem prestígio e sem o próprio símbolo de sua existência. Muitas insurgências eclodiram, com o ideal de preservação samurai, sendo todas abafadas pela polícia e ou o exército nacional e suas novas armas. Em 1877, na última grande batalha entre samurais e império, Saigo, ferido no quadril, praticou o Seppuku (ritual de suicídio), para preservar sua honra (MEULIEN, 2006).

O exército, construído nos moldes ocidentais, bem como a disseminação da arma de fogo no Japão, substituiu os guerreiros, dissolvendo de vez a casta samurai. Toda a sociedade japonesa passou, então, por um processo de ocidentalização, ameaçando a propagação e perpetuação de suas culturas e tradições, incluindo suas lutas.

Surge o judô

Dentro desse turbilhão de novidades e pensando em resguardar a cultura e tradição nipônica, porém com significado diferenciado e que atendesse as novas realidades sociais, Jigoro Kano, um estudioso que extraiu e aprimorou técnicas dos vários estilos de ju jitsu antigo, criou o judô. Ju significa suavidade, e dô, caminho. A arte do caminho suave, aquela que utiliza a força e deslocamento do adversário para vencê-lo (TAVARES JR, 2003).

Suas convicções mantinham os princípios do bushido, porém sem o caráter letal de antes. Com novas regras e condutas sociais e consequente estabilização e pacificação do Japão, assistiu-se a transformação do Bujutsu (técnica do guerreiro) em Budô



(caminho do guerreiro). O Budô é a versão moderna do Bujutsu, disciplinas que podiam ser treinadas apenas pelos samurais (bushis) com intuito de serem usadas em batalha. A “técnica” passou a ser substituída pelo “caminho”, disponível a todos como forma de educação corporal e elevação espiritual, que posteriormente se transformaria em esporte, e não mais uma técnica de combate usada para subjugar o inimigo (MARTINS e KANASHIRO, 2010).

Segundo relatos históricos, Kano nasceu em 1860, em Mikage, no distrito de Hyogo – Japão. Considerado um visionário, de inteligência ímpar, com espírito empreendedor e muito perspicaz, ele iniciou sua prática no ju jitsu em 1877, aos 17 anos, na Escola Tenjin-Shinyo-Ryu com o professor Hachinosuke Fukuda, simultaneamente com o ingresso na Universidade Imperial de Tóquio. Com a morte de Fukuda em 1879, Kano começou a praticar com o Mestre Iso, da escola Tenjin – Shingo, chegando a ser vice-presidente dessa entidade. Após falecimento de Iso, começou a praticar, em 1881, na escola Kito do Mestre Iikugo, mesma época em que finalizou sua licenciatura em letras (SANTOS, 2007). Com 1.55 m, e não mais que 55 quilos, era franzino e frágil e precisava desenvolver habilidades e tenacidade para compensar essa inferioridade física (VIRGÍLIO, 1986). Tendo estudado com os melhores praticantes de ju jitsu da época e com um ideograma filosófico baseado na Arte Zen (corrente influenciada pelos valores e preceitos do Taoísmo, Confucionismo, Xintoísmo e Budismo), vivenciou, extraiu, aperfeiçoou e criou golpes e normas sistematizando-os em um conjunto de técnicas e condutas, concebendo um novo método eficiente, esportivo, inteligente e com finalidade nobre, o qual seria regido pela busca da “eficiência máxima do uso do corpo e da mente para o benefício e o bem estar mútuos” (KANO, 1887 In Energia Mental e Física, 2008). Queria instituir um instrumento único de educação integral, com componentes físicos, morais, espirituais e científicos, baseado nas leis da dinâmica, principalmente; a ação-reação e o funcionamento da alavanca, tudo isso oposto à violência e ao empirismo de outrora. Em 1882 fundou sua própria escola, a Kodokan (SUZUKI, 1986).

Baseou a nova modalidade em duas grandes máximas (VIRGÍLIO, 1986):

- SEIRYOKU ZENYO (o melhor uso da energia).



- JITA KYOEI (prosperidade e benefícios mútuos).

Preocupado em estabelecer valores, Jigoro Kano estabeleceu 09 princípios que deveriam ser seguidos para trilhar o “caminho suave” integralmente. Eles compõem o corpo moral do Judô e seriam aplicados dia-a-dia no dojô. São citados por Virgílio (1986, p. 25):

1. Conhecer-se é dominar-se, dominar-se é triunfar.
2. Quem teme perder já está vencido.
3. Somente se aproxima da perfeição quem a procura com constância, sabedoria e, sobretudo, humildade.
4. Quando verificares, com tristeza, que nada sabes, terás feito teu primeiro progresso no aprendizado.
5. Nunca te orgulhes de haver vencido um adversário. Quem venceste hoje poderá derrotar-te amanhã. A única vitória que perdura é a que se conquista sobre a própria ignorância.
6. O judoca não se aperfeiçoa para lutar. Luta para se aperfeiçoar.
7. O judoca é o que possui inteligência para compreender aquilo que lhe ensinam e paciência para ensinar o que aprendeu a seus companheiros.
8. Saber cada dia um pouco mais, utilizando o saber para o bem, é o caminho o verdadeiro judoca.
9. Praticar o judô é educar a mente a pensar com velocidade e exatidão, bem como ensinar o corpo a obedecer corretamente. O corpo é uma arma cuja eficiência depende da precisão com que se usa a inteligência.

Durante algum tempo, Kano e seus alunos moraram juntos no templo budista de Eishosi, sede da Kodokan, dedicando-se ao treinamento da nova arte, em tempo integral (SANTOS, 2007). Estruturavam-se assim as primeiras formas, divisão de técnicas e métodos de treinamento no judô.

Jigoro Kano e a difusão do judô

Jigoro Kano queria disseminar a prática do judô pelo Japão, pois entendia que ele continha um arcabouço cultural muitas vezes desprezado naquele momento histórico. Mesmo as lutas e suas bagagens históricas e culturais tinham pouca relevância para os intelectuais da época. Devido sua formação catedrática e influência (chegou a ser alto funcionário do ministério da educação) o judô fora incluído dentro do currículo escolar, com intenção de colaborar para a formação dos jovens de maneira mais



patriótica e autônoma. Kano era bastante viajado e politizado, falava inglês fluentemente e interessava-se por conhecer novos modelos educacionais. Suas ideias de um esporte que contribuísse integralmente para a educação eram influenciadas pela Educação Física inglesa e revolução industrial, além de filósofos como Kant e Comte. Achava que o Japão precisava evoluir para alcançar o nível cultural, político e econômico dos países europeus e dos EUA e que o judô, que aos poucos tornou-se o centro das artes marciais do Japão, poderia ser a ferramenta ideal para que o país obtivesse progresso nesses quesitos (VILLAMÓN, 1999).

Durante alguns anos, Kano e seus alunos foram constantemente desafiados por lutadores que queriam provar seu sistema. A Kodokan, aos poucos, tornou-se local de encontro de diversas escolas de outras artes marciais, de comissões de mestres para pesquisas sobre as lutas e associações culturais. Porém, o grande reconhecimento público do novo sistema ocorreu em 1886, em um campeonato realizado pela polícia metropolitana de Tóquio, onde os alunos de Kano duelaram contra mestres de antigas escolas de ju jutsu e venceram nove e empataram uma luta, em dez disputadas. Esse foi o marco para que o judô fosse aceito pelo povo e governo japonês como sucessor do antigo ju-jutsu, sendo os vencedores nomeados instrutores da polícia. Entre 1889 e 1891, em tentativa de expandir e apresentar suas novas ideias, Jigoro Kano e seus melhores alunos viajaram à Europa para divulgar a nova arte. No entanto, no geral, essas expedições não foram tão produtivas e não atingiram o objetivo inicial de divulgação e difusão do judô (VIRGÍLIO, 1986).

Tornando-se cada vez mais influente e respeitado no Japão, sensei Kano foi nomeado, em 1891, diretor da Escola Superior da Educação e em 1893, conselheiro do Ministério da Cultura (KANO, 1887 In Energia Mental e Física, 2008). Em 1897, o governo japonês cria o Butokukai, um centro de estudos de artes militares, sendo Kano, em 1899, nomeado presidente da comissão de artes marciais desse instituto, onde mais tarde, em 1907, fundaria os 03 primeiros katas do judô (SANTOS, 2007). Entre 1902 e 1905 em incursão pela China, fez palestras e apresentações, mas encontrou grande resistência e novamente não teve sucesso na tentativa de internacionalização do judô (VIRGÍLIO, 1986).



Kano conciliava todas suas atividades com a administração da Kodokan, que ganhava cada vez mais prestígio dentro do território nipônico, até alcançar o status de instituição pública, em 1909 (SANTOS, 2007). Nesse mesmo ano, Kano foi convidado pelo barão francês Pierre de Coubertin, idealizador dos Jogos Olímpicos, para ser o primeiro membro oriental do Comitê Olímpico Internacional (VIRGÍLIO, 1986). Estava cada vez mais convencido de que a educação global que desejava para seu povo viria também através do treino do corpo e dedicava-se cada vez mais em incutir a importância desses procedimentos na sociedade japonesa. Foi eleito, em 1911, presidente da Federação Desportiva do Japão, cargo que ocupou por 10 anos (VIRGÍLIO, 2002).

Entre os anos de 1912 e 1913, Jigoro Kano obteve seus primeiros louros na tentativa de internacionalização de sua arte marcial. Yoshiaki Yamashita, um dos seus melhores discípulos, em missão aos EUA, cativou o então presidente norte americano, Theodore Roosevelt, que tornou-se seu aluno (VIRGÍLIO, 1986). A partir de 1920, começou a dedicar-se integralmente ao judô que já era bastante reconhecido no Japão e começava a proliferar-se pelo mundo por intermédio de seus discípulos, destacando-se: Gunji Koisumi que introduziu o judô na Grã-Bretanha; Ishiguro e Kawaishi que apresentaram o “caminho suave” à França, Bélgica, Espanha e Países Baixos; Mitsuyo Maeda, Tomita, Satake, Ono e Ito que viajaram pelas Américas, inicialmente nos EUA, passando depois pela América Central, até que Maeda transferiu-se para o Brasil (VIRGÍLIO, 2002). Seu vínculo e admiração pelo esporte em geral e a intenção de estruturar o judô para que fosse incluído no hall de modalidades olímpicas, levaram-no a tornar-se conselheiro do Gabinete de Educação Física do Japão e a fazer parte do Conselho dos Jogos Olímpicos. Assistiu aos Jogos Olímpicos, participando ativamente das assembleias gerais, em 1928, 1932 e 1936. Em 04 de maio de 1938, voltava de navio do Cairo, onde realizou-se assembleia geral do COI, quando faleceu aos 78 anos. Via rádio, ainda no Egito, havia anunciado que o Japão seria a sede dos Jogos Olímpicos de 1940 (VIRGÍLIO, 1986).

Quis a história que as verdadeiras ambições de Kano se concretizassem após seu falecimento, por um rumo tortuoso. Com a ocupação do território japonês pelas forças



aliadas, em 1945, após derrota na segunda guerra mundial, todas as atividades inspiradas no bushido, que haviam sido invocadas pelo império nipônico para inspirar seus combatentes, foram proibidas, incluindo a prática de artes marciais e o judô que ficou restrito ao ensino nas escolas. Aos poucos, percebendo a beleza e eficiência das técnicas criadas por Kano, despertou-se a curiosidade estrangeira. Em 1946, os professores da Kodokan receberam autorização para ensinar às tropas aliadas e logo o judô foi liberado na forma apresentação e esporte. Esses acontecimentos foram cruciais para a disseminação e reconhecimento mundial do desporto judô. Ao voltarem para casa, após a desocupação, muitos soldados conheciam, admiravam e continuaram a praticar e difundir essa nova modalidade de combate (ROBERT, 1976; THOMSOM, 1989).

O judô espalhou-se pelo mundo rapidamente, tendo como principais focos fora do oriente: Estados Unidos, Inglaterra e França, país onde implementou-se mais cores de faixas, aumentando as graduações intermediárias e colaborando para alavancar a esportivização. Com a ramificação do judô foram surgindo federações em vários países, resultando na estruturação e surgimento de campeonatos da modalidade. Em 1948, surgiu a União Europeia e Federação Japonesa de Judô e em 1949 a União Asiática. O primeiro Campeonato Europeu data-se de 1951, e foi realizado em Paris. Nesse mesmo evento fundou-se a FIJ (Federação Internacional de Judô), que teve como primeiro presidente Risei Kano (filho de Jigoro Kano). A União Pan-americana foi fundada em 1952 e a União Africana em 1963. Em 1956 foi realizado o primeiro Campeonato Mundial em Tóquio e em 1964 estreou como esporte olímpico, também em Tóquio. (ROBERT, 1976).

A esportivização do judô, com federações estabelecidas e campeonatos disputados por todo o mundo, ratificou a difusão da modalidade, sendo atualmente um dos esportes mais praticados e reconhecidos por todo o Globo (NUNES e RUBIO, 2012). Sua importância social é notória, pois não raramente, médicos, fisioterapeutas, psicólogos e pedagogos recomendam a prática de judô para auxiliar no tratamento de problemas de saúde (obesidade, bronquite, hiperatividade e problemas posturais) e para minimizar problemas de relacionamento (disciplina, agressividade e timidez), mesmo

sem comprovação científica consolidada (GEESINK, 2005). Em 2013, a UNESCO (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas) divulgou parecer considerando o judô o melhor esporte como formação inicial para crianças e jovens de 04 a 21 anos por promover o aprimoramento, através do relacionamento com outras pessoas, de todas as possibilidades psicomotoras: localização espacial, lateralidade, jogar, puxar, empurrar, rastejar, pular, rolar, cair, coordenação conjunta e independente de mãos e pés, utilizando o jogo e a luta como um integrador dinâmico (CBJ, 2013). Ao analisarmos essas evidências e o atual status conferido ao judô, percebemos que Jigoro Kano conseguiu concretizar sua utopia de popularização e disseminação de sua modalidade de combate.

Judô no Brasil

A imigração japonesa teve grande importância para a introdução do judô no país. Os primeiros imigrantes chegaram a bordo do navio Kasato Maru, que desembarcou no porto de Santos, em 1908 (CALLEJA, 1979; VIRGÍLIO, 1986; SANTOS, 2007). Os japoneses tinham intenção de fazer fortuna e retornarem ao oriente e o judô era uma das formas de diversão e manutenção da cultura da colônia nipônica que aqui se instalava (NUNES e RUBIO, 2012).

Não havia uma missão planejada e enviada oficialmente pela Kodokan com intenção de difusão da modalidade (DRIGO, 1999), porém desembarcaram em terras brasileiras pelo menos 02 membros vinculados à instituição: Mitsuyo Maeda (Conde Koma) e Soishiro Satake (NUNES e RUBIO, 2012). A data de chegada de Conde Koma, o personagem de maior destaque nos primórdios da divulgação do jiu jitsu e judô no Brasil, é polêmica. Alguns pesquisadores, baseados em seu passaporte, afirmam que ocorreu em 14 de novembro de 1914, em Porto Alegre (VÍRGILIO, 1986; DRIGO, 1999; DOS SANTOS, 2007). Entretanto, achados recentes dão conta de que Conde Koma, oferecia aulas de jiu jitsu, por meio de anúncios no jornal O Estado de São Paulo, já em 17 de Julho de 1914, na cidade de São Paulo. O jornal Correio Paulistano mencionou em 23 de Setembro de 1914, espetáculo apresentado por lutadores



japoneses, no Teatro Variedades, fazendo menção a Conde Koma, intitulado “Campeão Mundial de Jiu Jitsu”. Satake também fez parte dessa apresentação. Em 14 de novembro de 1914, data tida como chegada da trupe, os lutadores japoneses estavam se apresentando no Circo Spinelli, no Largo do Arouche (LAYDNER e TAKAO, 2013).

Esses “lutadores/professores”, acompanhados de Shimisu, Raku, Okura, Matsuura e Akiyama rodaram o Brasil (Ribeirão Preto, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, Recife, Belém e Manaus) realizando desafios e demonstrações, participando de lutas com regras estipuladas pelos próprios lutadores, muitas vezes oferecendo prêmios em dinheiro, àqueles que porventura os derrotassem, vencendo muitas vezes adversários maiores e mais pesados colaborando para a fama da nova arte marcial, então nomeada como Jiu Jitsu Kano (DRIGO, 1999; NUNES, 2011; LAYDNER e TAKAO, 2013). Maeda fixou-se em Belém e Satake em Manaus, onde abriram escolas para ensinar suas técnicas. Conde Coma teria oferecido seus serviços à Academia Militar e ao Exército, implementando o treinamento de Jiu Jitsu Kano aos militares (VÍRGILIO, 2002; NUNES et al., 2005; GRACIE, 2008).

A imigração japonesa persistiu em grande contingente até o início da Segunda Guerra Mundial, interrompida por breve período, e recomeçando alguns anos após término da guerra, trazendo com ela inúmeros adeptos do “caminho suave”. O judô se desenvolveu principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro em locais onde o clima era propício ao plantio, já que a agricultura e o manejo da terra eram as principais formas de subsistência dos imigrantes que aqui chegaram. Sua prática ficou restrita às colônias japonesas aqui radicadas, já que estas não se miscigeraram de imediato à cultura brasileira, sendo o judô e suas estruturas tradicionais conservadas por seus pioneiros, tendo reflexos até os dias de hoje em inúmeros locais do país (DRIGO, 1999; SAKURAI, 2007; TANNO, 2008).

Virgílio (2002) e Suzuki (1994) enumeram os imigrantes que tiveram influência e destacaram-se conseguindo organizar a prática de judô no país, os quais Nunes sintetiza (2011, p.49 e 50):



[...] Apenas no final da década de 20 e início dos anos 30 foi que chegaram ao Brasil os imigrantes que conseguiram organizar no Brasil as práticas de judô e kendo no país. Em São Paulo destaque para Tatsuo Okoshi (1924); Katsutoshi Naito (1929); Tokuzo Terazaki (1929 em Belém e 1933 em São Paulo); Yassuishi Onu (1928); Sobei Tani (1931) e Ryuzo Ogawa (1934). No norte do Paraná as cidades de Assaí, Uraí e Londrina o judô dá seus primeiros passos com Sadai Ishihara (1932); Shunzo Shimada (1935) [...] Os primeiros professores a chegar ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil, foram Massami Ogino (1934); Takeo Iano (1931) e Yoshimasa Nagashima (1935-6 em São Paulo e 1950? Rio de Janeiro) [...]

Os imigrantes japoneses de maneira geral foram mais importantes para a disseminação do judô do que Conde Coma e seus desafios. Parece que Maeda teve mais contribuição para a criação do jiu jitsu brasileiro ou Gracie jiu jitsu, do que para a configuração desportiva do judô, já que Carlos Gracie, patriarca da famosa família brasileira de lutadores, foi aluno direto de Maeda, em Belém. Satake teria tido muito mais influência e sido muito mais importante para a divulgação do esporte idealizado por Kano (VIRGÍLIO, 2002; NUNES, 2011; LAYDNER e TAKAO, 2013).

O judô e sua relevância esportiva no Brasil

As primeiras competições de judô em território brasileiro foram organizadas pela Federação Brasileira de Pugilismo, reguladora dos “esportes de ringue e luta” (SOARES, 1977; CALLEJA, 1979). A institucionalização do esporte começou a ocorrer com a fundação da Federação Paulista de Judô, em 17 de abril de 1958, seguida pela instauração das Federações do Rio de Janeiro (09/ago/1962), Paraná (07/out/1961) e Minas Gerais (10/jun/1961). O primeiro Campeonato Brasileiro de Judô ocorreu em 1954, na cidade do Rio de Janeiro e o segundo em 1957, em Belo Horizonte. Em 1965, também no Rio de Janeiro, o Brasil foi sede do 4º Campeonato Mundial de Judô, o que colocou de vez o país, no cenário mundial do esporte. A Confederação Brasileira de Judô foi criada em 1969 (SUZUKI, 1994; DRIGO, 1999; SHINOHARA 2005; NUNES e RUBIO, 2012).

Aos poucos o novo esporte conquistou espaço e algumas poucas conquistas internacionais começaram a aparecer, colaborando para a massificação da modalidade

que ganhava inúmeros adeptos não descendentes de japoneses que se consolidavam como atletas e professores. O número de judocas continuou crescendo de maneira exponencial e a modalidade espalhou-se pelos quatro cantos do país, sendo hoje o esporte de luta mais praticado do Brasil, com um número de adeptos estimados atualmente em mais de 2.000.000 (TAVARES JR, 2003; NUNES e RUBIO, 2012).

Com 19 medalhas conquistadas em Olimpíadas, é a 1ª modalidade em número de pódios conquistados pelo Brasil em sua história olímpica. Nos Jogos Olímpicos de Londres-12, classificou todas as 14 categorias de peso (07 masculinas e 07 femininas). Classificação essa feita com base no ranking mundial, indicando que os brasileiros estão entre os melhores atletas do mundo (apenas Japão, França e Grã Bretanha também conseguiram ranquear atletas em todas as categorias, sendo que esse último por ser sede dos Jogos). Os judocas brasileiros obtiveram nessa Olimpíada 04 medalhas (01 ouro e 03 bronzes) e 03 quintos lugares, ficando em 6º na classificação geral. Foi a melhor participação do judô brasileiro em Jogos Olímpicos, destacando-se na delegação brasileira como modalidade com o melhor desempenho (CBJ, 2012).

Em campeonatos mundiais também evoluiu nos últimos anos. Eram 15 medalhas conquistadas em 09 mundiais até 2005 (01 de ouro, 02 de prata e 12 de bronze) e agora são 34 no total, 19 conquistadas nos últimos 04 mundiais (04 de ouro, 08 de prata e 07 de bronze). Destaque para a evolução da equipe feminina, que ficou em primeiro lugar na classificação geral do último campeonato mundial, disputado no Rio de Janeiro em 2013, com 05 medalhas conquistadas, em sete possíveis (IJF, 2013a).

Ocupa atualmente cenário de destaque no ranking mundial de todas as categorias de peso, alcançando, em julho de 2013, mais um feito marcante, com 05 atletas na liderança do ranking mundial (IJF, 2013b). Essa evolução posiciona o judô como carro chefe entre os esportes olímpicos nacionais, sendo apontado pela mídia brasileira e pelo COB (Comitê Olímpico Brasileiro) como uma das grandes potências competitivas no cenário internacional e como a grande esperança de medalhas para os Jogos Olímpicos do Rio-16.



Referências Bibliográficas

CALLEJA, C.C. Judo. In: BORSARI, J.R & FACCA, F.B (coord.) *Manual de Educação Física*. São Paulo: EPU, 1979, p. 51-84.

CBJ – Confederação Brasileira de Judô. *Notícias*. Brasil tem melhor desempenho da história em Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro, 03 Ago. 2012. Disponível em <http://www.cbj.com.br/?secao=noticias&detalhes=2628> Acesso em 15 Ago. 2012.

CBJ – Confederação Brasileira de Judô. *Notícias*. Unesco declara judô como esporte mais adequado para crianças. Rio de Janeiro, 12 Fev. 2013. Disponível em <<http://www.cbj.com.br/noticias/2924/unesco-declara-judo-como-esporte-mais-adequado-para-criancas.html>> Acesso em 15 Fev. 2013.

COGGIOLA, O. A Era Meiji: Uma via original para a modernidade. *História viva: Japão 500 nos de história 100 anos de imigração*. São Paulo: Duetto editorial, v.02, 2008, p.14-23.

DALL’OLIO, C. O caminho do guerreiro. *História viva: Japão 500 anos de história 100 anos de imigração*. São Paulo: Duetto editorial, v.01, 2008, p. 40-47.

DRIGO, A.J. *História Do Judô No Brasil: A Contribuição Dos Senseis Uadi Mubarc (8º Dan) e Luis Tambucci (9º Dan)*. Monografia (Conclusão de Curso de Bacharel em Educação Física) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1999.

GEESINK, A. The paradox of “Judo as an Olympic sport” and “judo as tradition” In: BENNETT, Alexander (Ed.). *Budo perspectives*. Auckland: Kendo World, 2005. v.1, p. 379-401.

GRACIE, R. *Carlos Gracie: o criador de uma dinastia*. Rio de Janeiro: Record, 2008. 572 p.

IJF – International Judo Federation. *News*. World Ranking List. [Lausanne](http://www.ijf.org/), 29 Jul. 2013b. Disponível em <<http://www.ijf.org/>> Acesso em 30 Jul. 2013.

IJF – International Judo Federation. *World Championships Senior*. [Lausanne](http://www.ijf.org/), 01 Set. 2013a. Disponível em <<http://www.ijf.org/>> Acesso em 02 Set. 2013.

KANO, Jigoro. *Energia mental e física*. São Paulo: Pensamento, 2008. 128 p.

LAYDNER, L. O.; TAKAO, F. Q. *MMA por dentro da arena*. Exclusivo: Maeda ensinava jiu-jitsu no Rio 10 anos antes dos Gracies, 02 Set. 2013. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/blogs/mma/posts/2013/09/02/exclusivo-maeda-ensinava-jiu-jitsu-no-rio-10-anos-antes-dos-gracies-509051.asp>> Acesso em 03 Set. 2013.



MARTINS, C.; KANASHIRO, C. Bujutsu, budô, esporte de luta. *Motriz*, v. 16, n. 3, 2010, p. 638-48.

MEULIEN, E. Samurais, o fim de uma era. *História viva*. São Paulo, n. 30, abr. 2006. Disponível em: < www.uol.com.br/historiaviva >. Acesso em 03 Nov. 2012.

MORI, K.; GLAUJOR, C. R. A. Sob domínio do xoguns. *História viva: Japão 500 anos de história 100 anos de imigração*. São Paulo: Duetto editorial, v.01, 2008, p. 22-9.

NUNES, A.V. *A influência da imigração japonesa no desenvolvimento do judô brasileiro: uma genealogia dos atletas brasileiros medalhistas em jogos olímpicos e campeonatos mundiais*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NUNES, A.V.; KOSSMANN, F.T.; SCHAMES, M. Judô no Rio Grande do Sul. In: MAZO, G.Z. (Org.). *Atlas do esporte no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [S.l.], 2005, p. 334 – 92.

NUNES, A.V.; RUBIO, K. As origens do judô brasileiro: a árvore genealógica dos medalhistas olímpicos. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v.26, n.4, 2012, p.667-78.

ROBERT, L. *O judô*. 7. ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1976. 156 p.

RUAS, V. *Os extraordinários samurais e a etnografia de Jigoro Kano*. Rio de Janeiro: Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <http://www.judorio.org.br/fique_ligado/artigos/Artigo17.doc> Acesso em 03 Nov. 2012.

SAKURAI, C. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2007. 368 p.

SANTOS, S. G. *Apostila da disciplina de teoria e metodologia do judô*. Florianópolis: UFSC, 2007. 115 p.

SHINOHARA, M. *Manual de Judô Shinohara*. 5. ed. São Paulo: [s.n.], 2005. 98 p.

SOARES, P.L. *Estudo sobre a adequação do judô às condições de operacionalização no ensino superior*. Monografia (Conclusão de Curso de Bacharel em Educação Física) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1977.

SUGAI, V. L. *O caminho do guerreiro: a contribuição das artes marciais para o equilíbrio físico e espiritual*. São Paulo: Editora Gente, 2000. 228 p.

SUZUKI, E. *O pai da educação integral e o universo do Judô*. São Paulo: Editora do Escritor, 1986. 72 p.



SUZUKI, L. *A história do judô no Paraná*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 1994.

TANNO, J.L. Formas de sociabilidade e inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade paulista, 1930-1970. In: HASHIMOTO, F. (Org.). *Cem anos da Imigração Japonesa*. São Paulo: UNESP, 2008, p.63-77.

TAVARES JUNIOR, A. C. *A produção científica no judô: da academia para as academias*. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2003.

THOMSON, A. K. *Judo, nueva didactica*. Barcelona: Editorial Paidotribo, 1989. 236 p.

VILLAMÓN, M. *Introducción al judo*. Espanha: Editorial Hispano Europea, 1999. 352 p.

VIRGÍLIO, S. *A arte do judô*. Campinas: Papirus, 1986. 155 p.

VIRGÍLIO, S. *Conde Koma: o invencível yondan da história*. Campinas: Editora Átomo, 2002. 96 p.

YAMASHIRO, J. *A história dos samurais*. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão e Massao Ohno Editores, 1987. 276 p.

ZACARIAS, G.F. A abertura sob a mira de canhões. *História viva: Japão 500 anos de história 100 anos de imigração*. São Paulo: Duetto editorial, v.02, 2008, p.47-54.

*Mestrando em Ciências da Motricidade – UNESP – Rio Claro/SP. Email: professorjuniortavares@hotmail.com

**Professor Departamento de Ciências da Saúde – UESC – Ilhéus/BA; Doutorando em Ciências da Motricidade - UNESP - Rio Claro - SP. Email: professor_lhsilva@hotmail.com

***Docente e orientador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Motricidade – UNESP – Rio Claro/SP. Email: aj.drigo@uol.com.br



PALESTRA ITÁLIA E CORINTHIANS: CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES PARA O INGRESSO NAS LIGAS DE FUTEBOL.

*Alfredo Oscar Salun**

Resumo: Este artigo aborda o processo de inserção do SC Corinthians na LPF e Palestra Itália na APSA, abordando os conflitos e negociações entre os dirigentes dos clubes populares e das ligas oficiais entre 1913 e 1916. Reiterando como a situação foi descrita pelos jornais da época, com destaque para *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano*, que se tornaram informalmente o órgão oficial da liga que estavam entrelaçados politicamente.

Palavras-chave: Corinthians, Palestra Itália, APSA, LFP e Paulistano.

Os anos iniciais.

Como o futebol moderno se desenvolveu em várias regiões da Europa no século XIX, foi natural que houvesse algumas particularidades nas regras, por isso em 1863 foram organizadas em uma reunião em Londres, aportando em São Paulo com diferentes personagens em curto espaço tempo, como Charles Miller, Hans Nobiling e Antonio Casimiro da Costa.

O futebol se apresentou como um polo de identidade e se expandiu rapidamente nas comunidades imigrantes nos centros urbanos, surgindo diversos clubes de colônia como Germânia, São Paulo AC, Palestra Itália, SC Syrio, Hespanha, Rugerrone, Scottish Wanderers e Portuguesa de Desportos ou que propagavam uma multiplicidade étnica, no caso SC Internacional, Italo-Brasileiro FC ou Luso-Italiano entre outros. Também agregou alunos de escolas tradicionais, dos quais se destacaram o Mackenzie, São Bento, Vicente de Paula e Hydecroft College que disputaram a divisão principal.

Os jovens pertencentes a famílias tradicionais se agruparam em torno do Paulistano e Atlético Palmeiras. Da mesma forma, operários e comerciários constituíram clubes locais, como União da Lapa, Ypiranga, Minas Geraes, São Paulo do Bexiga, Villa Buarque, Maranhão e Campos Elíseos, dos quais o SC Corinthians foi o mais significativo. Segundo Tomaz Mazzoni (1950) os negros e mulatos procuraram agremiações que os aceitassem nesses primeiros tempos, como Herói das Chamas, Belo



Horizonte, Tiradentes e Argentino FC.

O desenvolvimento dos esportes acompanhava o crescimento da cidade de São Paulo, esta tinha em 1870 cerca de setenta mil habitantes e experimentou a partir dessa época uma grande expansão populacional em função da imigração europeia e o deslocamento dos antigos escravos. Em 1910 já estava estimada em quatrocentos e cinquenta mil habitantes, dos quais, cerca de cinquenta por cento eram imigrantes, fato que denotava as transformações que estavam ocorrendo e a importância que adquiriu como centro econômico.

Os jovens que haviam se reunido em clubes resolveram organizar um torneio nos moldes em que eram disputados nos países europeus, para isso atinou-se uma entidade representativa, a Liga Paulista de Football (LPF), criada em 19 de dezembro de 1901 e responsável pela realização do primeiro campeonato paulista no ano seguinte. O mesmo se sucedeu no Rio de Janeiro em 1905 com a fundação da Liga Metropolitana de Football, por iniciativa dela foi criada a *Taça Brazil*, uma competição que deveria acolher clubes dos Estados que tivessem sua liga reconhecida pela LMF, que evidentemente a colocava no centro de um jogo de poder em torno desse esporte.

Mesmo que os primeiros campeonatos oficiais da LPF fossem disputados apenas por poucos clubes, isso não significa que o futebol não estivesse sendo jogado por times nas várzeas e descampados onde emulavam suas regras e criavam novas rivalidades pelos bairros da capital. O jornal ligado á comunidade italiana, *Fanfulla* anunciava em 04 de outubro de 1903 os *matches* no campo da Parada de trem na Cantareira, envolvendo: AA Cruzeiro vs AA Santos Dumont, e no Diocesano, SC Guarani vs SC Silvio de Almeida. (MAZZONI, 1950, p.39)

Uma das primeiras obras sobre o futebol no Brasil foi escrita pelo jornalista e esportista Mario Cardim (1906) que traduziu com auxílio de Charles Miller as regras do inglês. Ele retratou os primeiros passos da LPF, abordou suas normas e produziu um breve inventário dos primeiros clubes do Rio de Janeiro e São Paulo. Dentre suas observações sobre o cotidiano do futebol em 1906, já constava temas como suborno, atuação precária dos juízes e o destempero de assistentes e atletas que em algumas ocasiões esqueciam o



cavalheirismo e partiam para o pugilato.

De acordo com os regulamentos da LPF, os clubes seriam responsáveis pelo comportamento de seus esportistas e não seria admitido em seus *matches* jogadores profissionais ou indivíduos cuja reputação fosse notoriamente duvidosa. Informava que seriam considerados profissionais aqueles que recebessem remuneração de qualquer espécie, exceto para locomoção ou viagens.

Os atletas tanto do primeiro e segundo quadro não podiam jogar por outro clube na mesma temporada, devendo esperar o encerramento do torneio para ser inscrito no campeonato seguinte. No *artigo 33*, previa a eliminação do jogador que ficasse comprovado suborno, assim como quem o subornou.

Em relação ao ingresso de novos clubes o estatuto da liga estabelecia a necessidade de comprovar condições esportivas e financeiras para arcar com as exigências, assim, como a realização de partidas eliminatórias quando houvesse mais de um candidato:

Para admissão de novos clubes.

Artigo 14: de 01 a 15 de março de cada ano será aberta por edital a inserção para clubes candidatos a filiação que deverão cumprir as exigências do artigo 13

Parágrafo 2: apresentando-se mais de um candidato, devera disputar entre si partida de futebol...

Aprovada em Assembleia Geral em abril de 1906.

Comissão: Mario Cardim, Numa de Oliveria e Luiz Silveira.

(CARDIM, 1906, p.27)

Devido às circunstâncias da disseminação do futebol, os clubes que participaram dos certames iniciais estavam ligados aos jovens de classe média, imigrantes e setores da elite. Uma análise aprofundada é dificultado pela escassez de arquivos e documentos referentes a estas entidades pioneiras, fato que já era lamentado em 1918 por Antonio Figueredo:

É uma empreza arrojada actualmente fazer o histórico mesmo em resumo dos antigos clubes de football, que lançaram os alicerces desse Sport em nosso Estado. As fontes, a que devem recorrer os chronistas escasseam. Daquellas sociedades sportivas que pareciam pujantes e ricas, não temos archivos (excepção o Paulistano)..... a gente que presenciou as festas antigas.....e o Sport Club Internacional....ou que dizer do MacKenzie College....são informes vagos, falhos e ...incapazes de servirem de base para qualquer narrativa séria... (FIGUEREDO, 1918, P.13)



Os torneios promovidos pela LPF entre 1902 e 1912 foram repletos de disputas políticas e brigas inflamadas entre os clubes, assim, era comum que as entidades que se consideravam prejudicadas pelas decisões arbitrárias do conselho da liga, abandonassem a competição como forma de protesto. Outro fator de desestabilização eram os conflitos entre os associados\atletas na esfera interna dos clubes, já que de acordo com os estatutos, todos podiam discutir a escalação do time ou defender sua titularidade durante as reuniões dos associados.

As cisões no interior das agremiações que disputavam a competição oficial nesse período, como SC Internacional, Paulistano, Mackenzie, At. Palmeiras, Americano ou Germânia foram apenas uma preparação para as acirradas lutas entre facções nos denominados populares como Corinthians e Palestra que rechearam os noticiários esportivos e até policiais nos anos 1930 e 1940. E, que evidentemente se aplica a história da maioria dos clubes no futebol brasileiro.

A inserção do SC Corinthians na LPF em 1913.

A primeira grande cisão no futebol paulista ocorreu em 1913 quando o Paulistano, Mackenzie e At. Palmeiras criaram a APSA (Associação Paulista de Sports Athléticos). Até essa data havia ocorrido inúmeros desentendimentos e rompimentos, mas sempre terminava com a volta dos rebelados a liga. Entretanto dessa vez, a crise foi muito intensa provocando a realização de dois campeonatos oficiais patrocinados por ligas rivais, fato que se repetiu em diversas ocasiões até o final da década de 1930, quando o governo federal estabeleceu uma política esportiva e interviu nas federações.

Em virtude do abandono do futebol pelo São Paulo AC em 1912 e a ausência da AA Palmeiras desde 1910, o conselho da LPF decidiu aumentar o numero de participantes no campeonato mediante um edital. Para o certame de 1913, inscreveram-se três agremiações de origem modesta que disputaram uma eliminatória no Velódromo, cujo vencedor foi o SC Corinthians ao superar o Minas Geraes Football Club e o São Paulo do Bexiga FC.



As partidas denominadas de seletiva já haviam sido realizadas em outras ocasiões, que resultou no ingresso da Atlético Palmeiras, SC Americano, CA Internacional de Santos e do Ypiranga, portanto, isso não era novidade e não deve ser encarado como fator de dissuasão, conforme se solidificou nas tradições inventadas que marcam a história do futebol, nesse caso específico, do SC Corinthians.

O Imparcial não analisou com efusão o aumento do número de participantes e teceu críticas a integração do Corinthians. Não existe qualquer menção negativa a origem popular do clube, destacava o seu sucesso na várzea e aproveitou para elogiar a qualidade técnica dos atletas, afirmando que deveriam ser emprestados aos clubes que já disputavam o torneio. As críticas do jornal foram aos dirigentes da liga, que foram classificados como um grupo “desprovido de mérito” e culpados pela falta de entusiasmo do público pelo futebol, que parecia minguar na capital: “Embora se diga aos quatro ventos que o futebol vai tomando novo incremento, adquirindo a primazia dos esportes em São Paulo, para nós, afigura-se que nunca esteve tão desanimado...os estádios vazios..”. *O Imparcial* (15.04.1913)

A crise de 1913 deve ser observada por vários ângulos: O primeiro era sobre o local onde se disputavam as partidas oficiais. A LPF queria que os jogos ocorressem no Parque Antártica, os quais custavam 200 mil réis por mês, e o Clube Paulistano pretendia que fossem realizados no Velódromo, ao custo de 200 mil réis por partida. A segunda é ligada à versão sobre o confronto entre a manutenção do futebol oficial como elitista em oposição a sua popularização, que não era aceito pelo Paulistano, São Paulo AC, At. Palmeiras e o Mackenzie, já que recusavam a ideia da participação de clubes de várzea no campeonato oficial. Essa tese foi defendida por Tomaz Mazzoni (1950), Mario Filho (1963) e Anatol Rosenfeld (1993), para quem muitas das confusões da política de clubes e federações explicam-se por um tenaz conflito de classes, viés que se tornou referência para os pesquisadores:

Em 1913, o Clube Paulistano rompeu com a associação existente e fundou uma nova, na aparência, por causa de um motivo insignificante, mas na realidade porque queria fazer uma seleção rigorosa e exigia que as equipes fossem integradas por jovens delicados e finos.



(ROSENFELD, 1993, p.85)

Antonio Figueiredo (1918) descreveu a hostilidade de alguns dirigentes dos clubes tradicionais em relação aos esportistas de origem operária entre 1909 e 1912, mas que acabaram acolhendo essas agremiações e atletas em função da disputa política em torno do futebol. O próprio Tomaz Mazzoni admitiu que os estatutos da APSA e LPF não possuíam qualquer item impeditivo as classes subalternas em função da origem humilde:

A princípio como é sabido, o futebol era um privilegio de gente de posição, não eram somente os pretos as serem recusados nos clubes que jogavam no Velódromo e no velho Parque Antártica, os brancos operários nem sequer tinham lugar ali. Na verdade nunca existiu essa proibição tanto nos regulamentos da LPF quanto da APEA, havia prevenção.
(MAZZONI, 1942, p.27)

Apesar do preconceito não ter sido o motivo principal da crise em 1913, isso não significa que não houvesse vozes contra a inserção das classes menos favorecidas, pois as ligas de futebol repetiam as relações que vigoravam na sociedade brasileira, onde as elites estavam acostumadas desde a escravidão a considerar que os estratos subalternos não eram dignos de compartilhar o mesmo recinto, existindo espaços exclusivos para cada grupo. Um exemplo bem conhecido foi o surgimento das irmandades negras e a construção de igrejas direcionadas aos escravos e libertos na época colonial e imperial, dentre as quais em São Paulo podemos citar a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Entretanto, o preconceito não era apenas em relação aos negros, já que brancos pobres (brasileiros ou imigrantes) também sofriam discriminação, em uma sociedade fortemente hierarquizada.

Com base no noticiário esportivo da época, havia a dificuldade de alguns elementos em aceitarem os denominados de outras “paragens” ou “possuidores de costumes estranhos” que procuravam colocar seu talento em troca de dinheiro. Contudo, as principais críticas eram aos dirigentes que se utilizam desses indivíduos para seus propósitos, demonstrando falta de “cavalheirismo” e “espírito esportivo”. A troca de acusações entre as camadas dirigentes refletia em uma instancia menor, o futebol, a



cisão\disputa política entre as elites paulistanas.

Na República Velha as estruturas de comando político foram assumidas pelas oligarquias, usualmente eram grandes proprietários de terra que utilizavam o bem público como particular. Essa apropriação já estava presente na época imperial e infelizmente a política brasileira pouco mudou nesse aspecto um século depois. Mesmo, no futebol, é notório como nas federações e clubes encontramos elementos das mesmas famílias ou grupos ocupando posições de destaque por gerações.

O futebol reproduziu com suas peculiaridades algumas características da República Oligárquica, onde funcionava um sistema político baseado no mandonismo local e nas trocas de favores. Mas, as oligarquias não formavam um grupo homogêneo e desprovido de tensões, que com as devidas proporções pode ser observada no embate entre os dirigentes da LPF e APSA que receberam o apoio de diferentes facções que disputavam a hegemonia política local dentro do Partido Republicano Paulista (PRP).

Antonio Prado Junior, Benedito Montenegro e Edgar Nobre de Campos principais dirigentes da APSA tinham o respaldo do *Correio Paulistano* no qual o último foi diretor. O primeiro era ligado aos governistas do PRP, Altino Arantes e Washington Luis, que como prefeito e Presidente de Estado, incentivou a prática de esportes tanto nas escolas quanto na sociedade. Posteriormente foi eleito Presidente da República, quando Antonio Prado Junior acabou indicado como prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro).

A Liga Paulista tinha como principais figuras o vereador Oscar Porto e Mario Cardim, que foi jornalista do *O Estado São Paulo*. Ela recebeu a cobertura privilegiada dessa empresa, cujo diretor Júlio de Mesquita foi simpatizante da Liga Nacionalista e era articulado aos dissidentes do PRP que formariam o Partido Democrata (PD) em 1926.

Mas, independente das eventuais discordâncias, Washington Luis, primeiro prefeito a ser eleito ao cargo por voto popular, atendeu diversas demandas dos clubes ligados tanto a APSA quanto a LPF e seu quadro dirigente, pois significava fazer política e conquistar eleitores.

Por isso, não se deve menosprezar o cunho político dessa crise em 1913, agravado pelos interesses econômicos do Paulistano, que pode ser dimensionada a partir



de quatro jornais que acompanharam o processo: *O Diário Popular*, *O Imparcial*, *O Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*. Em nenhum deles existe qualquer afirmação referente ao preconceito como motivo da ruptura e encontramos apenas trocas de acusações políticas e de cunho financeiro. (SALUN. 2008)

A imprensa cobriu normalmente as partidas eliminatórias vencidas pelo SC Corinthians em março e a primeira rodada da LPF em 06 de abril, quando houve o embate entre o SC Internacional e Ipiranga. Todos os jogos foram no Velódromo e a situação apontava uma normalidade, assim *O Diário Popular* informou sobre o segundo *match* do campeonato de 1913, entre os *teams* do Paulistano e Americano no Parque Antártica, considerados dois terríveis concorrentes:

FOOTBALL.....No ground do Parque Antártica, haverá amanha o segundo *match* do campenato iniciado domingo passado com muita animação e entusiasmo. Entram em campo amanha os *teams* do Paulistano e Americano dois terríveis concorrentes que anno passado tanto se salientaram. A lucta, por isso, está despertando grande interesse por todos que apreciam o football.
O Diário Popular (11.04.1913)

De acordo com o mesmo jornal (14.04.1913), ficou claro que havia ocorrido um imprevisto em função do estádio: “deixou de se realizar o segundo *match* do campeonato, devido a uma desinteligência entre o C.A. Paulistano e a diretoria da liga paulistana, entendendo aquelle que o encontro deveria ser no Velódromo paulista”, confidenciou o jornal que uma assembleia da liga iria tratar do assunto. O campeonato da LPF continuou a ser disputado e encontramos uma nota sobre a participação do Corinthians na competição, agora em outro campo oficial: “No campo da Antártica deve ser disputado *amanhan* um *match* do campeonato da liga paulista entre os *teams* do S.C. Germânia e S.C. Corinthians”. *Diário Popular* (19.04.1913)

Poucos dias depois, nova nota sobre a continuidade dos embates esportivos com vários elogios aos contendores. E, entre os dias 16 de abril e 05 de maio os jornais acompanharam os desentendimentos na LPF e a criação de uma entidade rival (APSA). *O Diário Popular* que havia publicado pequenas notas sobre o inicio do campeonato da LPF, esteve menos comedido ao informar seus leitores sobre o certame promovido pela APSA,



destacando a probabilidade de contar com um grande número de expectadores no encontro que se realizaria no Velódromo, demonstrando sua simpatia pela APSA:

A. P. dos sports athleticos no velódromo paulista, à rua da Consolação, realiza-se hoje a primeira prova do campeonato de “football” promovido pela A.P. Sports athleticos.

Entram em lucta, nessa prova o C.A Paulistano a a A.A. do Makenzie college, ora desligados da liga paulista de “football”, a que durante longos annos emprestaram o fulgor de seu brilhante curso.

São os concorrentes do “match” desta tarde os “teams” de simas tradições e que entre as rodas esportivas de São Paulo desfrutam das melhores sympathias, impondo-se sempre pelo valor de seus elementos. Cada qual possui seu público certo, numeroso e isso constitui naturalmente uma garantia para que se revista do maior esplendor do “match” de hoje sendo o velódromo pequeno para conter a numerosa concorrência que a elle, concerteza, afluirá.....

Diário Popular (13.05.1913)

Conforme citado por Salun (2008), se o *Diário Popular* (27.05.1913) defendia que a segunda rodada do APSA entre Paulistano e At. Palmeiras no Velódromo, era uma atração para o público, outro periódico, *O Imparcial*, teceu pesadas críticas ao Paulistano pela crise, destacando como ponto crucial a querela em torno do estádio e seus interesses financeiros:

O Imparcial esportivo de São Paulo – de nosso correspondente especial:

Não se realizou o match sensacional marcado para hoje, entre as destemidas equipes do Paulistano e Americano. Nem sequer o tempo, quis contribuir com uma desculpa, afastando a multidão que se acotovelava nas arquibancadas do Parque Antártica, ansiosa para assistir a pugna entre os valentes contendores...E para desagrado nosso, somente a poderosa e déspota Ligth é que saiu lucrando...o Paulistano não compareceu...nós já esperávamos esse tremendo fiasco. Confiávamos somente no cavalheirismo do Paulistano. Perdemos por esperar. TODA ESSA DISCÓRDIA FOI MOTIVADA PELA SOLUÇÃO DA LIGA, FAZENDO DO PARQUE ANTÁRTICA, SEU CAMPO OFICIAL. SE É VERDADE QUE O PAULISTANO EXIGIU PELO VELÓDROMO 800\$000 DE ALUGUEL E 200\$000 DE CADA MATCH, ACHAMOS QUE OS CLUBES, ANDARAM PERFEITAMENTE BEM, RECUSANDO O VELÓDROMO. E é coisa tão fácil de explicar, resolver para desfazer mentiras e desmascarar mentirosos. EXIBIR OS DOCUMENTOS DO PAULISTANO PARA A IMPRENSA E TUDO ESTARÁ ACABADO.

O que não se pode acontecer, são os clubes semente anarquia logo no início da temporada. Isso só serve para desmoralizar o futebol e desmerecer o JÁ POUCO MÉRITO DA DIRETORIA ATUAL...No Parque Antártica, havia uma multidão de 3.000 pessoas, o que quer dizer UMA RECEITA MAGNÍFICA, ao passo que no Velódromo, nem um único penetra. *O Imparcial* (15.04.1913)

Ao confrontar essa crítica com os anais do Paulistano, notamos que apesar de ser um clube de elite, desde 1910 vinha sofrendo uma crise financeira, o número de sócios havia decrescido e os custos para a manutenção do time e da sede social estavam cada vez mais complicados, assim o aluguel do Velódromo era o que garantia sua existência, conforme apontado por Antonio Figueiredo (1918) e Ignácio Brandão (1990).

A junção dessas versões permite compreender por diversos ângulos o desenvolvimento do futebol paulista nessa época, marcado por tensões, contradições e principalmente negociações, tanto no âmbito interno dos clubes populares e de elite, assim como na relação entre eles e com as ligas.

Nos quatro anos seguintes as duas associações abriram as portas aos clubes operários\varzeanos, que estavam interessados no ingresso em uma das ligas, pois significava reconhecimento do clube e o prestígio junto á comunidade local de seus dirigentes. Dessa forma os interesses, vaidades, ambições políticas que norteavam os chefes das ligas e dos clubes tradicionais, se reproduziu nos clubes novatos, transformando o futebol em um palco essencialmente político como ocorre até hoje.

Paulistano, At. Palmeiras e Mackenzie foram denominados pela historiografia como clubes de elite, devido a sua gênese, mesmo que depois de 1910 não representassem exclusivamente esses setores sociais em relação aos torcedores e atletas. Essa terminologia é indicativa apenas do núcleo dirigente e não contempla outros aspectos, mesmo contando com pessoas oriundas de estratos superiores não impediu que tivessem enfrentado momentos de penúria financeira que em conjunto com as disputas políticas internas contribuiu no desaparecimento da maioria delas. Cerca de dezesseis anos depois da crise de 1913, os clubes mais poderosos da capital paulista eram o Paulistano, Palestra Itália e Corinthians, dirigidos respectivamente por homens de negócios, como Antonio Prado Junior, Eduardo Matarazzo e Alfredo Shurig.

O ingresso do Palestra Itália na APSA.



As mesmas forças que teriam tentado barrar o ingresso do SC Corinthians na liga oficial em 1913, seriam reeditadas na história do Palestra Itália para alcançar a APSA três anos depois. Esses dois clubes, considerados as primeiras grandes forças populares do futebol paulista, estiveram presentes nos certames de 1916, o primeiro pela LPF e o segundo pela APSA. Foi necessário aguardar mais um ano para que finalmente se enfrentassem justamente em uma partida oficial quando ocorreu a fusão das ligas, já que esses dois clubes de origem operária, símbolos do confronto elite versus popular e que forjaram sua história na luta contra os dirigentes elitistas, não tenham sequer disputado uma partida amistosa para confraternizar-se, preferindo enfrentar ao longo dos anos, equipes como o Paulistano, São Bento, Mackenzie, Americano e At. Palmeiras ou até mesmo, agremiações de pouca expressão.

O acesso ao campeonato de 1916 pelo Palestra Itália foi negado em primeira instância devido uma derrota vexatória para o Santos Futebol Clube. Entretanto, ocorreu a denúncia contra o Scottish Wanderers de que seus atletas dividiam a renda do jogo entre si, fato proibido pelo estatuto da liga e que provocou sua desclassificação e posterior dissolução.

Com a eliminação dos escoceses do campeonato, o Palestra procurou ocupar a vaga, mas a direção da APSA, de acordo com os anais do clube, se mostrou intransigente e recusou o pedido alegando que a derrota sofrida demonstrava a sua incapacidade de desempenhar um bom papel no campeonato. A mesma tônica excludente que permeia as narrativas encontradas em vários sites e obras sobre a história do Corinthians, tem o seu equivalente nos livros e endereços eletrônicos em relação ao Palmeiras, destacando que a negativa foi baseada no preconceito dos dirigentes da liga contra os italianos.

Na história oficial do clube se considera a reunião que terminou com a decisão favorável dos dirigentes da APSA para inclusão do time em seu campeonato, como um evento quase tão importante quanto sua fundação. Para conseguir seu objetivo, os dirigentes procuraram o apoio de pessoas influentes da comunidade italiana, como o empresário Francisco Matarazzo, que com sua participação persuasiva representando os interesses do clube junto a APSA, sacramentou-se o seu ingresso, fato que o transformou



em sócio benemérito.

Apesar de existir algumas dúvidas sobre a presença de Matarazzo no episódio, é necessário lembrar que justamente nessa época havia uma transação imobiliária com o município que estava interessado nos terrenos da família em função da urbanização. O prefeito Washington Luis era amigo dos dirigentes da APSA, Benedito Montenegro e Antonio Prado Junior, e as trocas de favores faziam parte da política brasileira e das relações de poder.

Havia sido por conselho da assessoria de Washington Luis e Altino Arantes que os dirigentes do CA Paulistano, devido a desapropriação do Velódromo, compraram o terreno no Jardim América que estava em franco processo de valorização. Essas autoridades também estiveram presentes na negociação com o SC Corinthians, quando foi sacramentado o arrendamento do terreno na Ponte Grande, intermediado pelo deputado José Alcântara Machado e o coronel Oscar Porto. Em relação ao acesso do Palestra na APSA, podemos admitir a hipótese de que os interesses políticos e econômicos se sobrepuseram ao preconceito contra os italianos desse jovem clube, que atraiu desde o início alguns importantes empresários da colônia como Menotti Falchi, que já era um veterano dirigente em outras entidades esportivas.

A disputa entre as ligas chegou ao fim após várias reuniões entre 1916 e 1917, que contou com a participação de autoridades como Lindolfo Collor, Washington Luis, Guilherme Guinle e o Ministro das Relações Exteriores Lauro Muller, que acabou favorecendo a APSA. Nesse embate que teve ainda a intromissão da liga do Rio de Janeiro (LMF), se definiu também a disputa em torno da oficialização de uma entidade nacional, já que havia o litígio entre a Federação Brasileira de Futebol (FBF) e a Federação Brasileira de Esportes (FBE).

De acordo com Mazzoni (1950) a disputa entre a LPF e APSA havia ultrapassado a fronteira regional, pois Mario Cardim criou em São Paulo em 1915, com apoio dos clubes do Paraná e Rio Grande do Sul a FBF e acertou com as federações da Argentina e Uruguai o seu reconhecimento junto a Federação Internacional. Isso ocasionou um problema, na medida em que na capital federal (RJ) a liga local havia patrocinado a FBE



com o aval de outros Estados. Em junho de 1916 chegou-se ao acordo com a extinção das duas federações e a criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), onde se procurou promover os interesses dos litigiosos, oferecendo cargos administrativos, aceitos na sua grande maioria.

O irônico dessa vitória da APSA é que seus idealizadores acabaram suplantados dentro da própria liga nos anos seguintes, fato que obrigou seu principal mentor Antonio Prado Junior a criar outra entidade em 1926.

Palestra Itália e Corinthians rapidamente suplantaram pela qualidade técnica seus concorrentes, tanto populares quanto tradicionais. O único clube que fazia frente era o Paulistano e dessa forma, surgiu o trio de ferro da capital. Não é mera coincidência, que algumas festividades esportivas oficiais, atletas dessas equipes se confraternizassem como convidados de honra.

Mas as crises no futebol prosseguiram, e a maior parte dos conflitos estava relacionada ao descontentamento dos clubes com a arbitragem e as decisões do conselho da liga, que dependia do grupo que estivesse no poder, dessa forma, todos se revoltavam quando suas reclamações não eram atendidas: Santos, Atlético Palmeiras, SC Internacional, Germânia, Portuguesa, Corinthians, Palestra, Paulistano, São Bento e outras agremiações sempre alegavam perseguição e se retiravam do campeonato como forma de protesto. Em 1921 os clubes da segunda divisão da APEA se rebelaram contra a direção da entidade que negava o acesso automático a primeira divisão pelo campeão, criaram outra liga que acabou tendo uma vida efêmera.

Antonio Prado Junior, que havia ocupado a presidência da APEA em 1924, comentou seus dissabores com seu vice Lauro Gomes, que em conluio com outros diretores da entidade, impediram a realização de uma profunda reforma na liga e que, no ano seguinte, o novo presidente da liga passou a perseguir os jogadores do clube, punindo-os com suspensões arbitrárias.

Por não ser atendido em seus reclames, liderou uma rebelião que levou à criação da Liga dos Amadores do Futebol (LAF) em janeiro de 1926, que se tornou a rival da APEA pelo domínio político em torno desse esporte no Estado. Salun (2008) destaca que



apesar de ostentar o termo “amador”, esta crise foi muito mais pela disputa de poder do que pela questão da adoção do profissionalismo, que seria um tema candente anos depois. A pacificação no futebol paulista seria obtida apenas nos anos 1930 por ingerência do governo federal.

Referências Bibliográficas:

- ARAUJO, José Renato de Campos. *Imigração e futebol: o caso Palestra Itália*. Campinas: Editora Mayard, 1997.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Clube Atlético Paulistano*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1990.
- CARDIM, Mario. *Guia do Football*. São Paulo: Seção de obras, 1906.
- FIGUEIREDO, Antonio. *História do Foot-Ball em São Paulo*. SP: Editora Seção de obras do OESP, 1918.
- FRANCO Junior, Hilário. *A Dança dos Deuses (futebol, sociedade e cultura)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.
- LOURENÇO, Marco. *Um rio e dois parques: a formação da rivalidade entre Corinthians e Palestra Itália durante o período de construção de seus estádios (1917-1933)*. Dissertação de Mestrado. História Social, FFLCH\USP, 2013. Orientador Flavio de Campos.
- MAZZONI, Thomaz. *História do Futebol Brasileiro: 1894-1950*. São Paulo: Edições Leia, 1950.
- RIBEIRO, Rubens. *O caminho da bola 1902-1952*. São Paulo: Editora Mauad, 2005.
- RODRIGUES, Mario Filho. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- ROSENFELD, Anatol. *Negro, macumba e futebol*. Campinas: Editora Perspectiva, 1993.
- SALUN, Alfredo Oscar. *Palestra Itália e Corinthians: roteiro de uma pesquisa em*



história oral e futebol in: Oralidades – revista de História Oral nº7 jan/jun, 2010. NEHO\LEI\ USP.

SALUN, Alfredo Oscar. *Paulistano e Corinthians: conflitos e negociações na Liga Paulista de Futebol em 1913*. Revista Aurora. V9, p.15-26. PUC\SP. 2010.

SALUN, Alfredo Oscar. *Palestra Itália e Corinthians: quinta coluna ou tudo buona gente?* Tese de Doutorado. História Social, FFLCH\USP, 2008. Orientador: José Carlos Sebe Bom Meihy.

SANTANNA, Leopoldo. *Supremacia e decadência do futebol paulista*. São Paulo: Instituto Anna Rosa, 1925.

SOARES, Antonio. *História e invenções das tradições no campo do futebol*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

STREAPCO, João Paulo F. *Pior cego é aquele que só vê bola. O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistanas: SC Corinthians, SE Palmeiras e São Paulo FC. 1894- 1942*. Dissertação de Mestrado. História Social, FFLC\USP, 2010. Orientadora Raquel Glazer.

* Doutor em História Social (USP) e Mestre em História Social pela PUC-SP, autor dos livros “*Zé Carioca vai a Guerra*” pela Pulsar Edições; “*Revolucionários e tirano*”, editora Todas as Musas. Professor do curso de História da Uninove e pesquisador do NEHO (USP) e GEINT. Email: aosalun@uol.com.br



TORCIDAS, ORGANIZAÇÕES E VIOÊNCIA: OUTRAS CONEXÕES

*Gabriel Tadashi Hirata **

*Raphael Ferreira de Ávila ***

Resumo: As torcidas organizadas são vistas aqui para além de sua dinâmica relacional com a violência, observando tensões presentes nas discussões sobre temas como: instituições e disciplina, masculinidades e o corpo. Buscamos compreender os mecanismos que tentam organizar e ordenar o universo do torcedor partindo de estereótipos. Deste modo, observamos que entre a prática do torcer e os movimentos de generalização, sistematização e sobrepujo das torcidas empreendidos pelo mercado e crítica midiática, (re)instituem-se identidades restringindo sentidos. No entanto, percebemos a possibilidade de uma crítica que não silencia a ressonância de torcer com uma leitura limitada ao excesso de violências.

Palavras-chave: História – Torcidas Organizadas – Esporte – Violência

Introdução

O espaço deste artigo poderia ser utilizado para refletir sobre os confrontos entre torcidas organizadas de futebol e seu papel na produção de subjetividades possíveis pelas articulações entre violência–esporte–masculinidade. Isto posto, poderíamos historicizar e evidenciar como tanto o confronto físico quanto suas expectativas possibilitam uma associação entre o esporte e tipos específicos de masculinidades, veiculadas através de demonstrações de força e violência. Entretanto, considerando a vasta bibliografia já produzida sobre um ou todos os temas citados, optamos pelo exercício de repensar o já pensado, de modo a complexificar e alargar os aportes teóricos e metodológicos dos pesquisadores interessados nestas (in)tensas relações. Desta forma, privilegiamos em nossa análise as pesquisas que, em certa medida, gravitam em torno dos eixos violência–esporte–masculinidade. Além disto, é importante ressaltar que oferecemos mais perguntas do que deixamos respostas, embora nem por isso nos furtemos de colocar em evidência determinadas questões.



Parte I – Violências:

Brasil é o 1º no ranking de mortes por crimes relacionados ao esporte [futebol]

A citação acima é fragmento de uma matéria jornalística sobre um evento realizado no ano de 2013, na cidade de Belo Horizonte, no qual o principal tema de discussão era a violência *dentro e fora* dos estádios de futebol no Brasil, além de suas relações com diferentes problemas sociais. Outra informação interessante é apresentada na matéria: “*atos de violência relacionados ao futebol são praticados por cerca de 5% dos torcedores*”; e ainda: “*E estes 5% são relativos às **torcidas organizadas**, e não ao número total de torcedores*” (ANDRADE, 2013) [Grifos nossos]. Até então, nenhuma “novidade”, caso pensemos nos discursos midiáticos. A partir disto, provocamos: *Será que pensar em torcidas organizadas é estar restrito às relações de violência entre elas? Será que as torcidas são violentas por serem organizadas ou organizaram-se devido à violência? Em que medida seria possível entender este suposto “sujeito torcedor-organizado-violento”?*

Tomando estes dados e provocações como ponto de partida, buscamos referências acadêmicas que se propunham a pensar a relação entre violência e esporte, preferencialmente o futebol, na tentativa de responder algumas destas questões. Encontramos diversos trabalhos que problematizam as torcidas organizadas de futebol (entre eles citamos especialmente: TOLEDO;1996, SANTOS;2004, PIMENTA;2003, MURAD;2007, MURAD;2012, AZEVEDO;2008).

Primeira questão: *Será que pensar em torcidas organizadas é estar restrito às relações de violência entre elas?* Pensamos que não, pois partimos de olhares não estigmatizantes e reducionistas, tendo em vista que inúmeros trabalhos já foram produzidos na intenção de evidenciar como o sujeito não pode ser reduzido àquilo que faz, diz, escreve etc. Um exemplo simples: falar em prostitutas não é falar somente em sexualidade, pois é também abordar *trocãs* de dinheiro, emoções, experiências, histórias e (porque não?) afetos. De que maneira então tomar “torcida organizada” como objeto sem ter “violência” como único tema, ao mesmo tempo em que evitamos cair no



inverso, uma apologia ou elogio às torcidas? Ao longo deste artigo procuraremos pontuar algumas *conexões* entre diferentes aspectos que, a nosso ver, merecem destaque.

Segunda questão: *Será que as torcidas são violentas por serem organizadas, ou organizaram-se devido à violência?* O sociólogo Carlos Alberto Máximo Pimenta, em seu trabalho “*Torcidas organizadas de futebol: Identidade e identificações, dimensões cotidianas*” (PIMENTA; 2003), fornece algumas pistas para pensarmos a relação organização-violência no caso das torcidas. Seu trabalho está dividido em dois momentos. No primeiro, o autor faz uma contextualização que nos remete necessariamente a falar nas últimas décadas do século XX, já que o autor estuda o surgimento das torcidas organizadas na cidade de São Paulo. No segundo momento, o autor utiliza depoimentos de filiados a diferentes torcidas paulistas para pensar, seguindo os preceitos de Pierre Bourdieu, as identificações e a construção da identidade na composição do estilo de vida do grupo.

Pimenta, apoiado em sua bibliografia, situa o surgimento das primeiras torcidas organizadas paulistas no final dos anos 1960-70, momento em que a cidade de São Paulo passava por um acelerado processo de desenvolvimento econômico. Em 1980, se daria o surgimento de uma nova “categoria de torcedor”: o *torcedor organizado*. Segundo o autor, este surgimento é um fenômeno novo e necessariamente urbano:

Em síntese, pode-se dizer que três aspectos se convergem para justificar e explicar o fenômeno: a) a juventude, cada vez mais esvaziada de **consciência coletiva**; b) o modelo de **sociedade de consumo** instaurado no Brasil que valoriza a individualidade, o banal e o vazio; c) **o prazer e a excitação** gerados pela violência ou pelos confrontos agressivos. (PIMENTA, 2003, p.48). [Grifos nossos]

As torcidas organizadas entendidas como um “fenômeno” só são possíveis, para o autor, devido aos enfrentamentos físicos e simbólicos entre *jovens* carentes de um sentimento de *pertencimento coletivo* que é resultado direto de um processo de *desenvolvimento capitalista* individualizante. O que significa dizer que, além da questão da violência, deve-se atentar para a *idade* e para o “*desenvolvimento*” *socioeconômico* como marcadores subjetivos fundamentais a estes sujeitos (PIMENTA; 2003).



Utilizando estes mesmos três aspectos (juventude, não pertencimento coletivo e um desenvolvimento capitalista) não consideramos nenhum absurdo imaginar que outras cidades e torcidas do Brasil tenham passado, em maior ou menor escala, por processos semelhantes.

A partir destas reflexões, podemos entender “torcida organizada” como uma “instituição”, aos moldes conceituais proposto por George Lapassade, pois, segundo ele, uma *instituição* seria uma “*forma geral que produz e reproduz as relações sociais*” (LAPASSADE, 1983, p. 195). Para o autor, uma *instituição* pode ser entendida como o resultado do confronto entre duas instancias opostas, embora dependentes uma da outra: o instituído (aquilo que já está aí, que tende a se manter) e o instituinte (forças de subversão, de mudança). Outro aspecto fundamental, que merece nossa atenção, é identificar *de que maneira* se configuram, mesmo que de forma generalizada, estas instituições. Em outras palavras, questionar: *como são (re)produzidas as relações sociais nesta instituição? De que maneira os sujeitos são afetados por estas relações?*

Carlos Pimenta aborda rapidamente inquietações próximas as nossas, mas, em conformidade com sua proposta, privilegia a visão dos entrevistados acerca do fenômeno que vivenciam e da instituição da qual participam. Em sua análise destas percepções conclui que as torcidas são organizadas a partir de um princípio denominado “burocrático/militar” que é perceptível no agenciamento de determinados signos tais como: os cantos; os uniformes; a divisão em “pelotões” e “linhas”; a estrutura hierárquica com uma “diretoria”; o preparo físico e psicológico para os confrontos com os “inimigos”; e a conseqüente desumanização destes, reduzidos a uma posição abjeta (PIMENTA; 2003). Nas palavras do próprio autor:

Por “burocrática/militar” entendo grupos de torcedores que formam, ao seu redor, **estrutura organizativa** com base em estatutos, quadro associativo, departamento administrativo e de vendas, sede para ponto de encontro, reuniões, interação social e que estão preparados, se necessário, para o confronto físico e verbal contra os grupos rivais. Nesse sentido, os “Gaviões da Fiel” modificaram o estilo das torcidas existentes **institucionalizando formas de organização, administração** e “estratégias” e “táticas” de defesa em confrontos com os “inimigos”, semelhantes às práticas militares, pelo menos em nível de utilização simbólica da linguagem militar (linha e pelotão



de frente, combate, etc.). (PIMENTA, 2003, p. 53, nota nº 10). [Grifos nossos].

Parte II – Torcidas: Instituições Disciplinares

A aproximação institucional da *torcida organizada* com a estrutura “burocrática/militar” desloca o debate para outro campo. Os grifos acima foram feitos porque pensar “estrutura organizativa”, “formas de organização, administração” remete a um tema mais amplo, o da *disciplina*. Para dar conta deste aspecto, a nosso ver pouco problematizado, recorreremos rapidamente às reflexões do filósofo francês Michel Foucault sobre as particularidades da disciplina e suas relações com o poder. Edgardo Castro, em seu *Vocabulário de Foucault* explica:

Com a disciplina, nos séculos XVII e XVIII, nasce uma arte do corpo humano que busca não apenas o acréscimo de habilidades, nem tampouco o fortalecimento da sujeição, mas a formação de um mecanismo pela qual o corpo se torna tanto mais obediente quanto mais útil, e vice-versa. Com as disciplinas, o corpo entra em uma maquinaria que o explora, desarticula-o e o recompõe. Não se trata de obter corpos que façam o que se deseja, mas que funcionem como se quer, com as técnicas, a rapidez e a eficácia que se pretende deles. As disciplinas são, ao mesmo tempo, uma anatomia política do corpo e uma mecânica do poder. (CASTRO, 2009, p. 89); [Verbetes "Corpo"].

Em Foucault encontramos a noção de *disciplina* sendo utilizada de duas formas, sendo que elas necessariamente se intercalam: uma no campo do *saber* e outra no do *poder*. Focalizaremos a segunda: “o objetivo da disciplina é aumentar a força econômica do corpo e, ao mesmo tempo, reduzir sua força política” (CASTRO, 2009, p. 112); [Verbetes "Disciplina"]. Neste sentido, tanto a instituição *torcida organizada* quanto seu molde “burocrático/militar” podem ser reconhecidas como *instituições disciplinares*:

As instituições disciplinares (o exército, o hospital, a fábrica, a escola) são, com efeito, instâncias de normalização. A repartição, a classificação, a diferenciação e a hierarquização dos indivíduos supõem uma regra que permita cada uma dessas operações. (CASTRO, 2009, p. 331); [Verbetes "Poder"].

Foucault fala em *quadros* quando delimita o espaço em que se dá o exercício da disciplina. *Enquadrar* seria então o ato de isolar, separar, moldar corpos em espaços



cujo objetivo é torná-los economicamente eficientes, porém politicamente alienados. Os que se adequam ao modelo são chamados de *corpos dóceis*, enquanto os que escapam a estes adestramentos são nomeados de diversas formas, entre elas de *delinquente* (FOUCAULT; 1987).

A “delinquência” é aquilo que, nos e pelos dispositivos disciplinares, deve ser “objetivado”, tornado objeto. O delinquente é criminoso não tanto pelo ato que praticou, mas por um conjunto de coisas que compõe a sua existência: espaços, corpos, práticas, ideias, discursos e outros signos e marcadores sociais. Segundo Foucault, “*o delinquente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza*” (FOUCAULT, 1987, p. 223). O delinquente não comete um crime, ele é um criminoso. Não por um gesto simples de infração, mas pela existência criminosa que representa. Chega-se até mesmo a cogitar uma aproximação entre a “delinquência” e a “loucura”, pois ambos são vistos como “anormais”: escapam às normas.

Voltando ao *quadro*, Foucault nos apresenta o mesmo enquanto moldura, o que representa o limite; separando o permitido do proibido, o normal do anormal, estabelecendo assim as fronteiras das existências possíveis (FOUCAULT; 1987). Podemos perceber, então, sinais que nos remetem às *instituições disciplinares*: a sala de aula da escola, a cela da prisão, o chão da fábrica, o quarto do hospital e, no nosso caso, as *quadras de torcidas organizadas*.

Nossa aproximação entre as instituições estudadas por Foucault e as quadras de torcidas é possível pela ressonância entre estas e o aspecto “burocrático/militar”, que foi identificado anteriormente por Pimenta, e por outro aspecto fundamental que caracteriza o poder disciplinar; sua *anátomo-política do corpo* (FOUCAULT; 1987).

Escapando às discussões econômicas sobre a imensa indústria do lazer que vai progressivamente tomando forma em função do acúmulo de capital cada vez mais intenso, interessa-nos ressaltar que neste universo contraditório, em que o lazer foi cooptado pela indústria e tornou-se um de seus produtos, o *corpo* assume um lugar de destaque.



Parte III – Torcedores: Corpos e Masculinidades

Um estádio de futebol aproxima jogadores uniformizados dentro do campo e muitos torcedores (também uniformizados) nas arquibancadas. Este é um espaço que possibilita a produção de tipos de subjetividades singulares pelo fato de que são construídas através de múltiplos encontros e potências. Não há times sem torcida, nem torcedores sem equipe, assim como árbitros, adversários e gandulas não preexistem uns aos outros e tampouco subsistem sem eles. Neste espaço:

O “torcedor”, na formação “organizada”, não é mais um mero espectador do “jogo”. No grupo ele é parte do espetáculo, ele é o espetáculo, é protagonista. Vide suas vestimentas e bandeiras (estético), cantos e coreografias (lúdico), sentimento de pertencimento e representação da guerra contra os rivais (simbólico). (PIMENTA, 2003, p. 46).

Analisar os corpos e as maneiras pelas quais estes têm sido privilegiados e utilizados estrategicamente nos abre um universo de questões para pensar a relação entre o fenômeno das torcidas organizadas e a violência. Além de sua dimensão biológica, é preciso atentar para o fato de que o corpo possui uma dimensão cultural que é ao mesmo tempo social e datada: um *modelo de corpo* é (re)produzido, (re)afirmado e (des)estimulado.

Considerando estes aspectos, poderíamos propor outras questões tais como: *Que corpo poderia ser esse? A partir do que ele é pensado?* Tentaremos, na medida do possível, esboçar algumas reflexões sobre estes temas.

Primeira questão: *Que corpo poderia ser esse?* Para responder inverteremos a pergunta: *Que corpo não poderia ser esse?* Tratando-se especificamente de torcidas e sua organização institucional, já evidenciamos que apesar de transgressor, ele não pode ser “descontrolado”, pois usa as cores da torcida, é um representante da instituição e responde a um conjunto de normas (como estamos preocupados com a questão do corpo, não abordaremos estas normas, mas elas existem e alguns dos trabalhos citados as abordam). Em outras palavras, trata-se de um corpo *disciplinado* pela instituição torcida.



Segunda questão: *A partir do que ele é pensado?* Novamente invertendo a pergunta, evidenciamos que outra não-possibilidade acerca deste corpo é que ele *não* deve ser um corpo *feminizado*, pois ainda há, equivocadamente, àqueles que associam o *feminino* a aspectos como submissão, fragilidade e passividade. Ou seja, o torcedor-organizado-violento é pensado no *masculino*: dominador, resistente e ativo. Prova disto é que a presença de mulheres em torcidas organizadas é radicalmente menor do que a de homens, e em alguns casos, a posição que ocupam como torcedoras organizadas exigem que estas características supostamente masculinas sejam incorporadas pelas mulheres.

Selecionamos trechos de uma série televisiva inglesa chamada *The Real Football Factories Internacional* (2007), em que o apresentador e ator Danny Dyer visita torcidas organizadas ao redor do mundo, tendo como principal chamada à questão da violência no futebol (todos os trechos citados foram retirados do episódio sobre o Brasil. Optamos por não repetir o episódio da série ao longo do corpo do texto por discutirmos sempre o mesmo. Para maiores detalhes sobre a série, consultar as referências na Bibliografia).

Neste episódio sobre o Brasil são visitadas três cidades: Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Nestas cidades ele se encontra com duas torcidas rivais de cada localidade: Raça Rubro Negra (Flamengo), Força Jovem Vasco, Mancha Verde (Palmeiras), Gaviões da Fiel (Corinthians), Camisa 12 (Internacional) e a Geral do Grêmio.

Durante sua visita à cidade de São Paulo, Dyer entrevista Jânio (presidente da torcida Mancha Verde do Palmeiras), praticante da arte marcial tailandesa Muay Thai e que fala sobre a questão do corpo:

É lógico que você tem a parte física que você tem uma vantagem grande sobre os demais. É bom também porque na arte marcial você aprende a **disciplina**, o respeito ao mestre, aos professores. O **respeito aos superiores**, vamos dizer assim. E aí **isso acaba passando pra torcida**. (Trecho retirado do episódio sobre o Brasil da série *The Real Football Factories Internacional*.); [Grifos nossos].

É interessante notar a relação entre torcida, disciplina e hierarquia, mas ainda mais importante que isso é perceber como a arte marcial funciona como um



potencializador de masculinidade. Fátima Regina Cecchetto (2004) discute esses aspectos em seu livro *Violência e Estilos de Masculinidade*:

Os esportes de combate, com ou sem armas, evocam uma habilidade baseada na força e na técnica, atributos que seus praticantes acreditam que devem possuir e adquirir para construir socialmente sua masculinidade. **Demonstrar tenacidade e determinação seriam os aspectos exigidos dos homens ao buscar a vitória no combate**, valores também conhecidos como “garra” ou força de vontade para vencer. (CECCHETTO, 2004, p. 142); [Grifos nossos].

Além das artes marciais, reconhecemos duas outras características físicas que são marcadores da violência afirmativa e constitutiva da masculinidade do torcedor. A primeira são as *cicatrizes* dos combates. Ainda na sede da *Mancha Verde* em São Paulo, Dyer entrevista Leandro (8 anos como torcedor organizado) que exhibe suas cicatrizes como resultado de trocas de socos, de bombas da polícia, pedradas e outras (*The Real Football Factories Internacional*, 2007).

Outro membro desta torcida é contratado para desenvolver um serviço especial e gratuito aos seus membros, segunda das características físicas usadas como marcadores que buscamos identificar: *tatuagens*. Ao longo do episódio da série *The Real Football Factories Internacional*, quase a totalidade dos torcedores possuíam tatuagens do time. Rafa, o tatuador oficial, diz que: “*Estamos perdidos, eu acredito na briga de homens, de orgulho e honra do time de futebol. A honra do Palmeiras e da Mancha Verde*”. (Trecho retirado da série *The Real Football Factories Internacional*, 2007) [Grifos nossos].

Enquanto escrevíamos este trabalho, conversávamos com colegas sobre o tema e um deles possui uma tatuagem de seu time, o que nos chamou a atenção. Quando lhe perguntamos sobre a escolha da tatuagem, ele nos respondeu de forma que merece ser mencionada. Segundo ele, não é estranho encontrar um sujeito capaz de mudar de cidade, de país, de classe social, de gênero, de preferência sexual, de sexo biológico e até mesmo de religião, mas não de time de futebol. Esta suposta imunidade ao arrependimento em se tatuar se dá porque deixa-se de torcer pelo time para não torcer em absoluto, mas dificilmente para torcer por outro time, especialmente se for um time



rival. Uma das possíveis razões para isso é a noção de que ao torcedor, como “parte do espetáculo”, cabe *apoiar* seu time, especialmente nas dificuldades.

Tanto as *cicatrizes* quanto as *tatuagens* são *marcadores sociais* que referenciam e valorizam um estilo de masculinidade possível pela instituição disciplinar torcida organizada.

Em sua visita à torcida *Geral do Grêmio*, em Porto Alegre, Dyer entrevista o líder da torcida (“Alemão”) que em sua fala associa o estilo de masculinidade, violência e sua relação fora do universo da Torcida:

O Grêmio é uma religião, o Grêmio é minha vida, sem o Grêmio não sou ninguém. O Grêmio é nossa vida, a gente faz tudo pelo Grêmio. Por exemplo, a mulher que quer namorar comigo, quer se casar comigo, ela tem que ter a noção de que hoje eu tô namorando ela, amanhã eu tô em São Paulo vendo o jogo do Grêmio. Ela tem que saber que hoje eu não volto pra casa, ganhando ou perdendo, eu vou beber com o pessoal aqui, todas, só que no final eu vou comer ela. (*The Real Football Factories Internacional*. 2007).

Destacamos disciplina, corpo, masculinidade em relação direta com a Torcida Organizada, pensada tanto como *fenômenos* quanto como *instituição*. Com estas reflexões em evidência, outra questão nos parece profundamente pertinente: a *subjetividade* destes sujeitos.

Quando falamos em subjetividade, não estamos nos referindo a pressupostos *universais*, mas sim a sujeitos que, longe de nos remeterem a um “Eu” uno, indivisível e coeso, é fragmentado e múltiplo. Félix Guattari, filósofo francês, retratou o aspecto do “*estar na realidade do corpo social*” denominado *subjetividade*, a qual seria “*essencialmente fabricada e modelada no registro do social*”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31).

Discutir torcidas organizadas de futebol, nestes termos, abre portas para o debate acerca de uma subjetividade possível dentro de um dado recorte tempo-espço. Em suas considerações sobre a subjetividade, Guattari e Rolnik argumentam que esta não seria “*passível de totalização ou de centralização no indivíduo*” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31). Uma questão importante, e que tem escapado aos trabalhos que até então se debruçaram sobre a temática, é que as condições de possibilidade para se pensar este



sujeito torcedor-organizado-violento são *datadas* e *socialmente construídas*, não necessariamente decorrência somente de eventos econômicos e problemas sociais.

Um dos aspectos que apontamos anteriormente e devemos sempre lembrar enquanto pesquisadores no campo das subjetividades é a armadilha presente na redução do sujeito às suas ações. Percebemos isto em muitos discursos que tomam os torcedores como *vândalos* devido aos seus atos de violência, mas ao estudarmos subjetividades podemos notar que não existe o “*sujeito-torcedor*”, pois o sujeito se constitui na experiência. O sujeito se constrói *torcedor*, enquanto torce; se constrói como *organizado*, quando se organiza; mas em outros momentos é filho, pai, marido, irmão, professor etc. Um exemplo disto aparece durante uma entrevista de Dyer, na sede da torcida *Camisa 12* do Internacional, em que o entrevistado está comentando:

Nós tivemos um pequeno "desentendimento" com o pessoal do Grêmio, e quando as coisas ficaram ruim pra eles, começaram a atirar. Eu tomei um tiro no braço, mas tá tranquilo. E mesmo com armas eles correram, não ficou ninguém pra nada. O futebol nos leva a isso, o Inter nos leva a isso, a defender as cores do clube até o fim, e pra ele a gente dá a vida. Se tiver que matar a gente mata, se tiver que morrer a gente morre. (*The Real Football Factories Internacional*. 2007).

Ao final da frase, o entrevistado é interrompido pelo presidente da torcida (Miguel) que lhe dá um celular dizendo: “*Sua mãe*”. Imediatamente o entrevistado pega o celular, sorri, mostra o visor para o câmera e diz carinhosamente: “*Mamãe!*” (Trecho retirado da série *The Real Football Factories Internacional*, 2007).

Considerações Finais

Assim como Pimenta, entendemos as torcidas organizadas como um *fenômeno* datado, social e complexo; organizado a partir de um princípio “burocrático/militar” (PIMENTA; 2003). Violento sim, sem dúvidas. Entretanto, um olhar reducionista ao âmbito da violência empobrece em demasiado o tema. Com Lapassade, entendemos as torcidas como uma *instituição* social marginalizada, sem dúvidas por suas relações com a violência, potencializadas especialmente pela mídia (LAPASSADE; 1983). Com



Foucault, percebemos que a instituição tem suas particularidades, trata-se de uma *instituição disciplinar* que administra as relações microfísicas entre os corpos que as compõem (FOUCAULT; 1987). Com Cecchetto, relacionamos a disciplina com a questão da *violência*, da *masculinidade* e do *corpo*, evidenciando que é necessário ter um olhar atento a diferentes marcadores sociais, pois estes se influenciam mutuamente (CECCHETTO; 2004). E por fim, com Guattari e Rolnik apresentamos a *subjetividade* como um *locus* privilegiado para pensar as relações de e entre torcidas organizadas (GUATTARI; ROLNIK; 1996). Nos entremeios do texto, utilizamos citações de sujeitos envolvidos nestes universos, tanto para complexificar como para desnaturalizar estigmas e estereótipos.

O desafio de discutir e reconhecer os elementos de produção de novas formas de relação é reconhecer a possibilidade de novas construções de sujeitos em um circuito de produção de subjetividades, a princípio, sem fim. Ao invés de compartimentar saberes e identidades, buscamos trânsitos livres na busca de novas conexões. Propomos assim, uma experimentação que leve em conta não identidades, mas devires, não retrospectos da “realidade” do passado, mas o próprio presente, e o ensaio de novas formas de subjetividade, preferencialmente menos violentas.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Luiza. Violência entre torcidas organizadas é tema de evento em Belo Horizonte. *GI*. Minas Gerais, 20/08/2013, Caderno Notícias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/08/violencia-entre-torcidas-organizadas-e-tema-de-evento-em-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 03 abril. 2014.

AZEVEDO, Aldo Antônio de. Torcedores, Mídia e Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Distrito Federal / Aldo Antônio de Azevedo (org.). Brasília: Thesaurus, 2008.



CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. [Verbetes “Corpo” p. 89, “Disciplina” p. 112 e “Poder” p. 331].

CECCHETO, Fátima Regina. Violência e estilos de masculinidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolíticas - cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. RJ: Francisco Alves. 1983.

MÁXIMO PIMENTA, Carlos Alberto. Torcidas organizadas de futebol. Identidade e identificações, dimensões cotidianas. In: *Futbologias: Futbol, identidad y violencia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 39-55. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100920124116/3PI-Pimenta.pdf>>. Acesso em: 03 abril. 2014.

MURAD, M. *A violência ao futebol: dos estudos clássicos aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MURAD, M. *A violência no futebol*. São Paulo: Saraiva 2012

SANTOS, T. C. *Dos espetáculos de massa às torcidas organizadas: paixão, rito e magia no futebol*. São Paulo: Annablume, 2004.

THE REAL FOOTBAL FACTORIES. Dirigido por Carl Callam, Daniel Riley. Elenco: Danny Dyer. United Kingdom: Bravo (United Kingdom) e CNN, 2007. 8 episódios (44 minutos cada), colorido. Inglês.

Para mais detalhes ver: <http://www.imdb.com/title/tt1079234/>

TOLEDO, L. H. Torcidas organizadas de futebol. Campinas: Autores Associados/Anpocs, 1996.

*Mestrando em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail de contato: gthirata@gmail.com

**Discente de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail de contato: fael.avila@hotmail.com



POLÍTICA E ECONOMIA NO FUTEBOL EM PORTO ALEGRE, 1909 - 1919

Ricardo Santos Soares*

Resumo: É comum encontrarmos trabalhos a partir da segunda metade do século XX sobre futebol envolvendo economia e política. Contudo, destacamos aqui uma série de informações que mostram que essa tríade já está em conexão muito tempo antes. Este artigo que é parte de uma pesquisa sobre história social do futebol, tem como objetivo mostrar como o esporte bretão começa a ser usado comercialmente em Porto Alegre no final da primeira década do século XX e durante a década de 1910. Ao mesmo tempo destacamos seu envolvimento a política em benefício dos clubes que, ao mesmo tempo não auferiam nenhum tipo de renda apesar do destaque comercial.

Palavras Chave: História Social. Futebol. Comércio. Política.

Introdução

Na tentativa de escrever um trabalho sobre história social do futebol no Brasil, mais especificamente sobre o futebol em Porto Alegre, deparei-me com certo número de informações que julgava difícil trabalhar conjuntamente aos três elementos que havia destacado nos primórdios do futebol do sul do país:

A questão de classe social, pois o esporte foi introduzido na cidade em 1903 a partir de duas partidas-exposição realizadas pelo *Sport Club* Rio Grande (clube de futebol mais antigo do Brasil), da cidade de mesmo nome, engendrando a fundação dos dois primeiros clubes nativos: *Grêmio Foot-Ball* Porto-Alegrense e *Fuss-Ball Club* Porto Alegre. Durante muitos anos os esportes e neste caso, o futebol, foram cultivados pela elite da cidade (responsável por trazer os visitantes rio-grandinos) com uma separação muito rigorosa das classes baixas caracterizando o que Eric Hobsbawn (2008) descreveu como intenção de isolamento das massas e criação de um padrão burguês esportivo.

Temos também a questão étnica a partir da fundação em 1907 do *Foot-Ball Club* Rio-Grandense, clube de negros cuja longevidade foi de extrema importância para a organização de uma liga de futebol negra a partir de 1920, conhecida pelo epíteto de



“Liga da Canela Preta”. Questão pouco investigada e que julgamos incluir-se no que certa historiografia chama de “protagonismo negro do pós-abolição”ⁱⁱⁱ.

E por fim o terceiro elemento foi questão nacional. Se um viajante britânico no final do século XIX chega a afirmar que Porto Alegre mais parecia um principado alemão no Brasilⁱⁱⁱ, não é difícil imaginar que o envolvimento desses imigrantes e seus descendentes não foi pouco. Fundaram nas primeiras décadas do século seguinte, inúmeros clubes de futebol, juntando-se a eles imigrantes de outras nacionalidades que apesar de vindos posteriormente e em menor número que os teutos, também fundam clubes com características nacionais (teuto, hispânico ou polaco) ou mistos (principalmente ítalos juntando-se com elementos nacionais) ajudando inclusive a criar um circuito médio entre os clubes da elite e dos negros.

Os três marcos investigativos eram, portanto, classe social, etnia e nacionalidade e possuíam referências em outros trabalhos sobre história social dos esportes. Neste caso destacamos a tripla escolha que se aproxima de Ricardo Pinto dos Santos (2006, p. 33) falando sobre a capital fluminense: “aspectos como inserção social, racismo, e identidade regional/nacional compõem a tríade básica para entendermos o esporte no Rio de Janeiro, no início do século XX.”

Porém, as notícias encontradas nas fontes jornalísticas que julgava difícil de trabalhar conjuntamente com o trio escolhido tratavam de economia e política envolvendo o futebol. A dúvida surgida foi: “Como incluir economia e política em uma monografia sobre história social?”

O problema era a grande separação que fazia entre História Política e História Econômica da História Social.

Dúvidas dirimidas a partir de algumas leituras como o trabalho de José D’Assunção Barros (2005, p. 2) que destaca esta última como “modalidade historiográfica rica de interdisciplinaridades com todas as Ciências Sociais, e igualmente rica na sua possibilidade de objetos de estudo,” e apesar das oscilações de significado “a História Social abre-se de fato a variadas possibilidades de definição e



delimitação que certamente interferem nos vários trabalhos produzidos pelos historiadores que atuam neste campo intradisciplinar.”

Junto a isso veio o trabalho de E. P. Thompson (1987) que foi importante por destacar que as revoluções e os processos de transformação social são momentos privilegiados para a percepção das identidades de classe, inclusive as relativas aos grupos sociais menos privilegiados. Neste caso, o futebol abre uma nova possibilidade de investigação na medida em que os três grupos sociais destacados anteriormente estão em atividade e disputando espaço no campo esportivo que originalmente pertencia a elite e, por isso, provocando transformações sociais.

Se na segunda década do século XX as fontes jornalísticas de Porto Alegre são abundantes em notícias sobre serviços, produtos e uma legislação em benefício ao futebol, as mesmas páginas destacam atletas negros, imigrantes e pobres nacionais, ganhando espaço nos periódicos dominado pela elite local. Desse modo, seria um erro separar do debate social as informações econômicas e políticas envolvendo o esporte ainda mais que se prestam a evidenciar o padrão esportivo burguês descrito por Hobsbawn.

Dissolvidas as dúvidas acerca da apresentação ou não de tais informações, a incluímos como parte da *História Social do Futebol em Porto Alegre de 1903 até o ano de 1919* e que agora apresentamos com destaque neste artigo.

O futebol vira negócio

Apesar de afirmar em abril de 1909, que “hoje em dia, porém, pode-se assegurar que o *foot-ball* é o *sport* da moda, a diversão preferida da nossa elite.”ⁱⁱⁱ, Archymedes Fortini, cronista esportivo do periódico *Correio do Povo*, não conseguiu prever que nos meses seguintes, o *association foot-ball* se transformaria também na diversão preferida de grande parte da cidade, superando não apenas barreiras de classe, mas também étnicas e nacionais, que outros esportes como o remo e o ciclismo não haviam sido capazes, até aquele momento.

Também não previu que poderia se tornar um bom negócio.

Tornando-se um fato social de relevância para Porto Alegre, inúmeros empreendimentos foram levados adiante usando o nome “*foot-ball*”, tudo muito pequeno ainda, se compararmos aos dias atuais, entretanto, percebemos que mesmo sem completar dez anos de seu advento na cidade, o *frisson* que seu nome causava foi levado para áreas que pouco ou nada tinham de relação com os esportes.

É provável que isso tenha começado com a venda dos equipamentos para sua prática antes de tomar outros meios. Por ocasião da segunda visita do clube de futebol mais antigo do Brasil *Sport Club* Rio Grande em maio de 1909 (a primeira em 1903 ocasionou a fundação dos pioneiros da cidade como citamos anteriormente), a loja “Ao Preço Fixo” começou a anunciar regularmente durante, todo o ano, em *A Federação*, os artigos mais simples para a prática do futebol: a bola e a bomba de inflar. Justamente a loja onde teria trabalhado o principal nome da fundação do *Sport Club* Internacional, Henrique Poppe Leão. Também em um momento duplamente oportuno, porque, além da visita dos riograndinos, era o período que chamamos de *boom* do futebol, com a fundação do próprio Internacional e de inúmeros outros dos quais, alguns vieram a fazer parte da elitista Liga de *Foot-Ball* Porto Alegrense no ano seguinte. Parece que momentos como esse, de esperteza comercial para a propaganda foram raros, e os demais anúncios não tiveram vínculos com eventos ou algum outro momento especial. Contudo, não parece ser coincidência que a primeira divulgação de um produto do futebol ocorre justamente no ano de grande propagação de clubes, além do que, a loja responsável pelo anúncio tem característica bastante popular.



Em novembro de 1910, começaram a ser publicadas grandes notas no *Correio do Povo* sobre a futura inauguração das Casas Clark com o aviso, disposto da seguinte forma:

Brevemente
Inauguração da
Casa Clark
Sortimento completo
De calçado para
Homens, senhoras e crianças
Artigos para *foot-ball*
Impermeáveis e outros artigos
389 Andradas 389
(*Correio do Povo*, 25 de novembro de 1909).

Ou seja, ainda nem inaugurada e a casa comercial destacava os produtos relacionados ao futebol. Muito provavelmente já sabendo a certa popularidade de que já gozava o esporte.

A única propaganda publicada que envolvia algum outro esporte era sobre o Restaurante *Jockey Club*, localizado na rua da Ladeira (atual General Câmara), mas ainda, assim um estabelecimento que não tinha nenhuma relação com o esporte a não ser talvez o nome para quem sabe, chamar como clientela os turfistas, ou ainda o gosto deste esporte por parte dos proprietários. Este caso é interessante como exemplo de que em outros ramos, como este dos restaures, empresários começaram a perceber o potencial comercial dos esportes. Desse modo, encontramos um caso parecido, o estabelecimento com a seguinte propaganda:

Restaurante *Sportman*. – Inaugurou-se, ante-hontem, em um compartimento do andar superior do Mercado Publico, a sala de refeições do RESTAURANTE *SPORTMAN*, de propriedade dos srs. Vettorelli, Baron & C.

A sala apresenta agradável aspecto pela abundancia de luz e hygiene, a par do elegante mobiliario e serviço de cosinha, dirigido por competente profissional (*Correio do Povo*, 5 de setembro de 1911. O destaque em fontes maiúsculas é original da publicação).



Voltando especificamente para o futebol, com repetidos anúncios, a Casa Clark destacou que sua inauguração seria dia 1º de dezembro de 1910, e lá estava estampado, no dia da inauguração, uma publicidade maior, com a descrição dos artigos à venda, e, em um dos trechos, o destaque era o seguinte:

Artigos Inglezes

Mantemos uma secção bem sortida de artigos estrangeiros, como sejam: **impermeáveis, perneiras, meias, foot-balls** e pertences; calçados para regatas e gymnastica, **tenis, cricket, foot-ball** e muitas outras novidades (*Correio do Povo*, 1 de dezembro de 1910. O destaque em negrito é original da publicação).

Portanto, mesmo que a especialidade da loja fossem calçados, como consta em outros anúncios, podemos perceber que a procura por artigos esportivos devia ser grande, já que na inauguração da Casa Clark os esportes tinham um destaque significativo, principalmente o futebol.

Mas se aqui ele aparece dividindo espaço com outros esportes, ao longo dos próximos anos, o que se viu foi uma exclusividade nos anúncios da mesma loja que por vezes apenas anunciava seus artigos relacionados ao *foot-ball*: “**Aos clubs Foot-balls** chamamos a atenção do grande sortimento de artigos ingleses para este *sport* na **Casa Clark** Andradas 389”.ⁱⁱⁱ

Com o início do ano, as propagandas eram mais detalhistas, prevendo uma demanda maior, no início da temporada: “**Foot-Balls**, meias, calçado, agulhas e apitos, grande sortimento recebeu a **Casa Clark** Andradas 389”.ⁱⁱⁱ Não acreditamos que a Casa Clark seja a única a vender artigos relacionados ao *association*, até mesmo pelo fato de que estamos falando apenas do *Correio do Povo*, mas as constantes propagandas ao longo dos primeiros anos da Liga de *Foot-Ball* Porto-Alegrense chamam atenção pela repetição.

Uma publicação de 1919 anunciava também artigos esportivos. Era o “**Bazar A Tricolor** de Hanssen e Mohrdieck” (Lemos e Carvalho, 1919), loja localizava na rua dos Andradas, 449. Os proprietários eram dois *foot-ballers* que perceberam de forma pioneira que os clubes eram nomes de referência na cidade, e poderiam gerar negócios,



assim, batizaram seu empreendimento com o cognome do Grêmio Porto-Alegrense, “tricolor”, clube no qual jogavam. Além de artigos ligados ao futebol, a loja vendia brinquedos, objetos para escritórios, perfumaria e miudezas. Contudo, sua propaganda destacava a “importação directa” e que eram “fornecedores de sociedades sportivas”.

Voltando para 1910, outro destaque fica por conta da filial de Porto Alegre da Livraria Universal (a matriz localizava-se em Pelotas), de Carlos Echenique. Conhecida por dedicar-se à temática gauchesca sendo a única empresa a editar as obras do escritor regionalista Simões Lopes Neto ainda em vida, a livraria publicava seus anúncios destacando uma interessante sessão esportiva.

Ainda quanto a publicações, Fortini anunciou o lançamento de uma revista que trataria de todos os gêneros esportivos praticados em Porto Alegre. Acreditamos que a ideia não vingou, tendo em vista a ausência de mais informações sobre a mesma. Ele dizia apenas que um de seus diretores seria o “dr. Luiz Coelho da Silva”.ⁱⁱⁱ No entanto, Ernani Haeffner (s/d) afirma que a primeira publicação sobre esportes a aparecer no Rio Grande do Sul é a *Revista Sportiva*, em 1912, do próprio Fortini, mas ao lado de Gustavo Bier Junior. Assim, o mundo editorial começava já no início do século a lançar seus produtos ligados ao futebol.

Também em 1910, no mês de outubro, é noticiado no periódico, *A Federação*, o registro da marca “*Foot-Ball*” pela empresa Braga & Leite, sediada na cidade de Rio Grande. A palavra fora anunciada para batizar uma marca de cigarros importados: “Cigarros *Foot-Ball*”. Dois anos depois, encontramos, no mesmo jornal, o registro de outra marca de cigarros. Dessa vez chamado *Sport Club*, cujo logotipo estamparia dois jogadores disputando uma bola. Sua fabricação seria na própria cidade de Pelotas, por José Gonçalves Lamas, e o slogan era: “Os cigarros *Sport Club* só são usados por fumantes de Bom Gosto”.ⁱⁱⁱ

Além do comércio de seus apetrechos e os cigarros, o futebol parece ter feito sucesso nos cinemas também. Em 24 de novembro de 1909, se anuncia em Porto Alegre o filme “*Foot-Ball* desastrado”, na sala de cinema Smart Salão. Já em agosto de 1913, no cinema Iris, é anunciado um filme chamado simplesmente de “*Foot-Ball*”.



Classificado como “natural”, tratava-se de uma partida filmada, sobre a qual, infelizmente, não consta nenhum outro dado, se era local, nacional, estrangeiro. E ainda em novembro de 1914, o Cine-Theatro Apollo anunciava uma ficção chamada “A honra do jogador de *foot-ball*”. Das cinco sessões que passariam a 2ª, 3ª e 4ª estavam reservadas a este filme, cuja descrição diz ser um drama em “3 longas partes”.

Ainda na área do lazer, em outubro de 1915, anunciava-se, em *A Federação*, uma excursão de Porto Alegre ao Rio de Janeiro, que se realizaria durante todo o mês de novembro, pela empresa “Transoceanica”. Seriam 17 dias de estada, e o restante da viagem nos vapores da companhia. Ao preço individual de 750 mil de réis (750\$000), além da passagem de ida e volta em primeira classe, o valor incluía alguns passeios, como o Pão de Açúcar, Corcovado, à Tijuca, à cidade de Petrópolis, às praias. Além disso, a vida cultural da cidade estaria disponível com entradas aos quatro principais cinemas, em três dos principais teatros (incluindo o Municipal) e a um evento esportivo: uma corrida no *Jockey Club* ou no *Derby* ou a um *match* de *foot-ball* de um dos seguintes clubes: Fluminense, Botafogo ou Flamengo.

Uma propaganda do Colégio Cruzeiro do Sul, em janeiro de 1919, exaltava que entre suas novas instalações contava com um campo de *foot-ball* para os exercícios físicos de seus alunos. Neste caso, lembramos do trabalho de Gerson Fraga que alerta para a necessidade de refletirmos “... sobre a relação entre a educação de massas e a perenidade do futebol como símbolo nacional no Brasil” (Fraga, 2009, p. 141). Por mais que este artigo não se dedique a pesquisar este vínculo, não podemos deixar passar o fato de que a importância do enraizamento do futebol a partir do cenário educacional pode ser tão antigo quanto a chegada do esporte ao país, perpetuando a relação destacada por Fraga, ainda mais se pensarmos em clubes como Canoense, São José e Concórdia no caso de Porto Alegre (Soares, 2014).

O futebol, diferente dos outros esportes, teve uma dupla valorização: como valor financeiro, e também no sentido social. Além da forma direta de se ganhar dinheiro com a venda de produtos ligados ao esporte, como seus equipamentos e livro de regras, surgia uma forma indireta de se obter alguma receita com ele. O maior interesse era,



sem dúvida, o *status* que desfrutava o futebol na década de 1910, e, longe de ser pensado como um negócio em si mesmo, como nos dias de hoje, ele funcionava como forma de agregar valor a outros produtos, como cigarros, cinema, à excursão, à educação. E neste caso, o mais importante é que todas estas notícias de ordem econômica servem para demonstrar a mudança cultural/social realizada pelos esportes na cidade de Porto Alegre e na qual o futebol era o “ponta de lança”.

Cabe destacar ainda, que todas estas ideias não partiram dos clubes como forma de arrecadar fundos para os mesmos. Clubes que precisavam de *grounds* apropriados, que tinham despesas com uniforme, bolas, medalhas, viagens, e que, nesta mesma década, vai conhecer o que convencionou-se chamar de “profissionalismo marrom”, com o pagamento a jogadores semi-profissionais.

Não percebendo que estas despesas poderiam ser custeadas por estes meios, as agremiações de futebol preferiram pedir dinheiro aos governos.

Política e futebol

Como esporte da elite, muitos dos *sportmans* porto-alegrenses possuíam vinculações partidárias. Dessa forma, a proximidade com o poder público foi usada para beneficiar o futebol financeiramente. Na verdade, não pediram apenas dinheiro, mas também solicitaram outras contribuições para diminuir seus custos, como foi o caso da segunda excursão do *Sport Club* Rio Grande, a Porto Alegre: “O Grêmio espera obter apoio do commercio, da municipalidade e da directoria da Exposição Agro-Pecuária no sentido de coadjuvar para o melhor brilhantismo em honra aos distintos *foot-ballers* rio-grandenses”.ⁱⁱⁱ

Como os outros contribuíram, não sabemos, mas encontramos pela primeira vez um pedido mais específico ao poder público municipal: “Hontem mesmo foi dirigido um officio ao nosso presado amigo e intendente municipal, dr. Montauray solicitando-se o seu concurso e auxilio para o melhor brilho e realce das festas”.ⁱⁱⁱ



Por ocasião desta que seria a primeira partida intermunicipal disputada em Porto Alegre, três autoridades foram convidadas o Presidente do Estado, Carlos Barbosa; o Intendente Municipal, José Montaury e o chefe de polícia, Vasco Bandeira. Todavia, até onde nossas fontes indicam, foi somente às portas da Intendência Municipal (atual Prefeitura Municipal de Porto Alegre) que a comissão organizadora (composta apenas pela diretoria do Grêmio) dos jogos (acabaram sendo dois) bateu pedindo ajuda.

Ante-ontem a noite a comissão central das festas foi a Intendência Municipal conferenciar com o dr. Montaury Leitão afim de ver si a municipalidade concederia um premio para ser disputado entre o *team* do Rio Grande e o desta capital (Grêmio). A referida comissão foi muito bem recebida pelo intendente que logo accedeu ao pedido.

Hontem foi feita a aquisição de dois prêmios, os quaes importaram em cerca de 200\$000, quantia essa oferecida pela municipalidade.

Sabemos que, além da taça, é muito provavel sejam adquiridas medalhas destinadas aos vencedores do torneio. (...)

Hoje em uma das vitrinas do Preço Fixo serão expostas as duas taças oferecidas pela Intendencia Municipal, afim de serem disputadas entre as sociedades desta capital e a do Rio Grande.

A primeira foi adquirida naquelle bazar e a outra na ourivesaria do sr. Carlos Foernges. Tanto uma como outra taça trazem gravadas significativas dedicatorias”(*Correio do Povo*, 22 de maio de 1909).ⁱⁱⁱ

Quantia que correu às expensas dos contribuintes municipais, e que poderia receber o incremento do custo de mais algumas medalhas. Mas tudo feito com a maior boa vontade, porque tratava-se de um importante evento para a cidade. A impressão que temos deste e de outros eventos nos quais a cidade recebeu visitantes, é de que ela realmente parava desde a chegada no porto até o embarque de volta. Neste caso, não interessa se o clube que realizou o evento seria A ou B, era um “evento”, e a cidade deveria contribuir segundo o que se pode perceber nas fontes. Ao mesmo tempo, fica claro o destaque ao Grêmio Porto-Alegrense com relação aos demais.

Também ao saberem da fundação da Liga de *Foot-Ball* Porto-Alegrense em 1910, as autoridades estaduais enviaram uma comunicação a ela, saudando e “... ao mesmo tempo promettendo prestar todo o seu auxilio”.ⁱⁱⁱ Desse modo, não demorou muito, e os pedidos ao governo estadual começaram a aparecer.



Em 31 de agosto, veio um, para viajar ao sul do estado levando uma seleção dos melhores jogadores da cidade para baterem-se contra algumas equipes, principalmente contra os argentinos do Estudantes de Buenos Aires. O Grêmio novamente, na qualidade de organizador da equipe e principal clube a ceder jogadores para a mesma, dirigiu um telegrama à Companhia Costeira, pedindo um abatimento nas passagens e, com uma curiosa obstinação, pediria auxílio aos governos estadual e municipal: “- Alguns *sportsman* estão empenhados em obter, do governo do Estado e do Conselho Municipal, um auxílio para facilitar a viagem dos *foot-ballers* ao Rio Grande”.ⁱⁱⁱ

Segundo o *Correio do Povo*, tal empenho deu resultado: “O conselho Municipal auxiliou o *team* que partiu desta capital para o Rio Grande com 1.000\$000, e o presidente do Estado com 30% sobre o valor das passagens”.ⁱⁱⁱ

Vieram para Porto Alegre as equipes do Rio de Janeiro e São Paulo, ao final do ano de 1912, no que foi talvez o maior evento esportivo, até então. O Presidente do Estado, Carlos Barbosa, negou auxílio financeiro ao pedido feito pessoalmente no palácio pelo presidente do Grêmio, Aurélio de Lima Py, entretanto, ofereceu duas lanchas a vapor para a chegada dos selecionados e as bandas de música que fossem solicitadas. Já o Conselho Municipal, segundo *A Federação*,ⁱⁱⁱ assentiu com o pagamento de parte das despesas do evento.

No ano seguinte, o mesmo órgão concede ao Grêmio mais 7 contos (7.000\$000)ⁱⁱⁱ para custear as despesas com a vinda da primeira equipe internacional para Porto Alegre, o *Bristol Foot-Ball Club* de Montevideú. Mas da mesma forma que no ano anterior, agora o novo presidente do Estado, Borges de Medeiros, negou ajuda financeira em espécie.

Estes auxílios aos clubes de futebol parecem mais comuns do que pensamos ao tomar conhecimento de projetos de lei como este da autoria do deputado Federal Raul de Moraes Veiga, submetido à consideração da Câmara:

O congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica o governo autorizado a subvencionar anualmente com a quantia de 30 contos de réis a Liga Metropolitana dos *Sports Athleticos* do Rio de Janeiro, afim de

que promova todos os anos *match* internacionais de *foot-ball* nesta capital e em S. Paulo, abrindo o governo o necessário crédito.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário (*Correio do Povo*, 9 de setembro de 1910).

Desse modo, fica claro que o auxílio financeiro dos governos aos encontros de futebol era algo já comum no Brasil, pois era visto como importante para o desenvolvimento físico e educacional brasileiro. Apenas algumas poucas agremiações podiam exprimir os reais valores de um *sportman* os reverberando a partir de novos *matches* e eles eram por tudo que vimos até agora, os clubes da elite. Com facilidade, apontamos em 1910: o Fluminense e o Botafogo no Rio de Janeiro; o São Paulo *Athletic Club* e o Club Atlético Paulistano em São Paulo; no Rio Grande do Sul, o *Sport Club* Rio Grande, na cidade de mesmo nome, e o Grêmio, em Porto Alegre. Todos clubes que podemos dizer, apresentavam o padrão burguês futebolístico nos moldes do que citamos de Hobsbawn (2008).

Quanto aos benefícios de Rio de Janeiro e São Paulo, não encontramos nenhuma linha que solicitasse a ampliação do mesmo para outras capitais ou mesmo questionasse a lei do deputado Raul de Moraes Veiga. Da mesma forma que parece haver um consenso dentro das cidades sobre os clubes que poderiam solicitar e obter tais benefícios públicos, por sua vez, parece haver também concordância quanto às cidades que receberiam esta verba federal.

Como exemplo do prestígio do Grêmio Porto-Alegrense sobre os demais, podemos citar a tentativa do Internacional, por meio da Liga, que presidia em 1911, de levar a seleção Uruguaia, que estava em Pelotas para Porto Alegre. E nem mesmo se utilizando do compatriota uruguaio Florêncio Ygartua conseguiu seu intento. Um segundo exemplo é o fato do Grêmio trazer em 1913 a Porto Alegre, o primeiro clube estrangeiro (o *Bristol Foot-Ball Club* de Montevideú), mesmo desligado da Liga Porto-Alegrense. Além disso, é possível perceber ao longo da década de 1910, em todos estes eventos a estreita relação entre as três agremiações de mais prestígio do Estado: Grêmio, Rio Grande e o *Sport Club* Pelotas.



Ainda que as solicitações não cessassem, estes mesmos clubes também realizavam atividades beneficentes, arrecadando fundos para causas que se julgavam justas.

A primeira delas é um jogo entre Grêmio e *Fuss-Ball*, cujo produto das entradas reverteu em benefício da Santa Casa de Misericórdia em, 9 de agosto de 1908.

Em 1910, para auxiliar a Marinha na aquisição do novo encouraçado Riachuelo, também se iniciou uma campanha para arrecadação de fundos, na qual participariam os sete clubes da elitista Liga Porto-Alegrense.

Ou ainda, as duas campanhas de 1914: a primeira em junho, arrecadando fundos para a construção da estátua do Barão do Rio Branco (localizada em frente ao atual Memorial do Rio Grande do Sul) e a segunda é em setembro, com um jogo da mesma liga de futebol, que teria a bilheteria remetida à Liga do Rio Grande do Sul Contra a Tuberculose.

Com efeito, podemos perceber como muito forte a questão nacional, com o apoio à memória do Barão do Rio Branco e com a aquisição de embarcação à Marinha. Nos outros dois casos a ajuda seria a causas sociais ligadas a saúde. Portanto, os clubes da elite faziam sua parte da forma como patrioticamente acreditavam ser correta e por parte dos *sportmans* da cidade.

Porém, os pedidos não cessaram, e apesar das solicitações para ajuda nas despesas com a vinda de equipes de fora da cidade partirem sempre do Grêmio, como demonstram nossas fontes, acreditamos que postulações das mais diversas deveriam vir de outros clubes da capital, e que não viraram notícia, talvez pelo fato de serem apenas autorizações, empréstimos ou alguma ajuda de menor valor, como a cessão por parte da Intendência Municipal ao *Sport Club* Internacional de seu primeiro campo esportivo, na rua Arlindo, ou o pedido do *Fussball Mannschaft Frisch Auf* (fundado em 1908) para utilização do antigo campo do Grêmio *Foot-Ball* Internacional (clube que nada mais sabemos além desta informação) na Redenção.ⁱⁱⁱ Neste caso, acreditamos que outras tantas agremiações tenham solicitado o mesmo, pois *Militar Foot-Ball Club* (fundado em 1909), *Sport Club* Internacional, Grêmio *Foot-Ball* Internacional, *Foot-Ball Club*



Rio-Grandense, entre outros, estiveram, em determinado momento, utilizando um espaço da Redenção (atual Parque Farroupilha) para seus jogos ou treinos. Todos pedidos de repercussão bem menor do que os barulhentos encontros com equipes de fora da cidade promovidas pelo *Grêmio*.

Por essa mesma lógica, é possível que outros esportes tenham se beneficiado apesar de não encontrarmos notícias a respeito, contudo, imaginamos muito difícil que qualquer tipo de patrocínio público seja próximo dos benefícios concedidos ao futebol.

Mas os pedidos não cessariam por aí. Não bastasse o dinheiro para patrocinar os jogos encontramos a solicitação da construção de uma cancha municipal em auxílio a Liga Porto-Alegrense. Mesmo sem revelar o autor da missiva, Fortini a publica na íntegra:

Sr. Redactor da secção sportiva do Correio do Povo.

Como sabeis, é o *foot-ball* um dos jogos que mais nos apaixonam actualmente, e, também, um dos que maiores dificuldades traz às nossas sociedades que o cultivam, pela falta de local apropriado para esse útil *sport*.

Das sete sociedades que compõem a Liga Porto-Alegrense, apenas três possuem instalações, segundo o regulamento da mesma Liga. Para acabar com essa irregularidade, a Liga pensa adquirir um *ground* em condições, onde effectuar-se-ão os *matches* das sociedades confederadas. Mas de antemão, sabemos que, sem auxílio do município, nada poderá ella fazer, mesmo dentro de alguns anos, pela falta de recursos de que se resente.

Ora, à intendência foi devolvido o Velódromo que, segundo dizem, será transformado em uma praça.

Levando-se em conta a propriedade do logar, bem poderia o intendente municipal, seguindo o exemplo da prefeitura do Rio, que transformou o campo de S. Christóvão em centro de jogos athleticos, fazer o mesmo com a antiga séde da União Velocipédica contruindo, ali, um bom *ground* para o cultivo do *foot-ball*, concorrendo pro esse modo, para a estabilidade da nossa Liga e para o progresso da cultura physica entre nós, tão altamente cuidada pelos governos nos centros mais civilizados do mundo.

Por esse motivo, sr. Redactor, tomamos a liberdade de pedir-vos uma propaganda nesse sentido, contando com a vossa dedicação não desmentida em prol do *sport*.

Um *foot-baller* (*Correio do Povo*, 11 de dezembro de 1910).

Mesmo que tal ideia não tenha vingado na esfera municipal, esta reivindicação de um estádio municipal, por si só, é um corolário daquilo que estamos afirmando sobre a valorização do futebol.



Nesta solicitação destacaríamos a necessidade dos governos promoverem os esportes, classificando aqueles que assim o fazem como “mais civilizados”. E nesse caso, o redator esportivo, Archymedes Fortini, não faz nenhum juízo de valor ou observação sobre o documento, no que aparentemente parece concordar, fato que se deve, principalmente, por ser ele próprio um *sportman*, ex- sócio do Grêmio e fundador de três clubes no ano de 1909, inclusive do *Sport Club* Internacional.

No final do ano de 1911, temos mais uma importante notícia a respeito dos benefícios do poder público ao futebol. Dia 20 de novembro, foi noticiada a discussão, na Assembleia Legislativa, sobre a solicitação por parte do Grêmio Porto-Alegrense sobre a isenção de impostos para clubes de futebol no Estado, cuja confirmação saiu no dia seguinte e cuja redação da lei foi outorgada com o seguinte texto:

Lei n. 139 de 30 de novembro de 1911

Isenta do imposto as associações sportivas de *foot-ball*.

Doutor Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento do disposto no artigo 49 da Constituição, que a Assembléa dos Representantes do Estado aprovou em sessão de 22 de novembro corrente e eu promulgo a seguinte resolução:

Artigo 1º - Ficam isentas de impostos estaduais as associações sportivas de *foot-ball*.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo, em Porto Alegre, 30 de novembro de 1911.

Dr. Carlos Barboda Gonçalves

Candido José de Godoy.

Nesta secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda foi selada e publicada a presente lei, aos 30 de novembro de 1911.

Joaquim Mauricio de Oliveira, Director (*A Federação*, 9 de dezembro de 1911).

Apesar das justificativas de benefícios físicos dos esportes, defendidos como salutar e importantes também para o caráter e a moral do indivíduo, como são citados segundos fontes de inúmeros trabalhos acerca dos primórdios dos esportes modernos no Brasil, todas estas justificativas caem por terra com benefícios tão específicos ao *foot-ball*. É possível que tenhamos aqui uma mudança de paradigma, que é reforçado com



outra isenção de impostos. Dessa vez para artigos de *foot-ball* importados por Rio de Janeiro e São Paulo, como é noticiado no mesmo jornal logo em seguida:

Rio, 19 – No orçamento da receita foram aprovadas 185 emendas entre as quae as seguintes:

[...] concedendo isenção de direitos aos objectos destinados aos *sports* athleticos, importados pela Liga Metropolitana e Liga de *Foot-Ball* de S. Paulo [...] (*A Federação*, 20 de dezembro de 1911).

Porto Alegre sendo periférica com relação a São Paulo e Rio de Janeiro, no futebol também não buscou equiparar-se com ambas, mas sim, espelhar-se. Se nos dois grandes centros do país o futebol era apoiado pela classe política no Rio Grande do Sul não deveria ser diferente o apoio financeiro tinha mais uma justificativa.

Considerações Finais

Assim como todos os esportes modernos, o futebol, ou melhor, o *foot-ball* chegou ao Brasil pelas mãos da elite. O que destacamos é que com seis anos de sua chegada a Porto Alegre, já podemos encontrar a oferta de produtos relacionados ao esporte, e que, por sua vez, aumenta ao longo do tempo na medida em que o futebol cria vínculos e estabelece raízes.

O prestígio do esporte preferido da elite da cidade foi o responsável por criar, já na década de 1910, o consumo de bens e serviços ligados ao futebol. Entretanto, os beneficiados com esta vinculação foram os comerciantes que souberam aproveitar desse *status* imprimindo a seus negócios a “marca” futebol e não os clubes de futebol que batiam as portas dos gabinetes políticos.

O futebol desde seu estabelecimento como atividade da elite passou a receber benefícios dos governos, municipal, estadual ou federal bem como seus respectivos legislativos aprovando os mesmos. Parece que, num primeiro momento, a novidade não precisou ou pediu qualquer tipo de auxílio, pois, nascendo, precisava vingar nestes rincões. Entretanto, oportunamente, quando vivo e forte, o *foot-ball*, junto dos seus pais,



a elite, recebeu primeiro da municipalidade sua benção. Tal qual os três reis magos, o município, o estado e, no caso de Rio e São Paulo, a união, não se furtaram em abençoar-lhe, e prestaram o jovem *foot-ball*, desde os primeiros anos, a necessária ajuda para continuar crescendo mais vigoroso e forte. Ao menos no lar privilegiado das boas famílias da elite.

E por último, vale lembrar que revendo conceitos e tentando definir campos da História Social deparei-me com a dificuldade de estabelecer temas rigorosos em uma área tão rica em possibilidades interdisciplinares inclusive. Porém, nada que o rigor do estudo não corrigisse demonstrando como é diverso e amplo este campo historiográfico. O que tornou mais claro como questões de caráter econômico ou político deveriam ser apropriados por um trabalho de história social do esporte.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. *A História Social: seus significados e caminhos*. LPH – Revista de História da Universidade. Ouro Preto: UFOP, 2005.
- CHARTIER, Roger. 'Cultura Popular': revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.
- DAMO, Arlei Sander. Excertos de história social do futebol gaúcho e sua especificidade em relação ao Brasil. *Verso & Reverso*, São Leopoldo, ano XVI, n. 34, 2002.
- DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90*, vol. 16. Porto Alegre, dezembro de 2009.
- ELIAS, Norbert; DUNING, Eric. *Deporte y Ócio em el Proceso de la Civilización*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso na pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n. 13. Porto Alegre, dezembro de 1995.
- FRAGA, Gerson Wasen. Uma triste história de futebol no Brasil: O Maracanazo – Nacionalidade, futebol e imprensa na Copa do Mundo de 1950. Passo Fundo: Méritos, 2014.
- GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. 500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho: a construção da "província de chuteiras". *Anos 90*, Revista do Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2000.



HAEFFNER, Ernani de Carvalho. *O Decano Archymedes Fortini*. Cadernos de Ouro do Jornalismo, v. 1. Porto Alegre: Grafipel, s/d.

HELAL, Ronaldo; SOARES, Antônio J.; LOVISOLO, Hugo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. São Paulo: Paz e Terra: 2013.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O futebol da canela preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre. *Anos 90*, Revista do Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 1999a.

_____. *A bola nas redes e o enredo do lugar: por uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul*. São Paulo: USP, 2001a (tese de doutorado).

LEMOS, Antenor; CARVALHO, Edmundo S. de. *Rio Grande do Sul Sportivo*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919.

MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Editora Bels. Porto Alegre, 1974.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma História Social no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RODRIGUES FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SANTOS, Ricardo Pinto dos. Uma breve história social do esporte no Rio de Janeiro. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. (Org.). *Memória social dos esportes: futebol e política a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro. Mauad, 2006.

SOARES, Ricardo Santos. *O Foot-Ball de Todos: Uma história social do futebol em Porto Alegre, 1903 – 1918*. Porto Alegre: PUCRS, 2014 (dissertação de mestrado).

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANA, Nildo. Notas sobre o significado político do futebol. *Revista Espaço Acadêmico*, UEM, p. 9, ago. 2010.

Fontes - Periódicos citados

- *A Federação*

- *Correio do Povo*

ISSN
2316-4808



Edição Nº 16
DEZ/2014

Tema Livre



A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM POLÍTICA DE HITLER NO DOCUMENTÁRIO: O TRIUNFO DA VONTADE

André Luiz de Vasconcelos*

Resumo: A reflexão desse escrito centra-se na construção da imagem política de Adolf Hitler, no documentário O Triunfo da Vontade (1935) da diretora Leni Riefenstahl. Essa produção cinematográfica foi totalmente vigiada pelo Estado nazista, logo nosso objetivo é refletir sobre a imagem de Hitler no filme estabelecida por meio da linguagem áudio-visual.

Palavras-chave: Imagem, documentário, política.

Abstract: The reflection of this writing focuses on building the political image of Adolf Hitler, the documentary Triumph of the Will (1935) from director Leni Riefenstahl. This film production was fully supervised by the Nazi state, then our goal is to reflect on the image of Hitler in the film established through the audio-visual language.

Key-Works: Picture, documentary, politics.

Documentário: um gênero rotulado pelo nome

A tarefa conceitual no ofício do historiador não é trabalho fácil. Como bem salientou Marc Bloch: Definir não é sempre limitar? Evidente que buscar uma definição para certo termo muitas vezes se torna uma tarefa árdua, a quem se propõe a tal função. A quem está ligado às humanidades, como é caso o da história e do historiador, o exercício conceitual é uma tarefa importante, uma vez que cabe ao historiador sempre dar uma definição clara dos conceitos utilizados em sua produção acadêmica e aos seus leitores.

Ao que diz respeito à esfera entre o cinema e a História, o termo documentário sempre foi difícil de classificação. Por décadas inúmeros autores se voltaram sobre o tema e tentaram dar a esse gênero uma definição clara e una, mas os intensos debates jamais resultaram em qualquer tipo de consenso.

A definição de documentário não é mais fácil do que a de amor ou de cultura. Seu significado não pode ser reduzido a um verbete de dicionário, como temperatura ou sal de cozinha, por exemplo, diga tratar-se do composto químico de um átomo de sódio e um de cloro. A definição de documentário é sempre relativa ou comparativa. Assim como amor adquire significado em comparação com indiferença ou ódio, e cultura adquire significado quando contrastada com barbárie ou caos, o documentário defini-se pelo contraste com filme de ficção ou filme experimental e de vanguarda. (NICHOLS, 2010, p.47).



O documentário é o que podemos chamar de “conceito vago”. Nem todo filme que é classificado como documentário se assemelha. Há varias distinções entre um documentário e outro. Esse gênero não se vincula a um conjunto fixo de técnicas, não tratam de apenas de um grupo de questões, não apresentam apenas um conjunto de formas ou estilos. A prática do documentário é um constante devir, tudo muda. Abordagens, alternativas são tentadas, para em seguida ser adotadas por outros diretores ou abandonadas. Existem exceções. Sobressaem-se obras originais que outras rivalizam sem jamais serem capazes de copiar ou imitar completamente (PENAFRIA, 1999).

A Sensação que temos de um documentário e a de que se espera muito mais de sua representação do que verdadeiramente da produção e reprodução ou mesmo repercussão. Um documentário consistente é aquele que possibilita ao expectador mais representação natural e menos prazer proporcionado por ele. Portanto a construção da identidade nacional no cinema documentário vinculada a interesses governamentais de poder perpassa a formação de um senso de comunidade. A vinculação de valores e crenças é necessária a manutenção deste senso. Toda a comunidade deseja lideres que passem bons exemplos e pertença socialmente há um meioⁱⁱⁱ.

A contribuição máxima do documentário de caráter político, ao entender de Bill Nichols (2010) está no envolvimento participativo do cineasta, que se faz presente através da sensibilidade de artista capaz de: criar heróis, construir cenários não como demonstração de um espetáculo com a finalidade de fascinar esteticamente e dominar politicamente, mas sim com o objetivo de envolver emocionalmente e transformar politicamente. Dentro desse gênero nasce como componente essencial a figura mitológica do herói. Homem de caráter extremo com força e vigor físico, capaz de colocar sua própria vida em jogo para defender seu povo. Apto a resolver todos os problemas da nação a qual pertence. A estrutura dos problemas no documentário pode:

[...] se parecer com uma história particularmente como uma história de detetive: o filme começa propondo uma problema ou tópico; em seguida transmite alguma informação sobre o histórico desse tópico em seguida transmite alguma informação sobre o histórico desse tópico e prossegue com um exame da gravidade ou complexidade atual do assunto. Essa



apresentação, então, leva a uma recomendação ou solução conclusiva, que o espectador é estimulado a endossar ou adotar (NICHOLS, 2010, p.54).

O estilo problema/solução ocorre no Triunfo da Vontade de Leni Riefenstahl. O discurso de líderes do partido nazista aponta para a desordem da Alemanha após a Primeira Guerra, ao mesmo tempo em que direcionam para si mesmos, seu partido e, sobretudo Adolf Hitler como uma solução para os problemas da humilhação nacional e colapso econômico. O essencial para Leni Riefenstahl além das imagens de arquivo da derrota alemã na Primeira Guerra como também dos termos humilhantes impostos pelo tratado de Versalhes, foi de fato mostrar um retrato vivido e convincente do partido nazista, e de Hitler cuidadosamente coreografados no melhor de sua forma.

Em suma, percebemos que não há como criar um conceito para o documentário que de a ele um significado único. Devemos identificar os elementos que caracterizam essa produção. Salienta Marcos Napolitano (2010) todo historiador que se propõe a estudar, fontes audiovisuais (cinema, televisão, e registros sonoros) deve entender a maneira que se dá essa produção sem que se torne um grande conhecedor, para que assim possa analisar sua fonte e suas linguagens.

O cinema como arma política na Alemanha Nazista

Sem dúvida a primeira metade do século XX, se caracterizou pela ascensão e consolidação de governos, que usufruíam dos meios de comunicação, educação e produção cultural, como instrumentos de propaganda para disseminar a ideologia oficial, e assim obter o apoio da população ao novo governo instaurado. A propaganda políticaⁱⁱⁱ compreendida como fenômeno da sociedade e da cultura de massas se estabeleceu nas décadas de 1920 e 1940, como reflexo do avanço tecnológico e dos meios de comunicação.

Através de idéias e conceitos, a propaganda converte em imagens, símbolos, mitos e utopias que são comuns pela mídia. Logo a sustentação básica da propaganda, é obtida através da sedução, elemento de ordem emocional dinâmico na conquista de adesões



políticas. Independente ao regime, a propaganda é um meio eficaz para o exercício do poder, “*mas adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças à censura ou monopólio dos meios de comunicação, exerce rigoroso controle sobre o conteúdo das mensagens procurando bloquear toda atividade espontânea ou contraia a ideologia oficial* (PEREIRA, W. P. 2003, p.102).

Ao nazismo em específico Capelato (1998) afirma que os adeptos dessa ideologia souberam como usar os modernos métodos de comunicação, tanto é que a propaganda política na Alemanha nazista ganhou características particulares. Entre elas as simplificações das idéias com o objetivo de atingir as massas incultas através das promessas que auxiliariam em uma próspera melhora de vida.

E entre todos os meios de comunicação utilizados com objetivo de influenciar psicologicamente, o cinemaⁱⁱⁱ durante o nazismoⁱⁱⁱ teve importância primordial. Tanto é que para melhor submeter à população aos desejos e anseios nazistas, o Führer alemão criou em 13 de maio de 1933 o novo ministério da informação e da propaganda cuja administração foi imbuída a Josef Goebbels.ⁱⁱⁱ Com a criação do novo ministério ficou mais fácil divulgar por todo país as atuações do partido.

Em seu primeiro discurso aos representantes da imprensa, dois dias depois de assumir o cargo Goebbels delineou as metas ambiciosas de seu ministério, enfatizando o papel dinâmico, e não passivo, da propaganda. Não bastava, declarou aterrorizar os não adeptos para que se submetessem, ou contentar-se com sua aceitação tácita ou sua atitude neutra. O objetivo tinha que ser o de procurar influenciar as pessoas até que elas capitulem diante de nós. A intenção, portanto, era nada menos que convencer a população inteira da idéia do nazismo. A meta de seu ministério, afirmou Goebbels, não era outra senão unir a nação no ideal da revolução nacional. O órgão e impôs a tarefa de conseguir essa mobilização do espírito na Alemanha e significativamente, Goebbels traçou uma comparação com a I Primeira Guerra, na qual a derrota aos olhos dos nazistas tinha sido produto, segundo eles alegavam não da falta de mobilização em termos materiais, mas de a Alemanha não ter sido espiritualmente mobilizada (KERSHAW, 1993, p. 100).

Pois bem, em 1933 após terem sido produzidos filmes que vangloriavam a vitória nazista e de seus heróis, surge então à vez de Hitler ser mistificado através das produções cinematográficas. E entre as produções aquela de maior destaque foi a de Leni Riefenstahlⁱⁱⁱ “*O Triunfo da Vontade*” que teve o aval de Hitler apesar dos atritos



de diretora e o ministro da propaganda Goebbels. Muitas vezes, depois de 1945, Leni Riefenstahl tentou definir essa produção como um documentário sobre o Congresso do Partido Nacional Socialista, em Nuremberg, não como um objeto de propaganda.

Um dos seus argumentos, certamente discutível, mas com uma carga de irrecusável de objetividade, ancorava-se nas consagrações que o filme obtivera: melhor documentário estrangeiro no Festival de Veneza (1935) e Grande Prêmio na Exposição Mundial de Paris (1937). Para compreendermos as ambivalências políticas e morais do contexto em que surge *O Triunfo da Vontade*, em particular, possui algumas formas de percepção cultural do nazismo, de poucos anos antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

O trabalho de Riefenstahl elabora-se a partir de uma dupla estratégia: é a celebração de um universo que tem como absoluto e inamovível ponto de fuga a figura dominadora do Führer (a elaborada composição dos planos aproximados de Hitler foi uma novidade no interior da própria propaganda nazista); ao mesmo tempo, pressupõe uma estrutura de poder que se expõe e, mais do que isso, encena a partir de dispositivos fortemente teatralizados (muitas das atividades do congresso, a começar pelas paradas militares, foram concebidas em estreita relação com o dispositivo de câmaras montado por Riefenstahl). Nesta perspectiva, *O Triunfo da Vontade* é um exemplo extremo de uma paradoxal confluência: de um lado, a vocação “natural” do cinema para ser uma testemunha da história; do outro, a certeza de que todo e qualquer discurso cinematográfico pressupõe um ponto de vista.ⁱⁱⁱ

Quando me pediram que eu fizesse um filme sobre o comício do partido em Nuremberg eu disse que não podia fazê-lo aquilo que acabei fazendo de tenta insistência de Hitler, *Triunfo da Vontade*, não é um filme sobre o partido; apenas de paz e trabalho contra o desemprego nenhuma palavra sobre judeus nem qualquer coisa ideológica (SERENY, 2007, p.287).

Através dessa colocação feita por Riefenstahl observa-se, sua postura de defesa. Mas bem sabemos que o comício do partido em Nuremberg sempre foi cuidadosamente planejado e vem a ser, a mais poderosa demonstração da ideologia nazista. E seu documentário sem dúvida alguma o melhor dessa espécie, mostrava perfeitamente e

com uma força grandiosa o tema que cada um dos oradores e, sobretudo Hitler conseguiram impor nas mentes dos ouvintes: *“que uma sociedade baseada na harmonia e num senso íntimo de pertinência deve rejeitar, obviamente aqueles que não estejam em harmonia com ela; que por causa de suas origens, não podem estar em harmonia com ela”* (SERENY, 2007, p.285).

O líder nazista logo após sua atribuição inconfundível aos *Untermenschen*ⁱⁱⁱ, no próprio documentário foi ovacionado pelos presentes e registrado por Riefenstahl que deixou a ovação que seguiu a ela continua-se por alguns minutos, fato reproduzido integralmente no filme *Triunfo da Vontade*. E o perfeito jogo das câmeras de Riefenstahl demonstrou poderosamente através de suas imagens o dogma ideológico dos nazistas; o de que a beleza e a ordem agiam em harmonia, sendo assim, mais do que inspiração estética, era um imperativo moral.

Enfim pensando para se tornar um retrato fiel e duradouro do regime nazista e de seu grande líder, *“O Triunfo da Vontade”* foi uma das poucas intervenções de Hitler no campo do cinema; Leni Riefenstahl foi preterida pelo próprio Hitler para conduzir a filmagem e pediu-lhe algo *“artístico”* para retratar o congresso do Partido Nazista em Nuremberg, realizado em 1934. Esse documentário que possui um lado mítico e mistificador foi na sua maior parte *“encenado”* ao fato das cenas de espetáculos de massa acontecerem de forma previamente organizada para a imagem cinematográfica. *“Nesse filme, a propaganda revelou-se aplicada com tanta perfeição à realidade que torna-se difícil distinguir onde termina a realidade e começa a encenação. Não é mais possível perceber se a câmera filmou uma parada militar real ou se tudo foi apenas encenado”* (PEREIRA, 2003, p. 133).

O Predestinado

Não nos resta dúvida, que Adolf Hitler foi e continua a ser a figura mais enigmática da Alemanha, como também de todo século XX. O número de livros, artigos, filmes e programas de televisão, em que Hitler figura no papel central ultrapassa



em tudo o mais dedicado a “personalidades” do século passado: Stalin, Roosevelt, Churchill, De Gaulle, Mussolini e Mao.ⁱⁱⁱ

Se por um lado há uma avalanche de produções destinadas a Hitler, grande parte daquelas que se voltam ao estudo acadêmico e, que tem como foco o perfil do poder na pessoa do líder nazista, se vê diante de um caminho repleto de curvas e desafios. Porém nos é claro que à ascensão ao poder do Führer se mescla a história de seu país e de seu povo, fato é que não estava inscrito na história da Alemanha que esse tribuno, que se reunia em uma pequena cervejaria nos anos de 1920, em Munique, fosse conquistar o poder cerca de dez anos depois. Como assinalou o historiador inglês Ian Kershaw a figura de Hitler vai de um extremo a outro em poucos anos, ele passa de uma pessoa desconhecida, para um dos homens mais poderosos do mundo que deixou uma cicatriz profunda na história humana, capaz ainda hoje de gerar dores e ressentimentos em diferentes povos.

[...] nos seus primeiros trinta anos de vida, foi um João-ninguém. Nos vinte e seis anos restantes de sua experiência, deixou uma marca indelével na história, como ditador da Alemanha e o instigador de uma guerra genocida, que assimilou a queda mais vertiginosa dos valores da civilização de que se tem notícia nos tempos modernos, e que terminou deixando em ruínas seu próprio país e grande parte da Europa. Como foi possível? Os historiadores foram forçados a se confrontar com a difícil tarefa de equilibrar a relativa importância da personalidade, das estruturas e das forças impessoais no processo do desenvolvimento histórico. A ênfase atribuída pelos historiadores na personalidade ou nos determinantes impessoais tem marcado toda a natureza de suas interpretações da figura de Hitler (KERSHAW, 2010, p. 129).

Já uma historiografia que se volta a uma reflexão marxista/lenista e, que tem como foco o estudo da ascensão do poder na pessoa de Hitler, não atribui importância ao papel da personalidade na história e no seu rumo. Para essa vertente historiográfica não existe uma prática significativa de poder individualizada. O poder só existe enquanto tal, por que há uma confluência de fatores, que une um grupo em volta do poder instituído.

Qualquer poder que Hitler tenha exercido, ao entender dessa linha interpretativa, é nada menos do que o poder dos grupos imperialistas mais extremados do capital financeiro alemão. Esses grupos “orientaram” Hitler ao poder, ele seria uma espécie de

interlocutor e agente popular no processo de eliminar o poderio da mão de obra organizada e fornecer importante suporte para (res.) estabilização do capitalismo, após sua crise sem precedentes, bem como para a expansão que haveria de assegurar a superioridade hegemônica do capitalismo alemão na Europa e, conseqüentemente no mundo.

No entanto tal interpretação não despertou muito o interesse daqueles historiadores, que não adotavam o marxismo, ou não, o tinham como referência de análise sobre o passado e a conseqüente instituição do poder de Hitler. Muitas obras marxistas ajudaram a revelar a cumplicidade do “grande empresariado” junto ao governo nazista, talvez tenha sido sua maior contribuição ao estudo do poder em Hitler.

Em outro extremo a historiografia conhecida como “liberal” deu importância maior ao papel da personalidade, do que é aceitável a qualquer análise marxista. O fascínio por entender a figura de Hitler nos primeiros anos pós-guerra levou a uma explicação do nazismo centrada exclusivamente na pessoa de Hitler. Era como se o progresso de todo o país, tivesse sido desfigurado e desviado de seu percurso pela influencia diabólica de uma pessoa.

Ao entender de João Fábio Bertonha (1995) essa corrente historiográfica centrada na figura de Hitler sofre influência da psicologia, que auxilia em uma visão do fascismo que vai além de interpretações “mecânicas” que situa-se no econômico, e que só conseguem enxergar no fascismo as incoerências do desenvolvimento capitalista ou os equilíbrios da luta de classes dentro da sociedade. Como afirma esse mesmo autor; “*esta é, de fato, uma visão equivocada e que nos impede de tentar uma aproximação mais apurada de um fenômeno que, especialmente em sua versão alemã, extrapola os limites do estritamente econômico e também do estritamente racional*” (BERTONHA, 1995, p. 195).

Em linhas gerais, a partir dessas interpretações polarizadas entendo que o poder do führer, era um elemento secundário e todo fenômeno nazista poderia ser representando como “Hitlerismo”. Assim como Kershaw (1993) saliento que a estrutura



do poder no governo de Hitler pode ser pensada atualmente em duas frentes: intencionalista e estruturalista (ou funcionalista).ⁱⁱⁱ

Ciente das contribuições dessas linhas interpretativas Kershaw aponta para a necessidade de ir além. Para esse autor, o poder pessoal de Hitler foi real e não uma mera ilusão. Como afirma ele próprio, a extensão e a expressão desse poder foi fruto da colaboração e da tolerância, das falhas de avaliação e da fraqueza dos outros que tinham posições de poder e influência.

A constante ampliação do poder de Hitler, que atingiu o ponto em que seu potencial exclusivamente destrutivo passou a “digerir” tudo e se tornou inteiramente antagônico a conservação da autoridade política e racional, foi resultado, especialmente das concessões e capitulações que os outros se dispuseram a fazer. Uma análise do poder de Hitler, portanto não deve começar e terminar em Hitler. As ações de terceiros, bem como as condições moldaram essas ações, e são também de grande importância (KERSHAW, 1993).

A atividade do poder de Hitler foi alavancada por seu poder simbólico como führer. Para Kershaw, uma análise do poder no líder nazista tem de considerar; a conquista, consolidação e principalmente a expansão do “poder carismático”.

[...] o Estado nazista surgiu como uma policracia, com fontes autônomas de poder, com objetivos muitas vezes conflitantes, reunidos em torno de uma doutrina que servia de “argamassa”, gravitando em torno da personalidade autoritária e carismática di Führer. Neste sentido, o culto à figura do líder é central para a compreensão do apelo que o nazismo exerceu sobre a sociedade alemã, tendo sido um tema muito presente no cinema nazista (PEREIRA, 2012, p.246).

Assim, a análise da propaganda nazista auxilia a compreender em parte a construção desse perfil de poder de Hitler. Através da leitura analítica do filme “O Triunfo da Vontade”, podemos observar como a propaganda nazista construiu o perfil do poder, por meio de uma imagem messiânica de “profeta da nação”. No filme apontado notamos que através do enredo e da técnica surge entre várias cenas simbólicas à idéia de Hitler como o “predestinado”, o enviado dos céus para o renascimento da Alemanha, como potencia indestrutível e poderosa perante o mundo.

A personificação política de Hitler no Triunfo da Vontade

Não há dúvidas que a História da Alemanha e do povo alemão inclui Hitler. Uma afirmação óbvia. Mesmo assim, talvez compreensivelmente houve e há numerosos alemães que a evitam. Fato é que muitos alemães consideram o período de Hitler como um episódio antinatural na história do país e de seu povo: um episódio e não um capítulo, que se parece com algo excepcional e descontínuo.

Uma pergunta se faz necessária a partir do exposto até o momento; caracteriza-se a história principalmente pela continuidade ou pela mudança? Aplicada a pergunta a qualquer período ou local na história, as respostas não são fáceis e talvez se tornem mais difíceis ainda ao estudarmos Hitler e seu governo.

Diante do exposto, Leni Riefenstahl ao criar seu documentário Triunfo da Vontade, era ciente (por mais que negue) que Hitler era tido pelo povo alemão, como um dos maiores “heróis” da história de sua nação até então. Por ora, sua produção foi pensada para ser um marco na história da Alemanha, algo como eternizar a figura “heróica” de Hitler e conseqüentemente de seu povo, para as gerações presentes e futuras.

Através de elementos da tradição da cultura antiga alemã (música, festivais, danças, trajes entre outros) como também de truques cinematográficos (narração, imagens e som) Leni Riefenstahl elaborou um filme sobre o referido congresso, com o claro objetivo de documentar a imagem cinematográfica e heróica de Hitler. E também demonstrar a unidade e a solidariedade e força civil e militar do povo alemão. Do início ao seu fim, a diretora leva o espectador a cenas de intenso movimento, uma metáfora do progresso. Com grande cautela, a cobertura do filme se movimenta de evento para evento buscando a vitalidade e a heterogeneidade dos dias do congresso, um espetáculo de transfiguração da realidade em movimentos infindáveis.

Outro fator relevante é o comprometimento de Leni Riefenstahl em traduzir por meio da linguagem cinematográfica duas vertentes poderosas que se camuflam por trás



da imagem do Führer, que eram eficientes junto ao público alemão; a primeira vem da tradição cristã que anseia pela chegada de um messias. A outra vertente provinha do herói da mitologia teutônica, Sigfried.ⁱⁱⁱ Nada mais perspicaz do que direcionar a imagem do Führer como a ressurreição do cavaleiro audaz que vence as forças do mal – o comunismo, o liberalismo, expressionismo e o judaísmo preservando para o futuro a integridade moral, ideológica e racial dos arianos.

Assim como o nazismo precisava construir a imagem de seus inimigos, também precisava construir a de seus heróis, pois nenhuma revolução teria sucesso se seus líderes não fossem vistos como heróis, pois nenhuma revolução teria sucesso se seus líderes não fossem vistos como heróis. Para os nazistas, partindo do conceito do *Führerprinzip*, o líder era uma figura mítica que personificava e guiava o destino da nação. Em termos práticos, isso significava que a administração pública tornava-se uma hierarquia de obediência pessoal, onde um líder de hierarquia mais baixa obedecia a um líder superior, até chegar ao Führer Adolf Hitler, a quem cabia o poder de decisão. As origens e antecedentes de tal concepção são bastante complexas e derivam de muitas fontes: do princípio messiânico do cristianismo, dos reis taumaturgos da idade média, do “superman” nietzschiano e da mitologia Völkisch (PEREIRA, 2012, p246-247).

Para que essa personificação na figura de Hitler fosse sentida na película de Leni Riefenstahl pelos espectadores, era necessário que a câmera fosse ignorada pelo líder nazista, a fim de atingir o maior grau de “perfeição”. Logo a relação de Hitler com a câmera no filme *Triunfo da Vontade* é de um ator que finge não perceber que está a ser filmado,ⁱⁱⁱ ou seja, sem interlocução aparente com o modo de enunciação cinematográfica.

Já em seu início por meio de uma tomada aérea interna de um avião onde são mostradas as nuvens e abaixo a cidade de Nuremberg que será realizada a reunião anual do NSDAP, o filme não revela o espaço interno do avião onde se encontra Adolf Hitler. Podemos presumir que Deuses são inatingíveis, por conseqüência não conhecemos sua intimidade. Desse modo, as aparições de Hitler privilegiam o espaço público, locais onde se relaciona com as massas por certa distancia, espaços coletivos e não privados. Mostrar parcialmente a vida de Hitler possibilitava aos cidadãos comuns interagir, com a propaganda e complementarem o resto da imagem com sua própria imaginação. E o



Triunfo da Vontade cumpre bem esse papel por ser o único longa metragem direcionado exclusivamente a figura de Hitler.

Essa mesma tomada que foca durante alguns minutos nas nuvens pela janela do avião, em um ponto de vista subjetivo de alguém que está no interior da aeronave, mas não o vemos (Hitler). Nesta mesma cena o avião do führer sobrevoa Nuremberg e sua sombra transposta em cima de um contingente de soldados, que marcham pelas ruas da cidade, vistos por centenas de pessoas que o esperam aterrissar. Por mais alguns minutos de filmagem o espectador tem de aguardar para ver o rosto de Hitler ou do herói que está dentro do avião.

A montagem fílmica intercala planos do povo em êxtase saudando a aeronave onde está Hitler (que não apareceu à frente da câmera ainda), e a chegada do mesmo. Mulheres, crianças, operários eufóricos, são mostrados em cortes rápidos que elevam a tensão da narrativa até o ápice da imagem triunfal- Hitler quando sai do avião e saúda o povo de maneira comedida e sem euforia. Como bem observou Wagner Pereira (2012), esse culto a personalidade de Hitler por de ser notado em especial nesse documentário, por meio, da saudação “Heil Hitler”. Uma inovação pessoal de cumprimento que coloca o líder nazista a “níveis quase sobrenaturais”. Goebbels projetou deliberadamente em torno do Führer uma alma messiânica pensada para sobrepô-lo acima da política monótona do cotidiano, Hitler nessa produção ganha à essência de um homem a parte.

Na seqüência, o jogo de câmeras e da montagem direciona a uma significação de superioridade de Hitler e constroem um endeusamento de sua figura, que é fundada na distancia física e na heterogeneidade hierárquica entre líderes e seguidores. O avião neste filme serviu como objeto simbólico que fez o elo entre “deus (Hitler)” e a massa, meio que trás do plano superior para o plano humano, o herói tão esperado.

Se as imagens aéreas nos serviram até o instante para possibilitar tal reflexão; as feitas em solo só às reforçam. O percurso de carro de Hitler e a relação espacial entre o carro aberto e as pessoas assim como a aclamação que recebe do povo, demonstra o poder das massas agrupadas. Além do respeito e hipnotismo que a presença do Führer causa a massa de soldados e no público em geral que aclamam por um líder, um herói



que os representasse é visto através das cenas do documentário de Leni. O movimento assimétrico das tropas em consonância a trilha sonora, deixa claro que os habitantes da cidade experimentam não a alienação, mas o êxtase.

[...] olhavam para o Führer como se ele fosse o Messias, com as fisionomias transtornadas por certos traços que, positivamente, não eram humanos. Tenho a impressão de que, se Hitler ficasse na sacada mais alguns minutos, muitas daquelas mulheres perderiam os sentidos, de puro gozo [...] (SHIRER, 1975, p.38).

As cenas que seguem por todo o documentário, nos mostram a personificação da simetria corporal e revela o vigor e a superioridade da raça ariana. Seja dos soldados, ou da representação do corpo quanto da grandiosidade de Hitler, que o coloca sempre em uma posição de superioridade e intangibilidade no documentário.

O resultado do documentário “O Triunfo da Vontade” sugere que os alemães triunfaram sobre a individualidade, adversidade e desunião com a força e a determinação de sua vontade. Portanto a massa caminha de braços dados com o líder para alcançar a sua redenção. Hitler no filme se materializa no profeta da nação, e sua vontade se transforma no ideal da nação alemã. Assim “O Triunfo da Vontade” nos faz lembrar como a propaganda constrói mitos, heróis, ideologias e verdades sem ao menos nos conscientizar do que está ocorrendo.

E torna-se clara por qual ideal o regime nazista levou ao ápice a construção dessa Alemanha; por meio da guerra, do “holocausto”, anti semitismo e do racismo. A imagem política de Hitler se fez embasada em cima de todas essas teorias, e por mais que o povo alemão tente esquecer e negá-la, a História nos mostra o oposto. E a contribuição e romantismo a figura do líder nazista por parte do seu povo criaram, um dos piores líderes políticos que o século XX já presenciou. E o documentário de Leni Riefenstahl reforça essa argumentação, mesmo que a diretora negue suas reais intenções, ele foi produzido sim com todo um simbolismo e misticismo sobre a imagem de Hitler a fim de mexer com o imaginário da população alemã.

Portanto entende-se no filme o dever do Congresso de Nuremberg em criar a ilusão de que população está vinculada, a política nazista. Mas a participação da massa



tem o intuito de alimentar o imaginário nazista, onde se refugia e do qual acredita ser coautora. Era necessário então criar um ambiente teatral onde o público era também o autor, mas não o diretor. Houve toda uma preparação de ruas e estádios em seus mínimos detalhes, para serem os cenários dos discursos de Hitler e de realização de rituais como o juramento do soldado, e a consagração dos estandartes pela “Bandeira de Sangue”, a mesma que foi manchada com o sangue dos mártires nazistas durante o fracassado “putsch de Munique” de 1923, que evidenciam o caráter místico religioso do nazismo, e da produção de Leni Riefenstahl (PEREIRA, 2012).

Referências Bibliográficas:

BERTONHA, João Fábio. **Seria o inconsciente humano fascista? Um comentário ao texto de Edward Luttwak.** Cultura Vozes: São Paulo, 1995.

CAPELATO, M. H. R. **Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo.** Campinas: Papyrus, 1998. p. 35-36.

CARROLL, Noel. *Fiction, Non-fiction and the Film of Presumptive Assertion: A Conceptual Analysis.* In: **Film Theory and Philosophy**, Ed. Richard Allen, Murray Smith, Clarendon Press, Oxford, pp. 173-202, 1997.

FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio Pereira. **Mitos e heróis: construção de imaginários.** Porto Alegre: UFRGS, 1998.

FERRO, M. **Cinema e História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LENHARO, Alcir. **Nazismo – o triunfo da vontade.** São Paulo: Ática, 1986.

LÉVINAS, E. **Algumas reflexiones sobre La filosofía Del hitlerismo.** Revista Esprit, n. 26, 1934, pp. 27-41.

LINS, Consuelo. *Documentário: uma ficção diferente das outras;* **In: Documentário: Ecos do Cinema, lumiere ao digital.** Editora UFRJ, 2007, p. 225-235.

MORRETTIN, E. *Apresentação in: História e Documentário.* ORGs; MORRETTIN E; NAPOLITANO, M; KORNIS, M, A. Rio de Janeiro. Editora: FVG, 2012.



NAPOLITANO, M. **Fontes audiovisuais: a história depois do papel.** p: 231-290. In: PINSKY, C. B (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

NAZÁRIO, L. **De Caligari a Lili Marlene - Cinema Alemão.** São Paulo: Global, 1983.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** Trad.: Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papirus, 2005.

PENAFRIA, Manuela. **O filme documentário: História, Identidade, Tecnologia.** Lisboa. Ed: Cosmos, 1999.

PEREIRA, W. P. **O triunfo do Reich dos Mil Anos: cinema e propaganda política na Alemanha Nazista (1927-1945).** São Paulo, 2000. Monografia (Iniciação Científica) – FFLCH-USP/Fapesp.

_____. **Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo.** In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 101-131, 2003. Editora UFPR.

_____. **O poder das imagens: cinema e política nos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933-1945).** São Paulo: Alameda, 2012.

KERSHAW, Ian. **Hitler, um perfil do poder.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

KRACAUER, S. **De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... O que é mesmo documentário?** São Paulo: SENAC/SP, 2008.

SERENY, G. **O Trauma alemão: experiência e reflexões, 1938-2000.** Trad. Milton Chaves de Almeida. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Fonte cinematográfica: O Triunfo da Vontade (Triumph des Willens) Leni Riefenstahl, Nuremberg, Alemanha, 1934.

* Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina.



A face do Cristianismo Copta: considerações sobre o movimento monástico egípcio

Jorge Gabriel Rodrigues de Oliveira *

Resumo: O monaquismo cristão copta surgiu e se desenvolveu a partir do século III EC, na província romana do Egito, a partir das práticas ascéticas de um eremita conhecido como Antão do Deserto (251-356 EC), considerado pela tradição cristã e também historiográfica como o primeiro monge de fato. Os relatos sobre a vida desse religioso cristão encontram-se registrados em fontes como a *Vita Pauli* (375 EC) de autoria de Jerônimo de Estridão (347-420 EC) e na *Vita Antonii* (356-366 EC) de autoria de Atanásio de Alexandria (296-373 EC). Pretendemos fazer algumas considerações sobre a história e a historiografia que abordam o movimento monástico cristão egípcio, chamado copta, com objetivo de matizar alguns elementos considerados incólumes tanto pela tradição monástica e também historiográfica, tomando como cenário o Egito sob dominação do Império Romano entre os séculos III e V EC.

Palavras-chave: Monaquismo. Cristianismo copta. Tradição monástica. Historiografia.

Introdução

De acordo com a tradição cristã e historiográfica, podemos dizer que o movimento dos monges teve sua gênese nos desertos do Egito, entre o “fim do século III e o início do século IV” EC (BUENO, 2003, p. 14). Período conturbado social e politicamente por conta da ocorrência de eventos como o processo de crise do império romano (BOWMAN, 2008, p. 67) e no âmbito religioso devido a conversão ao cristianismo do imperador pagão Constantino em 312 EC e os problemas gerados pela controvérsia de Ário em 320 EC, durante o Sínodo dos bispos de Alexandria (321 EC), que colocava em dúvida a ideia da Trindade, ao afirmar que Jesus não era deus e sim uma de suas criaturas (HILL, 2009, p. 86).

Cabe ressaltar que o uso do termo “copta” para denominar o monaquismo cristão egípcio, pode possuir um duplo significado: os cristãos egípcios e a língua egípcia tardia. Sobre o primeiro caso, “*The name “Copt” is derived from Greek word ‘aigyptos’ which means Egypt [...] later reduced in Arabic ‘qibt’ and later it came to refer to*



‘*Christians in Egypt.*’” (IWASAKI, 2012, p. 139). Sobre o segundo caso, podemos dizer que a língua copta foi o último estado de desenvolvimento da língua egípcia tardia, mesclada com palavras e caracteres de origem grega. Sendo assim, “O alfabeto copta compreendia 24 letras gregas e sete signos derivados do Demótico [...]. Surgida no século III da era cristã e adotada como língua oficial do Cristianismo Copta, tanto ortodoxo como católico [...]” (FIGUEIREDO, 2010, pp. 19-20).

Consideramos o monaquismo copta como um movimento de natureza religiosa no contexto do cristianismo do oriente, aquele que se desenvolveu na parte oriental do Império Romano, composta por “Grécia, Turquia, Síria, Egito e outros lugares.” (VEYNE, 2011, p. 4). Portanto, para dar conta de expressar suas propriedades, além do contexto sócio-político daquele tempo, é necessário lançar luz sobre o contexto religioso cristão específico da região. Contudo, longe de negar a universalidade do monaquismo, ou seja, sua existência fora e também anterior ao próprio cristianismo (BUENO, *Op. Cit.*, p. 21-26), é salutar que se entenda este fenômeno sob o prisma da cristandade ainda em processo de formação, uma vez que partimos da premissa de que “os cristãos ‘descobriram’ na vida monástica uma forma de radicalizar, ou de viver na sua totalidade, o ideal evangélico, foi como parte do Corpo Místico de Cristo que o fizeram” (*Op. Cit.* p. 12). Neste sentido, acreditamos que o monaquismo não deve ser entendido apenas como reflexo das questões sócio-políticas inerentes ao conturbado século III EC, mas também dentro do contexto específico do cristianismo naquele momento.

Não devemos estudar o monaquismo cristão oriental apenas tomando como base seus homólogos não cristãos, mas a partir da relação entre o monaquismo e o próprio cristianismo, considerando a heterogeneidade que o uso do termo “cristianismo” empregado para a época representa, pois o que existia eram cristianismos de diversas vertentes, o que configurava uma grande pluralidade (BARROSO, 2014, p. 103). Entretanto, na tentativa de explicar a origem do monaquismo cristão, alguns autores corroboram para o fator da multicausalidade, indicando que o movimento teve sua



origem influenciada por movimentos religiosos como: paganismo egípcio, monaquismo budista, essênios de Qumran e filósofos helenizados (BUENO, *Op. Cit.*, p. 29-33).

Todas essas teses dão conta apenas de identificar em movimentos que podem ser considerados de natureza monástica – movimentos religiosos nos quais seus participantes se afastam do ambiente social para experimentar uma proximidade maior com as coisas divinas (HILL, *Op. Cit.*, p. 86) – elementos que, obviamente, são encontrados também no monaquismo cristão copta, como por exemplo a ascese, ou seja, termo derivado do grego *áskesis* com significado de “exercício” que “comumente se entende o conjunto dos esforços mediante os quais se quer progredir na vida moral e religiosa. Originalmente, o termo indicava qualquer exercício – físico, intelectual e moral [...]” (BORRIELLO, 2003 p. 111). Entretanto, isto não significa dizer que tenham dado origem ao movimento monástico cristão, nem sozinhos, nem tampoco em conjunto. Neste sentido cabe frisar que nenhum dos casos levam em conta a figura basilar para o monaquismo copta: Jesus de Nazaré. Por esta razão foram elencadas algumas hipóteses acerca das causas que dão conta de explicar o surgimento do monaquismo cristão copta. Consideramos que essas hipóteses podem ser classificadas a partir de dois prismas quanto a sua natureza: históricas e religiosas.

Cabe-nos aqui, pela natureza de nosso trabalho, nos remetermos aos elementos de natureza histórica que levaram ao surgimento do monaquismo cristão no Egito entre os séculos III e IV EC. Neste caso, podemos citar as perseguições por parte do Império Romano, que teriam incentivado a fuga de alguns cristãos coptas para lugares ermos, onde teriam desenvolvido o movimento *a posteriori* (BUENO, *Op. Cit.*, p. 34). A gregariação do cristianismo estimulada pela conversão de Constantino, que teria feito decair o nível moral da religião por conta de seus novos praticantes (*Idem*). E por fim, a prática do martírio incruento, aquele relativo ao desenvolvimento de práticas ascéticas sem derramamento de sangue, causada pelo fim das perseguições, já que o Império Romano não aceitava mais o martírio voluntário, ou seja, a entrega do fiel cristão para imolação de seu próprio corpo (CALDAS, 2004, p. 1).



O cenário

A história do monaquismo cristão possuiu, convencionalmente, como cenário inicial os desertos do Egito no século III EC (MASOLIVER, 1994, p. 34). Região denominada como província do Império Romano que ocupava lugar de destaque desde os tempos do imperador Augusto (63 AEC – 14 EC) (BOWMAN, 2008, p. 315). Entretanto, em 293 EC, teve início a tetrarquia inaugurada pelo imperador Diocleciano (244-313 EC), como uma tentativa de restabelecimento político, militar e econômico após meio século de profunda crise (*Op. Cit.*, pp. 69-75). Este sistema de governo dividiu o Império Romano em quatro regiões governadas cada uma por um imperador, divididos hierarquicamente entre dois *Senior Augusti* e dois *Junior Caesars*, quais sejam: Galério no leste, Diocleciano no Egito, Maximiano no Oeste e Constâncio no Norte (*Op. Cit.*, p. 69 e p. 75). Cabe ressaltar como características gerais deste período a orientação para uma centralização de poder por parte dos imperadores, uma grande expansão do exército, um aprimoramento burocrático e reformas substanciais no regime tributário (*Idem*). Porém, a tetrarquia não findou-se com a morte de Diocleciano, uma vez que Constantino foi capaz de dar continuidade e consolidação à política daquele imperador, a ponto de ser considerado como produto da tetrarquia, partindo da premissa que não agiu de forma destoante com seu colegiado e tampouco com seus rivais (CAMERON, 2008, p. 108).

O ponto de inflexão entre os dois imperadores ocorre por conta do contraste existente entre o paganismo de Diocleciano e o cristianismo de Constantino. Neste sentido, vale frisar que por volta do ano 287 EC, Diocleciano e Maximiano passaram a utilizar os epítetos de *Iovius* e *Herculius*, promovendo uma aproximação de suas imagens as das divindades pagãs Júpiter e Hércules (BOWMAN, *Op. Cit.*, p. 70). Década e meia depois, logo em seguida ao Festival da Terminália, comemorado em honra ao deus Término e também como indicativo da passagem do ano romano, ocorrido no Oráculo de Apólo na cidade de Dídimos, passou a vigorar o primeiro Edito



contra os cristãos e assim tiveram início as grandes perseguições de 303 EC (*Op. Cit.*, p. 86).

Em contrapartida, Constantino passou a participar dos Concílios da igreja cristã e assim se aproximar de seus bispos, chegando até mesmo a se proclamar como um igual (CAMERON, *Op. Cit.*, p. 99). Após a vitória na Ponte Mílvia em 312 EC, contra seu rival Magêncio (VEYNE, 2011, p. 5), o imperador iniciou uma política de concessão de privilégios aos membros do clero e, desde então, “[...] *Constantine never deviated in his direct concern for the church*” (*Op. Cit.*, p. 108); tanto que passou a ajudar a erguer de uma rede de igrejas pelo oriente, que eram, inclusive, construídas em substituição aos antigos sítios pagãos ou mesmo em locais considerados sagrados por conta da ocorrência de martírios (*Op. Cit.*, pp. 99-100).

O novo sistema político romano gerou algumas transformações, quais sejam: o Estado romano se tornou extremamente centralizado, o que passou a exigir uma entrega absoluta da população sob seu domínio e isto ocorreu por conta da preponderância dos militares, mas, por outro lado, passou também a ocorrer uma grande rotatividade de imperadores, o que alterou significativamente as antigas estruturas de poder (ALFÖLDY, 1996, p. 123). Entretanto, tais alterações não se mantiveram apenas no campo da política, mas se fizeram presentes também no domínio social. Nos grupos mais elevados, o acesso ao poder dos mais abastados, que eram os senadores, foi interrompido por conta de uma debilidade no antigo sistema hierárquico e no caso dos estratos sociais mais baixos, a distância entre os distintos grupos foram encurtadas, ao ponto dos homens livres passarem a ser tratados em margem de igualdade em relação aos não-livres (*Idem*).

O que ocorreu nos grupos superiores diz respeito diretamente aos senadores, que apesar de conseguiram manter sua fortuna e prestígio por conta das grandes propriedades que possuíam (*Op. Cit.*, p. 127), perderam poder político nos órgãos executivos, pois, eram um obstáculo que se interpunha aos interesses do imperador, que transferiu os altos cargos da administração e de comando do exército para o grupo dos equestres, os cavaleiros romanos, uma vez que naquele momento de crise e invasões



bárbaras, a defesa do Império não poderia depender de generais-senadores e por isto “[...] *la mayor parte de la oficialidad, [...], pertenecían al ordo equester, los caballeros venían a constituir la capa superior más activa, tanto militar como políticamente [...]*” (*Op. Cit.*, p. 128).

No que se refere aos grupos inferiores, podemos dizer que “*Las auténticas víctimas de la crisis fueron las masas trabajadoras, tanto en el campo como en la ciudad*” (*Op. Cit.*, p. 133), a tal ponto de no Egito algumas aldeias serem ameaçadas de despovoamento por conta da crise que se somava as altas cargas tributárias, fazendo com que estes grupos menos abastados passassem a receber apenas o necessário para sua subsistência (*Idem*).

Sendo assim, podemos dizer que o que ocorreu no campo social durante a crise do século III EC, foram alterações estruturais profundas, que fizeram elementos como a riqueza e o prestígio deixarem de ser o mote do grupo senatorial politicamente dominante, que passou a ser um tripé formado por lealdade política, formação jurídica e serviço militar proveniente dos equestres (*Op. Cit.*, p. 135).

O contexto religioso daquele momento foi caracterizado por um aumento do número de profetas privados, em detrimento aos antigos oráculos oficiais, o que refletia o sentimento de insegurança que predominava entre a sociedade (DODDS, 1975, p. 84). Contudo, neste contexto de angústia fomentado pela crise, o cristianismo prometia algum tipo de consolo e salvação que acabava satisfazendo as necessidades teológicas e morais da sociedade, pois, fornecia explicações das causas da crise a partir de uma teoria sistemática (ALFÖLDY, *Op. Cit.*, p. 140). Porém, o cristianismo era visto com certa desconfiança, pois não era classificado como religião e sim como uma seita proveniente do judaísmo, que não era interpretado com tantas restrições, pois, era uma religião muito antiga e tradicional e que não interferia no culto ao imperador (DODDS, *Op. Cit.*, p. 146). Por outro lado, os cristãos recusavam-se terminantemente a queimar incenso em honra ao imperador, deixando de participar da religião civil e da divindade imperial e por isto eram vistos como desleais, acusados de se apartarem do resto da sociedade por conta de seu ateísmo (*Op. Cit.*, p. 150).



Mesmo sob os olhares desconfiados da população pagã, o cristianismo ganhou vitalidade a partir do século IV EC, com o apoio de Constantino e de forma inversamente proporcional, o paganismo perdeu força por ocasião do abandono do imperador (*Op. Cit.*, p. 172). Contudo, não foi apenas graças ao apoio de Constantino que o cristianismo se expandiu, mas também por seus méritos próprios. O cristianismo era uma religião universal e, portanto, aberta a todos os grupos, uma vez que não fazia distinções sociais e, ao contrário do neoplatonismo, não exigia nenhum tipo de conhecimento filosófico prévio para seu ingresso, sendo acessível a todos os níveis intelectuais (*Op. Cit.*, p. 174). Somando-se a isto, a religião cristã foi favorecida uma vez que “[...] *presentaba a los desheredados la promesa condicional de una mejor herencia en el otro mundo*” (*Op. Cit.*, p. 175).

Sumamente e de forma bastante significativa para o desenvolvimento do movimento monástico copta, cabe citar que a atuação de resistência dos mártires cristãos diante das torturas e da morte, se tornou um atrativo a mais para a ocorrência de inúmeras conversões de pagãos, pois os espectadores dos martírios muito se impressionavam com a relutância daqueles que foram considerados os imitadores mais leais de Jesus de Nazaré, inclusive em seu martírio (*Op. Cit.*, p. 173).

A História

É comum encontrarmos na bibliografia que trata do monaquismo cristão, muitos autores em concordância ao afirmarem que este movimento religioso teve sua gênese na parte oriental do Império Romano, por volta do século III EC, mais precisamente nos desertos da província romana do Egito e, tradicionalmente, vincula-se a figura de Antão do Deserto (251-356 EC) ao surgimento deste movimento, a partir da hagiografia produzida por Atanásio de Alexandria (296-373 EC) (AMARAL, 2009, p. 47).

Podemos destacar dois elementos em relação a este monaquismo nascente. O primeiro é a própria figura de Antão do Deserto, pois é considerado pela tradição como “pai e modelo dos eremitas” (BUENO, *Op. Cit.*), conforme podemos verificar na



própria fonte, uma vez que Atanásio já determinava Antão como o grande modelo para os noviços da vida monástica, como segue: “*Realmente, para monjes la vida de Antonio es modelo ideal de vida ascética*” (ATANÁSIO, Prólogo, IV). Entretanto, Jerônimo de Estridão discorda, ao elencar Paulo de Tebas como o primeiro monge, anterior a Antão: “*Pero Amatas y Macario, discípulos de Antonio [...] afirman todavía hoy que el príncipe de esta vida, aunque no le dio su nombre, fue un tal Pablo de Tebas, lo que nosotros también aprobamos* (JERÔNIMO, Prólogo, I).

Segundo Atanásio de Alexandria, seu hagiografado abandonou a vida mundana e abastada para viver, primeiro em tumbas: “*Entonces decidió mudarse a los sepulcros que se hallaban a cierta distancia de la aldea. Pidió a uno de sus familiares que le llevaran pan a largos intervalos. Entró entonces en una de las tumbas [...] y así quedó dentro solo*” (ATANÁSIO, VIII, I), depois em um forte inabitado no deserto: “*En la parte distante del río encontró un fortín desierto que con el correr del tiempo estaba plagado de reptiles. Allí se estableció para vivir*” (ATANÁSIO, XII, IV), com objetivo de afastar-se do ambiente social e com isto aproximar-se do que considerava divino (HILL, *Op. Cit.*). Sendo assim, vale ressaltar a representação engendrada pelo autor de que Antão “é a primeira figura-chave desse movimento [...]” (*Idem*). Entretanto, se considerarmos os escritos de Jerônimo, esta ação não passou de um mimetismo de Antão em relação ao monge anterior, Paulo de Tebas, que se isolou numa caverna: “*Pablo tomó cariño por ese lugar [a caverna], como si le hubiese sido presentado por Dios mismo y allí pasó toda su vida en oración y soledad.*” (JERÔNIMO, II, V).

Um segundo elemento que é relatado na fonte é a *fuga mundi*, ou seja, o “afastamento do mundo” praticado pelo monge, o que pode nos indicar a existência de “uma acentuada aversão aos valores terrenos” (BUENO, *Op. Cit.*, p. 53), compartilhada pelos primeiros monges coptas, pois, no isolamento proporcionado pela estadia no deserto, os monges se distanciavam das práticas do mundo secular, como aquelas relacionadas ao círculo familiar ou político: “*Ahí, pues, pasó el tiempo de su iniciación y afirmó su determinación de no volver a la casa de sus padres ni de pensar en sus*



parientes, sino de dedicar todas sus inclinaciones y energías a la práctica continua de la vida ascética” (ATANÁSIO, III, VII), uma vez que estas práticas “ligariam demasiadamente o homem ao temporal e o desviariam de seu objetivo maior, a vida celeste” (AMARAL, *Op. Cit.*, p. 235).

Entretanto, a história monástica não deve ser vista apenas através deste prisma, que nos remete a uma espécie de sucessão perfeita de acontecimentos, que acabariam por culminar num monaquismo pronto e acabado, portanto, livre de questionamentos. Neste sentido, os problemas referentes a história monástica iniciam-se quando levamos em consideração que o monaquismo tampouco foi criação do cristianismo, pois já existia em outras religiões anteriores e por isto “*no hay razón alguna que nos impida hablar de un monacato no cristiano, o mejor, de monacatos — en plural — anteriores o extraños a la Iglesia de Cristo*” (COLOMBÁS, 1998, p. 11).

Apesar do problema das origens do monaquismo cristão copta, um outro fator relevante é o das causas de seu surgimento, pois, “*los orígenes del monacato cristiano están rodeados de oscuras sombras*” (*Op. Cit.*, p. 9). Ou seja, existe uma lacuna quando tentamos compreender que fatores históricos serviram de motivação para que os primeiros eremitas, Antão ou Paulo, abandonassem suas vidas sociais, para experimentar um cristianismo utilizando-se de vias consideradas como radicais até mesmo por membros de ordens monásticas, ao afirmarem que: “o monge é um cristão que renuncia ao modo de viver do comum dos homens, para adotar outro modo mais radical” (MORIN, 2002, p. 16) e também: “o monge é o homem que vive radicalmente esta procura do fim último” (BARSOTTI, 2009, p. 24).

Neste caso, concordarmos com os autores que tratam do fator da multicausalidade, como no caso das hipóteses elencadas por Bueno, ao afirmar que “o monaquismo, desde o início, aparece como um fenômeno extremamente complexo, e seria uma simplificação lamentável atribuir a sua origem a uma única causa” (*Op. Cit.*, p. 35). Entretanto, a partir desse contexto histórico e das associações supracitadas, nos chama atenção o elemento dos martírios voluntários e incruentos, por conta de seu



sincronismo com o tema do radicalismo monástico, já exposto anteriormente através das afirmações de Morin e Barsotti.

Portanto, vale dizer que se partimos das premissas apresentadas anteriormente, em relação as causas históricas que colaboraram para o aparecimento do movimento monástico no âmbito da religião cristã entre os coptas, o que apresenta-se como um problema é a dificuldade em se compreender quais são as possíveis relações existentes entre o impacto causado pela ausência dos mártires, por conta do fim das perseguições aos cristãos a partir da conversão de Constantino e o surgimento do monaquismo enquanto uma possível causa histórica para o surgimento do movimento dos monges cristãos, considerando questões inerentes ao radicalismo ascético e bem como a ideia de “imitação de Cristo”, inclusive em seu martírio, como fator de santificação, ou mesmo enquanto a elaboração de um ideal de vida monástica dos primeiros monges coptas.

A Historiografia

Segundo as afirmações de Colombás, entender as causas históricas do surgimento do movimento monástico na religião cristã é “*una cuestión disputada*” (*Op. Cit.*, p. 9), partindo do pressuposto que alguns autores, desde a primeira metade do século XX, vêm desenvolvendo teorias e hipóteses com objetivo de elucidar este problema. Para o autor, as disputas começaram quando Weingarten publicou sua tese afirmando que as origens do monaquismo cristão estariam relacionadas aos *katochoi*; um grupo formado por religiosos reclusos do templo de Serápis, em Menfis, no Egito, que praticavam um tipo de culto específico do período helenístico (não da antiga religião egípcia), no qual seus membros possuíam práticas similares às dos monges cristãos (MARTÍNEZ MAZA, 2000, pp. 163-165).

Ulteriormente, Reitzenstein elaborou uma nova explicação para o problema, através da qual afirmava que o monaquismo cristão procedeu do conjunto e ideias filosófico-religiosas que se difundiram com o helenismo entre os séculos II e IV EC (COLOMBÁS, *Op. Cit.*, p.10). Porém, Colombás retruca mostrando que tais ideias



como vocabulário, costumes e o próprio ideal de vida, que podem ser percebidas através de práticas como privação de alimento, de sono, confusão entre o real e o imaginário, visões e milagres, fazem parte também da cultura “[...] *de los ascetas de Filón, de los discípulos de Pitágoras y de los gnósticos judíos o paganos*” (*Idem*), dando a entender que, assim como o próprio monaquismo, seriam práticas constituintes de diversas religiões e filosofias, sem uma relação aparente.

Tomando Colombás como referência, porém sem muito a acrescentar, Burton-Christie também faz uma breve análise acerca da questão do surgimento do monaquismo cristão. Segundo o autor, alguns pesquisadores possuem restrições ao falar sobre uma origem bíblica, ou predominantemente religiosa do monaquismo copta, mas concordam quando relegam à grande quantidade de movimentos filosófico-religiosos presentes nas margens do Rio Nilo seu aparecimento entre os anos finais do século III e o início do IV EC (BURTON-CHRISTIE, 2007, p. 47).

Para ambos os autores, as principais influências externas para o surgimento do monaquismo cristão podem ter sido provenientes dos monges budistas, dos *katochoi*, estóicos, filósofos neopitagóricos, neoplatônicos, dos ascetas judeus como terapeutas e essênios e, também, de outros movimentos como dos gnósticos e dos maniqueus (*Op. Cit.*, p. 49). Essas aproximações entre grupos filosófico-religiosos distintos eram comuns e, inclusive, caracterizam o próprio helenismo existente na época (CHEVITARESE; CORNELLI, 2003, pp. 7-8).

Sobre a crítica de Burton-Christie em relação às causas predominantemente religiosas para o surgimento do monaquismo cristão, tomamos como exemplo algumas proposições elaboradas por Colombás e por Bueno. O primeiro autor afirma que, no decorrer da história, os próprios monges traçaram diversas causas para sua origem, entretanto, todas tomavam como base aspectos profundamente religiosos e não históricos, como segue: acreditavam ser herdeiros do povo de Israel e fazer parte de uma “história da salvação” em um nexos construído posteriormente onde os textos vetero e neotestamentários se relacionavam diretamente. Tomavam os ascetas judeus do Antigo e Novo Testamento como seus predecessores, por conta da renúncia do mundo.



Viam Adão, antes do pecado, quando mantinha uma relação de proximidade com deus, como a semente de sua árvore genealógica. Consideravam também o profeta Elias e João Batista, como os inauguradores do monaquismo por conta de suas vidas no deserto. Por fim, outros afirmaram ainda ter sido Jesus o fundador do ideal de vida monástico, bem como os apóstolos como seus mais perfeitos seguidores (COLOMBÁS, *Op. Cit.*, pp. 26-30).

Para Bueno, as causas não possuem uma relação bíblica tão direta quanto para os monges entrevistados por Colombás, porém não deixam de fazer parte do âmbito religioso, como segue: o autor afirma que um dos fatores que explicam este fenômeno seria o “misticismo ardente” dos primeiros monges egípcios, bem como seu gosto pela ascese, que explicaria o modo heróico como o povo copta suportava tais sofrimentos. O autor afirma também que aquelas pessoas possuíam uma visão natural do sobrenatural, uma vez que estariam impregnados de fé e piedade. Por fim, para o autor, os primeiros monges, por conta de suas práticas, estavam muito próximos de Jesus de Nazaré dos homens e mulheres considerados como santos pela Igreja (BUENO, *Op. Cit.*, p. 11). Contudo, seguindo a crítica de Burton-Christie, vale frisar que todos os elementos destacados por ambos os autores, quando não possuem fundamentação bíblica e, portanto, religiosa, não se preocupam com os eventos históricos que ocorriam naquele período.

Onde podemos encontrar uma fundamentação motivada por elementos históricos e não puramente religiosos, é nas afirmações de Little, quando o autor coloca em voga a questão da mitigação dos martírios enquanto possível elemento constituinte da gênese do monaquismo cristão oriental, se utilizando da figura de Antão do Deserto, pois, afirma que “o próprio Antônio voltou um dia a Alexandria durante uma onda de perseguições com a nítida esperança de ser supliciado. Ele fracassou e teve que retornar à amarga rotina do martírio no deserto” (LITTLE, 2002, p. 226), como podemos confirmar na própria fonte: “*Cuando finalmente la persecución cesó y el obispo Pedro, de santa memoria, hubo sufrido el martirio, se fue y volvió a su celda solitaria, v ahí fue*



mártir cotidiano en su conciencia, luchando siempre las batallas de la fe.”
(ATANÁSIO, XLVII, I).

Podemos destacar três questões nas afirmações elaboradas por Little. A primeira, é o fato de Antão ter partido em busca de seu próprio martírio, ou seja, de sua própria morte, porque estava certo de que a pena capital lhe caberia naquelas circunstâncias, tal como coubera à Jesus de Nazaré e neste caso, podemos dizer que Antão, na concepção de Atanásio era partidário do chamado martírio voluntário, como segue: “*Como lo expresé antes, oraba para que también él pudiera ser martirizado, y por eso se apenaba por no haberlo sido.*” (ATANÁSIO, XLVI, IV). A segunda questão a ser destacada, é o fato do martírio, tomado como certo pelo monge, não ter ocorrido, uma vez que a perseguição aos cristãos era prática corrente “[...] a se contar a reação romana, em que alguns foram presos e outros tantos supliciados, insultados, crucificados e queimados [...]” (CALDAS, 2012, p. 47), desde o grande incêndio do ano de 64 até, pelo menos, 313 (STE CROIX, 1981, p. 234). A terceira questão que merece destaque, é o termo utilizado pelo autor, que equivale a vida monástica eremítica como uma espécie de martírio e que, entretanto, pode ser encontrado na própria fonte, como segue: “*El diario martirio de la vida monacal*” (ATANÁSIO, XLVII).

Portanto, observamos que o martírio encontra-se presente em todas estas questões; por isto, vale ressaltar a importância que esta prática possuía neste contexto, pois, com a mitigação progressiva das perseguições “[...] o chamado ‘martírio voluntário’, isto é, o oferecimento feito pelo crente de seu próprio corpo para imolação, geralmente ao poder local, tornara-se algo tão comum no oriente cristão” (CALDAS, 2004, p.1), tal como nos mostra a tentativa falha de Antão. Porém, com o fim das perseguições, as autoridades romanas negavam-se a imputá-los (STE CROIX, *Op. Cit.*), fazendo com que alguns cristãos, procurassem outras formas de imitar o seu Cristo, através de um tipo de martírio incruento, que não tinha a necessidade de verter ainda mais sangue do que foi derramado no evento das perseguições. Ou seja, um novo modelo de martírio relativo às práticas ascéticas radicais do monaquismo copta, que



tornava os primeiros monges como “autênticos herdeiros dos mártires” (LITTLE, *Op. Cit.*, p. 226).

Últimas considerações

Como já demonstrado, sabemos que existe um consenso entre os autores que tratam da história monástica, pois, concordam que “*en Aegyptus y Syria, la fuga mundi se hizo hacia el desierto, este lugar, que ya había albergado a ciertos eremitas durante la segunda mitad del s. III [...]*” (HELAL OURIACHEN, 2012, p. 2). Entretanto, o que não ocorre entre estes autores é o consenso sobre as causas do aparecimento deste movimento religioso no âmbito do cristianismo copta. Por conta desses pressupostos, concordamos que torna-se válida a análise em relação ao processo que conduziu ao fim dos martírios, enquanto causa histórica e indiciária do surgimento do monaquismo cristão egípcio, pois, ao ser realizada estaremos nos propondo a contribuir para os debates acerca desta temática, no que se refere a uma lacuna deixada em aberto pela historiografia.

Referências Bibliográficas

ALFÖLDY, Géza. *Historia Social de Roma*. Madri, Alianza Universidad, 1996.

AMARAL, Ronaldo. *A Santidade Habita o Deserto: A Hagiografia à Luz do Imaginário Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ATANÁSIO. *Vida de San Antonio*. Tradução e notas Monges da Ilha Liquina. *Cuadernos Monásticos – Fuentes*, año 10, número 33-34, 1975.

BARROSO, André. Debate Teórico-metodológico para uma História das Religiões e para uma História dos Cristianismos Antigos na Costa Norte-africana. *Revista de Estudos sobre o Jesus Histórico e sua Recepção*. Ano VII, Volume 12, 2014.



BARSOTTI, Divo. *Monaquismo e Mística*. Tradução Mosteiro da Santa Cruz. Juiz de Fora: Editora Subiaco, 2009.

BORRIELLO, L.; et al. *Dicionário de Mística*. Tradução Benôni Lemos et al. São Paulo: Edições Loyola: Paulus, 2003.

BOWMAN, Alan K. *Egypt from Septimius Severus to the Death of Constantine*. In: BOWMAN, Alan K. et al. *The Cambridge Ancient History. The Crisis of Empire, A.D. 193-337*. Volume XII. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 2008.

_____. *Diocletian and the First Tetrarchy 284-305 AD*. In: BOWMAN, Alan K. et al. *The Cambridge Ancient History. The Crisis of Empire, A.D. 193-337*. Volume XII. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 2008.

BUENO, Dom Justino de Almeida. *Cadernos de História Monástica 1: Introdução*. Juiz de Fora: Mosteiro da Santa Cruz, 2003.

_____. *Cadernos de História Monástica 2: Santo Antão e o Anacoretismo Copta*. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 2011.

BURTON-CHRISTIE, Douglas. *La Palabra en el desierto: La Escritura y la búsqueda de la santidad en el antiguo monaquismo cristiano*. Tradução María Tabuyo, Agustín López. Madri: Ediciones Siruela, 2007.

CALDAS, Marcos José de Araújo. *Crypto-Christianismus: o Criptocristianismo dos primeiros três séculos no contexto da epigrafia Greco-Romana*. *Revista de Estudos sobre o Jesus Histórico e sua Recepção*. Ano V, Volume 8, 2012.



_____. Vida e Morte no Cristianismo Primitivo. *Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História*. Volume 1, Número 3, Ano 2, Ago., 2004.

CAMERON, Averil. *The Reign of Constantine 306-337*. In: BOWMAN, Alan K. et al. *The Cambridge Ancient History. The Crisis of Empire, A.D. 193-337*. Volume XII. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 2008.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo: ensaios sobre interações culturais no Mediterrâneo antigo*. Itu: Ottoni Editora, 2003.

COLOMBÁS, Garcia M. *El Monacato Primitivo*. 2ª ed. Madri: *Biblioteca de Autores Cristianos*, 1998.

DODDS, Robert E. *Paganos y Cristianos en una Epoca de Angustia: Algunos Aspectos de la Experiencia Religiosa desde Marco Aurelio a Constantino*. Madri: Ediciones Cristandad, 1975.

FIGUEIREDO, Angela Cristina Sarvat. O Cristianismo Copta: Uma Face Particular do Multiculturalismo Cristão. *Núcleo de Estudos da Antiguidade NEA-UERJ. I Congresso Internacional de Religião, Mito e Magia no Mundo Antigo & IX Fórum de Debates em História Antiga*, 2010.

HELAL OURIACHEN, El Housin. *Origen y desarrollo de la topografía monacal en la Hispania meridional durante la Antigüedad Tardía*. *Revista de Claseshistoria*. Publicación digital de Historia y Ciencias Sociales. Artículo 281, 15 de febrero de 2012.

HILL, Jonathan (org.). *História do Cristianismo*. Tradução Rachel Kopit, Juliana Saad, Marcos Capano. São Paulo: Edições Rosari, 2009.



IWASAKI, Maki. The Significance and the Role of the Desert in the Coptic Monasticism: Monastery of St. Samuel as a Case Study. 沙漠研究 *Journal of Arid Land Studies*. 22-1, 139 -142, 2012.

JERÔNIMO. *La Vida de San Pablo, el primer eremitaño*. Tradução e notas Fernando Rivas. *Cuadernos Monásticos – Fuentes*, nº 115, 1995.

LITTLE, Lester K. Monges e Religiosos In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. V. II. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MARTÍNEZ MAZA, Clelia. *La Katoché en los Cultos Egipcios*. Arys, 3, 2000.

MASOLIVER, Alexandre. *Historia del Monacato Cristiano: Desde los Orígenes hasta San Benito*. Volume 1. Madri, Ediciones Encuentro, 1994.

MORIN, D. Germain. *O Ideal Monástico e a Vida Cristã dos Primeiros Dias*. Tradução D. Estêvão Bettencourt. Juiz de Fora: Mosteiro da Santa Cruz, 2002.

STE CROIX, Geoffrey E. M. *¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? In: FINLEY, Moses. Estudios sobre História Antigua*. Madrid: Akal Editor, 1981.

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394)*. Tradução Marcos de Castro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

* Mestrando em História - PPHR-UFRRJ, sob orientação do Prof. Dr. Marcos José de Araújo Caldas. Integrante do PLURALITAS – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Históricos. Especialista em História Antiga e Medieval pela FSB RJ. Professor Docente II da SEEDUC-RJ. profgabrielhistoria@gmail.com



A memória como fonte de pesquisa: construindo identidades

*Adriana Romero Lopes**

Orientadora: Isabel Bilhão

RESUMO:

Memória é um conceito amplo e por meio do qual podemos identificar e reconstruir histórias antes vividas e muitas vezes deixadas de lado no meio acadêmico. Por meio de análises de acontecimentos trazidos em forma de lembranças, podemos verificar fatos históricos de sujeitos considerados anônimos, mas que no seu cotidiano podem contribuir imensamente para preencher as lacunas que muitas vezes a história vem a deixar. Através da memória podemos identificar a construção de identidades, tanto individuais como coletivas. O discurso de um grupo, quando trabalhado em conjunto, geralmente compõe-se de fatos semelhantes. O presente artigo tem o intuito de demonstrar como o estudo da memória pode ser utilizado para analisarmos a construção de identidades e como este pode contribuir para o estudo da história.

PALAVRAS-CHAVE: memória. Identidade. História.

Introdução

A memória está intrinsicamente ligada a construção de identidades, tanto coletivas como individuais. Seu estudo tem perpassando diferentes ciências, indo desde a Psicologia, Sociologia, Antropologia aos estudos da História. Segundo o teórico Maurice Halbwachs (2003), existe uma grande diferença entre a memória coletiva e a memória histórica. Para ele, devido às inúmeras memórias existentes, esta não poderia ser utilizada como fonte de pesquisa histórica. Entretanto, vários estudiosos vêm nos mostrando como a memória e a História possui uma ligação que não pode ser simplesmente ignorada. Hoje, a memória pode ser considerada e utilizada sim, como fonte de pesquisa.

As questões relativas a memória, sempre geraram preocupações e análises no campo das ciências humanas. Mas, somente agora é que seus instrumentos analíticos e metodológicos começariam a ser problematizados. Isso geraria um boom de pesquisas historiográficas relativas ao cotidiano, analisando experiências de vida das chamadas



“classes complexas” (TEDESCO, 2004, p.27). Como houve esse crescimento em trabalhos, surgiu-se necessidade e estudos desses instrumentos metodológicos. Trabalhar com memória, história oral, acarreta inúmeras responsabilidades ao historiador, que tem que possuir total consciência nas análises, para não ser anacrônico em suas conclusões. As memórias podem modificar-se conforme forem lembradas, isto é, são constantemente reelaboradas no momento da lembrança, pois ocorreram em um período distinto do qual está sendo trazida. Emoções antes sentidas, rancores decorrentes de acontecimentos, conforme o passar do tempo, modificam-se, ganhando outra notoriedade. Considero um desafio ao historiador esse trabalho árduo, em se dedicar a oralidade e a memória, que tanto nos é importante, e que, no entanto, ainda nos transparece subjetiva.

Propomo-nos neste artigo discutir a posição e opinião de diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, sobre a questão da memória, identidade e História, expondo o pensamento de cada autor e procurando analisá-lo de forma a compreendermos a importância dessa ferramenta (a memória), que está ao alcance de todos, mas que necessita de um olhar crítico para transformar-se e possuir a importância de fonte de pesquisa para os estudos históricos. Não procuraremos exaurir, aqui, todos os conceitos a cerca do tema, mas sim, fazer uma breve análise do que está hoje em discussão em torno dos temas identidade e memória.

Identidade: alguns conceitos

O conceito de identidade tem sua origem ligada à Filosofia e à Psicologia, entretanto, hoje, a Antropologia tem sido uma das ciências as quais mais tem se dedicado a seu estudo. Para os historiadores, sua compreensão também tem atingido grande relevância, tornando-se um dos conceitos mais importantes de nossa época. Abriu-se um grande leque referente às questões de identidades, ampliando seu estudo. Hoje, verificamos pesquisas a cerca de identidades coletivas, individuais, étnicas,



fazendo que não apenas o historiador, mas diferentes ciências, envolverem-se em seu estudo.

A identidade pode ser definida de diferentes formas, modificando-se seu conceito conforme a época e o enfoque do que se está buscando. Para o sociólogo Dominique Wolton, a identidade pode ser definida como “[...] o caráter do que permanece idêntico a si próprio; como uma característica de continuidade que o Ser mantém consigo mesmo.” (SILVA; SILVA, 2013, P. 202). Por essa perspectiva, a identidade seria a maneira como certo indivíduo, por meio de suas características se vê ao longo do tempo, permitindo a construção do eu, por meio do qual esse indivíduo tornar-se-ia semelhante a si mesmo e também diferente dos outros. O sujeito só consegue se perceber individual, ao se comparar com outro ser individual, pois nossa identidade depende e é afetada muito pelo coletivo. Como nos diz Halbwachs (2003), nossas lembranças são mais coletivas que individuais, fazendo com que nossa identidade também dependa muito mais de nossas relações do que de nós mesmos. Pois, não podemos esquecer que vivemos em uma sociedade onde nos relacionamos com outras pessoas, socialmente, familiarmente, afetivamente e profissionalmente, e que todas essas relações vão refletir no modo como nos vemos, nos identificamos, pois somos a relação que somos com os outros. Partindo dessa premissa, necessitamos conceituar identidade coletiva.

Bronislaw Baczko (1991), nos afirma que quando designamos uma identidade coletiva, procuramos delimitar um território e também suas fronteiras, a fim de definir suas relações com os outros, formando imagem de amigos e inimigos, assim como de rivais e aliados. Além disso, significa selecionar, conservar e modelar as lembranças de um passado, e também projetar para o futuro temores e esperanças ligadas a essa identidade. Todavia, devemos esclarecer que, o indivíduo só pertence a determinada identidade coletiva, se este se reconhecer como integrante desse grupo. Não basta apenas rotular determinados grupos, pois a identidade só faz sentido se este grupo se



reconhece internamente com a identificação o qual esta sendo inserido. A questão da identidade é muito mais interna, do que externa.

Já Katheryn Woodward, afirma que, a identidade é determinada de forma relacional, ou seja, para que ela possa existir, esta depende de algo fora dela, que seria a outra identidade. (SILVA; SILVA, 2013, p.204). Percebemos mais uma vez, o quanto o coletivo interfere na formação identitária individual. Não há como analisar uma identidade única, sem analisar seu entorno, as pessoas com quem interage, a vida cotidiana do coletivo ao qual está inserido o sujeito. Nessa mesma linha segue Tomaz Tadeu Silva, “[...] a compreensão da identidade deve levar em consideração sua relação intrínseca com a diferença, pois a identidade não existe sem a diferença: ao dizer que somos brasileiros, estamos automaticamente dizendo que não somos alemães, nem chineses por exemplo.” (SILVA; SILVA, 2013, p.204). O comparativo, o relacional para estabelecermos em qual dos grupos estamos inseridos, ou melhor, nos sentimos inseridos se vê mais uma vez presente. Aí se percebe a importância do outro para a construção identitária coletiva, e por conseguinte, a individual. Ainda nessa perspectiva do coletivo, a linguista, Maria José Coracini (2007, p. 24) expõe que, para se singularizar, o sujeito muitas vezes se insere no discurso do outro, buscando palavras que nem sempre são suas para definir-se. E nessa busca pela identidade individual, que é criada, na verdade, pelo coletivo, o indivíduo passa a ser definido como uma junção de características que, ao mesmo tempo o identificam como ser semelhante a outros seres, formando assim, um grupo, distinguindo-o como indivíduo dentro do grupo, como o grupo perante outros grupos (CORACINI, 2007, p. 168). E isso ocorre muitas vezes ao se trabalhar com a história oral, quando um sujeito se apoia ou reafirma seu discurso com base no outro, naquele indivíduo que possa ter passado pela mesma situação ou algo semelhante. Dessa forma, o que o sujeito diz, ganha mais credibilidade para ele mesmo, fazendo que este, sinta-se confortável ao falar de suas lembranças.

Ao analisarmos conceitos relativos a identidade, temos que ter em mente que, a identidade não é algo inato, nem ao menos natural, mas sim, naturalizada, por meio de



processos inconscientes, e que permanece sempre incompleta, sempre em processo de construção e de formação (CORACINI, 2007, p. 61). Não podemos simplesmente vê-la como algo acabado e determinado, pois as questões identitárias e seus conceitos modificam-se de acordo com o contexto o qual está inserido, pois da mesma forma com que os indivíduos modificam-se e adaptam-se as mudanças da sociedade, os conceitos modificam-se conjuntamente. Segundo Marta Gomes Lucena Lima e o economista Roberto José Moreira (2009, p. 54), ao se definir uma identidade tanto regional, étnica ou de classe, articula-se de forma simultânea e assimétrica, as representações não apenas da realidade, mas também a das imagens mentais, o que nos leva a constatar, como já dito anteriormente, que, a realidade, assim como a identidade, não é dada e sim socialmente construída, ou seja, adapta-se e modifica-se com o contexto em que está inserida, sendo também, algo inacabado. Portanto, estamos em contínuo processo de construção e aprendizado, fazendo com que tudo o que vivemos em nosso cotidiano favoreça no fortalecimento ou mesmo, mudanças de nossa própria identidade. Ao encontro dessa ideia, Carolina Rossi Wosiack (2013) nos traz a definição de identidade como sendo uma fonte de diferentes significados e experiências de um determinado povo, podendo ser entendida como o processo e também a construção de significados baseados em atributos culturais os quais estariam inter-relacionados, prevalecendo sobre outras formas de significados. Podemos observar nesse conceito que, o indivíduo pode possuir muitas identidades, sendo que uma, poderá prevalecer sobre as demais. Tudo depende do período em que este sujeito está vivendo e agindo.

Memória

Segundo Lucilia de Almeida Neves (2000), a memória e a história são fontes sociais e construídas pelos próprios homens, por meio de suas experiências individuais e coletivas. Segundo Neves “[...] a memória, como substrato da identidade, refere-se aos comportamentos e às mentalidades coletivas, na medida em que o lembrar individual encontra-se relacionado à inserção histórica de cada indivíduo.” (NEVES, 2000, p.113). Dessa forma, a memória ao constituir-se como fonte de pesquisa para a História, constitui-se também como base da identidade.



Para o historiador francês Jacques Le Goff (2013), a memória possuiria a propriedade de manter e conservar certas informações. Segundo Le Goff, a memória possuiria uma propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas, as quais permitiriam ao indivíduo, atualizar impressões ou informações passadas ou reinterpretadas como passadas. (SILVA; SILVA, 2013, p. 275). Os estudos da memória não se restringem, hoje, à Psicologia e a Neurofisiologia, sendo a memória um dos meios pelos quais diversas ciências vêm se interessando, pois se tornou um dos meios de abordagem dos problemas do tempo e também da História. O historiador Antonio Torres Montenegro considera que, apesar de existir distinções entre memória e História, essas, seriam inseparáveis, pois a História, segundo ele, “[...] é uma construção que resgata o passado do ponto de vista social, é também um processo que encontra paralelos em cada indivíduo por meio da memória.” (SILVA; SILVA, 2013, p.276), dessa forma a memória hoje, pode ser trabalhada como documento histórico. Entretanto, é importante ao historiador que, ao utilizar a memória como documento histórico, também utilize outras fontes de pesquisa, para que possa fazer comparações e análises entre os discursos e os documentos escritos, evitando conclusões supérfluas e errôneas.

No século XIX, quem iniciou os estudos e debates em torno da memória humana foi o psicanalista Sigmund Freud. Para Freud a memória possui um caráter seletivo, ou seja, lembramo-nos de fatos e de coisas de forma parcial, lembranças estas que dependem de estímulos externos, e possuímos a capacidade de escolhermos nossas lembranças. Segundo ele, nossa memória não pode ser comparada com um simples repositório de lembranças, “[...] nossa mente não é um museu.” (SILVA; SILVA, 2013, p. 275). Isso é nos comprovado, pois, não lembrados de todos os fatos os quais presenciamos ou convivemos. Nossa memória é seletiva, por isso a ideia de não ser um museu. No momento em que somos estimulados a nos lembrar de determinado fato, o buscamos, ou o esquecemos.

Vimos até aqui que a memória é uma ferramenta de extrema importância para a compreensão do sentido de identidade, tanto a individual, como a coletiva. É ela que



permeia nossas vidas, que define nossas relações e por fim, nos define. Segundo a historiadora Verena Alberti (2011),

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência- isto é- de identidade. (PINSKY, 2011, p. 167).

David Lowenthal, afirma que não há como separar identidade e memória, pois para ele “[...] identidade e memória estão indissociavelmente ligadas, pois sem recordar o passado não é possível saber quem somos. E nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças.” (SILVA; SILVA, 2013, p. 204). Identidade e memórias seriam uma só. Até o momento nosso discurso vem ao encontro dessa afirmação. Necessitamos lembrar para saber quem somos, pois como já colocado antes, somos uma contínua construção, e essa construção iniciou-se no momento de nosso nascimento, com os valores que adquirimos com o passar dos anos. Somente olhando para trás é que saberemos de que forma e no que nos transformamos hoje.

Segundo a psicóloga Ecléa Bosi “Quando queremos lembrar o que aconteceu nos primeiros tempos da infância, confundimos muitas vezes o que se ouviu dizer aos outros com as próprias lembranças [...]. Daí o caráter não só pessoal, mas familiar, grupal, social, da memória.” (BOSI, 1987, p.22). A memória seria então, na verdade, criada pelo convívio, pelo coletivo, por nossa interações, nossos sentimentos de amor, ódio, tristeza, decepção. Tudo interfere em nossa memória, e conseqüentemente, naquilo que somos, nosso ser individual.

Não podemos deixar de lembrar que, a memória não se constrói apenas com as lembranças, mas também com os esquecimentos. O próprio esquecimento é também um aspecto importante e relevante para o estudo e compreensão da memória, especialmente de grupos e comunidades. Muitas vezes, é voluntário o esquecimento de certo fato pelo grupo, fazendo com que, a memória coletiva possa reelaborar constantemente os fatos. Isso não significa inventar certos acontecimentos, mas sim, selecionar as lembranças



significativas para o grupo, e muitas vezes esquecer fatos que trouxeram traumas, constrangimentos, medos, vergonha e tristeza aos indivíduos. São inúmeros os fatores que fazem lembranças serem esquecidas e também superestimadas. Aí surge a grande importância de saber interpretar até mesmo os ditos silêncios, que às vezes podem significar muito mais do que qualquer lembrança. O sociólogo Michel Pollach confirma nossa ideia, dizendo que “[...] o esquecimento, assim como a lembrança, não é somente uma escolha individual, mas também coletivo. Compreender o que esquecemos e o porquê é um elemento por demais importante para se apostar na legitimidade de uma história do tempo presente.” (CARDOSO, 2012, p. 28).

Márcia Maria Menendes Motta (2012), ao tratar da memória diz que, esta muitas vezes perpassa o tempo dos indivíduos que vivenciaram determinado acontecimento. Segundo a historiadora

[...] as possibilidades abertas pelo fenômeno de projeção ou de identidade tão forte com um passado, que pessoas que não o viveram se sentem coparticipantes e sujeitos desse mesmo passado. Isso significa dizer que é possível nos lembrarmos de algo que não nos atingiu diretamente, mas que, por uma razão ou outra, contaminou nossa própria lembrança. Assim, é coerente registrar que há acontecimentos que traumatizam tanto um grupo, que a memória daquele fato, por ser ‘transmitida’ ao longo de séculos com altíssimo grau de identificação. (MOTTA In CARDOSO; VAINFAS, 2012, p, 20).

Verificamos por meio desse fragmento que a memória coletiva, mesmo não pertencendo a seu interlocutor pode atingi-lo de forma a que este se identifique com essa memória. Assim, ao ouvir por inúmeras vezes o mesmo relato, esse indivíduo passa a sentir-se parte do fato, identificando-se com ele. Isso não quer dizer que a memória individual deixe de existir. Segundo a pesquisadora Luana Aparecida Matos Leal (2012), a memória individual estaria enraizada em diferentes contextos nos quais, haveria a presença de diferentes participantes, permitindo a transposição de sua memória individual para um conjunto de acontecimentos que seriam compartilhados por determinado grupo, passando então a ser uma memória coletiva. A pesquisadora afirma que “[...] mesmo fazendo parte de um grupo, o indivíduo não se descaracteriza e



consegue distinguir o seu próprio passado” (LEAL, 2012, p. 04), ou seja, não perde sua identidade individual, conseguindo se visualizar perante o grupo e inserido nele.

Ao se falar em identidade, Marilena Chaui a vê como sendo a capacidade humana de reter o passado, guardando-o para que este não se perca (CHAUI, 2011). Segundo Chaui “[...] a memória é a garantia de nossa própria identidade, o modo de podermos dizer ‘eu’, reunindo tudo o que fomos e fizemos e tudo o que somos e fazemos.” (CHAUI, 2011, p. 153). A autora também nos expõe que, além dessa dimensão pessoal que a memória remonta, não podemos deixar de mencionar a memória coletiva e social, a qual está, sendo ela, gravada em monumentos, documentos e relatos da história de uma sociedade (CHAUI, 2011). Pois, muitas vezes para reafirmar uma identidade, ou simplesmente manter na memória determinado fato, o ser humano utiliza-se de símbolos e signos, representados estes por monumentos, templos, fotografias. Os indivíduos se apegam a qualquer vestígio que possa manter na memória tal fato. Lembramos também que isso pode ocorrer com o próprio esquecimento, destruindo ou apagando qualquer símbolo ou signo que possa remeter-lhe a certo acontecimento. Bosi (1987) compara a memória com um vaso quebrado, o qual o historiador de maneira cuidadosa deve analisar e compreender o contexto no qual esse estava inserido, segundo a autora,

Se por acaso esquecemos, não basta outros testemunhos [...]É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. Imagine-se um arqueólogo querendo reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar nas noções que as orientam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral [...] (BOSI, 1987, p.414).

Não podemos deixar de mencionar que além da preocupação em analisar os fragmentos da memória do indivíduo, para que esta permaneça, como diz a autora, é necessário que esse

indivíduo reafirme o que está sendo lembrado, não apenas por meio de seu discurso, mas também com o discurso do outro. Percebemos, mais uma vez, como a memória individual depende da memória coletiva, pois a memória depende da interação dos indivíduos. Reafirmando essa ideia, Holbwachs (2006) explica que para a memória de um indivíduo se aproveite da memória de outros, é necessário que essas memórias concordem umas com as outras, para que haja pontos em comum e que dessa forma seja constituída uma memória coletiva.

Interessante ressaltar que, a memória coletiva, apesar de fundamentar a identidade de um grupo ou comunidade, normalmente se apega a determinados acontecimentos considerados fundadores, o que faz com que o restante do passado seja simplificado (SILVA; SILVA, 2013, p.276). Isso nos remete a observar que, nem todo o fato que é lembrado pode constituir-se no mais importante. Como destacamos anteriormente a respeito do esquecimento, os fatos considerados e muitas vezes reafirmados por um grupo podem não estar demonstrando a realidade complexa de determinada situação. Como afirma o pesquisador Michel Pollak,

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, 'não-ditos'. [...] É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior. (POLLAK, 1989, p. 08).

O contexto no qual o acontecimento ocorreu e o qual estão sendo trazido pela memória devem ser analisados com extrema importância e não apenas transcritos e posteriormente, narrados. O confronto do discurso com outras fontes, como já colocado anteriormente, é o que engrandecerá a pesquisa a ser realizada.

Considerações Finais

Ao longo das definições aqui analisadas, percebemos que o estudo da memória pode ser uma fonte de pesquisa importante para a construção e entendimento de identidades. As memórias podem ser utilizadas como fontes históricas, pois elas nos auxiliam a identificar o que tem sido lembrado e recordado por inúmeros grupos sociais.



Também podemos identificar, por meio delas, a permanência de uma determinada leitura sobre o acontecimento, as contradições e diferentes visões, as ligações que unem determinados grupos e afastam outros. Como fontes históricas, as memórias merecem uma análise crítica capaz de, muitas vezes, desconstruir as memórias consagradas por um coletivo. (MOTTA apud CARDOSO, 2012, p. 26).

Podemos ver também, até o momento, que a construção da identidade depende de forma direta da maneira como o indivíduo se vê em relação ao outro. Segundo nos afirma Coracini (2007) a identidade seria uma construção imaginária ou mesmo a soma de construções imaginárias as quais sempre surgiriam a partir do outro e do discurso do outro. A memória seria também, uma forma de retenção e preservação do tempo, a qual salva determinado acontecimento do esquecimento e da perda. Tanto a História como a memória, devido a sua inter-relação, seriam suportes das identidades individuais e coletivas.

Em suma, a História e a memória fazem com que a identidade de determinados grupos não se percam. Mas é preciso saber analisar as memórias, para que a investigação que se propõe a realizar não seja afetada por um juízo pré-definido. As “lembranças especiais”, assim chamadas por Motta (2012, p.29), dos acontecimentos retirados do passado para responderem questões do presente, merecem um olhar crítico, para entendermos porque determinados fatos são lembrados e outros tantos esquecidos. Ressaltamos mais uma vez aqui, que ao trabalharmos com a memória automaticamente trabalharemos com os esquecimentos, os quais também fazem parte da História e são relevantes quando procuramos identificar grupos e indivíduos. E não somente a memória, mas outras fontes, não trabalhadas nesse artigo, nos fazem compreender as construções identitárias. Procuramos aqui destacar a memória como fonte da construção histórica das identidades, pois acreditamos ser ela um importante instrumento para o historiador, e que vem sendo cada vez mais valorizada no meio acadêmico. Como nos diz Bosi “[...] é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde.” (BOSI, 1987, p. 10). Cabe a nós, como pesquisadores, procurar utilizar o estudo da memória da melhor forma o possível, identificar aspectos relevantes nos discursos e também nos



silêncios dos indivíduos, para que esses possam ser significativos para a pesquisa que se pretende realizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. Los imaginários sociales- Memorias y esperanzas colectivas. Buenos Aires: Nueva Vision, 1991.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (organizadores). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CHAUÍ, Marilena. *Iniciação à Filosofia*. Ensino médio. Vol. Único. São Paulo: Ática, 2010.

CORACINI, Maria José. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), pluralismo e tradução*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

HOLBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LEAL, Luana Aparecida MATOS. *Memória, Rememoração e Lembranças em Maurice Halbwachs*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, Campus Vitória da Conquista, 2012. Acesso em: 24/10/2013. Disponível em: <<http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>>

LIMA, Marta Gomes Lucena; MOREIRA, Roberto José. *A fronteira binacional (Brasil e Uruguai): Território e Identidade Social*. Disponível em <www.dialnet.afroteirbinacionalbrasileuruguai> Acesso em 05/07/2013.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História, memória e tempo presente*. Pág. 23-36. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (organizadores). *Novos Domínios da História*. Rio de JANEIRO: Elsevier, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3 ed., 2 reimpressão. São Paulo: Contexto 2013.



NEVES, Lucilia de Almeida. *Memória, história e sujeito: substratos da identidade*. In: III Encontro Regional de História Oral. Mesa-redonda “História Oral e as ramas da subjetividade”. Mariana, Minas Gerais, maio 1999.

PINSKI, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

POLLACK, Michel. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.5, nº 3, 1989, p.3-15.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF: Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

WOSIACK, Carolina Rossi. *Rio Grande do Sul: Identidade e Marca*. Monografia de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Curso de Administração, 2006. Disponível em www.lume.ufrgs.br Acesso em: 02/06/2013.

* Pós graduanda do PPGH- Universidade de Passo Fundo. adri.rl.2008@hotmail.com



Casemiro de Sena Madureira e a Diretoria Geral dos Índios da Província da Bahia (1850-1858)

André de Almeida Rego*

Resumo

O presente trabalho investiga a gestão de Casemiro de Sena Madureira à frente da Diretoria Geral dos Índios da Província da Bahia, que ocorre entre os anos de 1850 e 1858. Sena Madureira foi o segundo a exercer o cargo de diretor geral dos índios e, em sua administração, deparou-se com importantes questões referentes ao encaminhamento da disputa entre Câmaras Municipais e diretorias parciais de índios em relação à administração dos terrenos do patrimônio indígena. Como reflexo da legislação fundiária, em sua gestão, ocorreu o aumento da investida de proprietários e rendeiros sobre os terrenos indígenas. No setor meridional da província, Sena Madureira buscou atrelar a política indigenista aos objetivos de expansão populacional e econômica, apoiando-se nos trabalhos de catequese dos capuchinhos italianos.

Introdução: A questão indígena no Império do Brasil e na província da Bahia

O Império Brasileiro, além dos problemas relativos à consolidação da instituição estatal, enfrentou dificuldades no campo das relações laborais, acima de tudo a partir de 1850, quando o tráfico de escravos da África para o Brasil foi proibido através da Lei Eusébio de Queirós. A partir de então, a substituição da mão de obra se tornou premente, multiplicando-se projetos e políticas para equacionamento da escassez de mão-de-obra. As alternativas iam desde a chegada de imigrantes até a constituição de colônias compostas por nacionais (CARVALHO, 2013: 329-354). A opção variava de região a região.

Os índios foram pensados como alternativa em regiões onde sua presença era bastante abundante (MONTEIRO, 2001: 129-169; SPÓSITO, 2006: 174-209). Esse foi o caso do sul da província da Bahia, zona cuja dinâmica de colonização acabou por criar uma faixa de território que, entre meados do século XVIII e início do XIX, se tornou refúgio de diversos grupos de kamakãs, pataxós-maxakalis e aimorés (botocudos), índios classificados como “selvagens” ou gentios.

O esgotamento da extração aurífera em Minas Gerais marcou um período de expansão da colonização no setor central das capitânicas de Porto Seguro e Ilhéus, fato que gradativamente acirrou os confrontos entre gentios e povoadores. A partir da



emancipação política do Brasil, a situação ganhou contornos mais intensos, principalmente após a estabilização política ocorrida com o advento do Segundo Reinado, quando então o movimento de centralização política produziu a instrumentalização de uma política indigenista claramente voltada para a utilização do trabalho dos índios. Ao mesmo tempo, os Governos Central e Provincial encamparam projetos de expansão na região sul que tiveram como sustentáculo o aproveitamento da mão de obra indígena (PARAÍSO, 1998: 485).

Em 1845, editou-se o decreto 426 de 24 de julho, criando as Diretorias Gerais de Índios em cada província onde houvesse demanda nesse aspecto. O diretor geral de índios era responsável pela condução da política indigenista provincial, sendo nomeado pelo Imperador e respondendo diretamente ao presidente de província. Sob sua alçada estava a administração dos trabalhos de catequese, aldeamento, distribuição e utilização dos serviços dos silvícolas, além do zelo, guarda e proteção do patrimônio dos índios, composto principalmente pelas terras concedidas no Período Colonial. Sob sua alçada também recairia a política de atração e redução dos grupos de índios “selvagens”, o que, para o caso da Bahia, configurava-se como ponto extremamente importante, uma vez que o desenvolvimento da região sul e da província como um todo era visto por muitos como dependente das políticas de aldeamento dos grupos de gentios.

O decreto 426 tornou obrigatória a existência dos diretores parciais nos núcleos de povoação indígena, os quais exerceriam, no âmbito local, as funções que os diretores gerais realizavam ao nível provincial. Por outro lado, o Decreto 426 intensificou os conflitos acerca da administração das terras do patrimônio indígena. Uma das formas mais comuns de oposição foi aquela que colocou em disputa de atribuições as Câmaras Municipais e os diretores parciais de índios. Muitas Câmaras, devido a uma interpretação das leis do período do marquês de Pombal (século XVIII), passaram a administrar os bens das terras concedidas aos índios, denominadas de patrimônio indígena. Boa parte dessas terras passou a ser arrendada, sendo que o produto dessas rendas passou a entrar como redito das municipalidades. Em alguns núcleos, devido a



reformas na lei, o juiz de órfãos passou a administrar os bens dos índios (Decreto Imperial de 03 de junho de 1833 e Aviso de 18 de outubro de 1833).

Quando se instituiu o Decreto 426, muitos diretores parciais reivindicaram a prerrogativa de administração do patrimônio indígena, gerando conflitos com as autoridades constituídas. O Governo Imperial só ofereceu uma solução definitiva na década de 1880, ou seja, a questão ficou em aberto por praticamente todo o Período Imperial. No caso da Bahia, como as contendas aumentassem, sendo forte também a pressão pela sua resolução, o Governo da Província sentiu a necessidade de oferecer um encaminhamento à questão na década de 1840. Por volta dessa época, estava se instituindo a primeira Diretoria Geral da Bahia, chefiada por Manoel Inácio de Lima. O Palácio do Governo da Bahia, influenciado pelo parecer de Manoel Inácio sobre o caso da povoação de Santarém, expressou decisão favorável aos diretores parciais, classificando como ingerência de atribuições o fato de as Câmaras e outras autoridades administrarem os bens dos índios.

Contudo, os vereadores e demais autoridades, na defesa da permanência das suas atribuições, passaram a questionar a existência de índios nessas povoações, núcleos de aldeamentos antigos. Nesse sentido, passaram a afirmar que os seus habitantes já não eram mais índios, e sim descendentes de índios, cujos costumes já os colocavam na condição de nacionais. Segundo essa ótica, os índios que pudessem existir eram poucos, sendo que a maior parte era fruto de cruzamento entre diversas raças.

Essa negação da identidade indígena foi instrumentalizada na tentativa de negar direitos aos habitantes das povoações indígenas, estratégia que se revelou eficaz, pois influenciou a que o Palácio do Governo da Província - que, acima de tudo, representava os interesses dos proprietários rurais - emitisse um parecer favorável às Câmaras Municipais. Nesse sentido, definiu-se que, enquanto não houvesse uma solução da parte do Governo Imperial, a porção de terras dos índios arrendadas a terceiros continuaria sob administração das Câmaras. Esse parecer, emitido em 1848, foi o ponto de partida para a extinção do patrimônio indígena das povoações indígenas da Bahia (Arquivo



Público do Estado da Bahia. É o que se pode ver do trecho do parecer registrado a seguir:

Em resposta ao ofício que vossas mercês me dirigiram datado de 10 de junho próximo passado [1848] em que desejam ser esclarecidos, se à Câmara, ou ao diretor dos índios pertencem os livros, papéis, e produtos do foro das terras dessa vila, tenho a significar-lhes que, enquanto pelo poder primário [imperial] não houver decisão acerca do pleno domínio dos terrenos originariamente dados aos índios para estabelecerem plantações para sua subsistência, é fora de questão que se deve assinar a cada um a porção que lhe for necessária para cultivar; *devendo as que não forem aproveitadas, atenta ainda a pequena população da aldeia continuar sob a administração dessa Câmara para as arrendar*, e aplicar o seu produto às despesas do município, do que também resulta utilidade aos índios, *que não devem desfrutar em ócio o rendimento das terras que não cultivam*. (APEBA, 1848 - destaque do autor deste artigo).

A legislação fundiária também impactou decisivamente na questão indígena, principalmente no que tange aos núcleos de aldeamento antigo. A Lei de Terras de 1850 regulamentou a capitalização da propriedade fundiária, estabelecendo o mecanismo de compra e venda como o principal instrumento de aquisição da terra. Além disso, previa-se uma política geral de demarcação da terra, no intuito de definir os terrenos devolutos, de propriedade do Estado, os quais entrariam como reserva para futuras aquisições através de compra.

Devido à dificuldade na fiscalização e práticas de corrupção, essa política de demarcação promoveu usurpações de terrenos feitas por proprietários que acrescentaram aos seus terrenos porções de territórios vizinhos (CARVALHO, 2013: 352). Muitos terrenos devolutos foram incorporados a propriedades particulares, além do que vários fazendeiros vizinhos aos terrenos do patrimônio indígena valeram-se da ocasião para tentar legitimar esbulhos. Também é preciso assinalar que os marcos de muitas povoações não estavam nítidos, ou seja, os terrenos do patrimônio indígena, em muitos casos, não estavam demarcados com clareza. Isso ocorria principalmente porque os livros de tombo das aldeias desapareceram dos cartórios, uma prática que era utilizada como estratégia para deslegitimar a reivindicação das comunidades indígenas pela preservação do direito à posse da terra.

Um exemplo desse desaparecimento do livro de tombamento de uma aldeia é o



de Pedra Branca. Em 1859, o missionário (e diretor) dos índios de Pedra Branca assim informava sobre as terras do patrimônio dos índios:

consta de uma légua em quadro, foi doado aos índios da aldeia por um decreto real, cuja data ignoro; por não achar aqui um só livro que me possa orientar, asseverando-me os mesmos índios, que o livro do tombo desapareceu do arquivo da diretoria no ano de 1834, por ocasião de um tumulto que deu-se na aldeia (APEBA, 21 de setembro de 1859)

Além disso, a Lei de Terras foi o ponto de partida para a criação de uma série de leis que, em linhas gerais, determinavam a incorporação aos bens próprios nacionais - ou seja, à categoria de terras devolutas - os terrenos das povoações indígenas cuja população já estivesse “confundida na massa dos brasileiros”. Assinalam-se como exemplos as seguintes decisões do Governo Imperial: Aviso de 21 de outubro de 1850, Aviso de 16 de janeiro de 1851, Avisos de 13 e 18 de dezembro de 1852, Aviso de 21 de janeiro de 1856, Aviso de 21 de abril de 1857 e Aviso de 21 de julho de 1858, Aviso de 08 de março de 1878 e Aviso de 07 de maio de 1883.

Também aqui, a negação da identidade indígena atuou como instrumento para fundamentar a campanha pela absorção dos terrenos do patrimônio dos índios a uma condição jurídica que pudesse satisfazer aos interesses dos proprietários locais. Muitas vezes não se tratava de proprietários vizinhos, mas de rendeiros que, pleiteando a extinção do patrimônio dos índios, buscavam tornarem-se proprietários de uma porção de terra da qual eram inquilinos.

Outro sustentáculo importante na política de catequese indígena durante o Império foram os capuchinhos italianos. Em muitas províncias os capuchinhos foram indispensáveis nos aldeamentos e nos trabalhos de contato e redução dos gentios. No caso da Bahia, o Governo da Província oficializou sua política de utilização do apostolado capuchinho a partir da Lei nº 32 de 05 de março de 1836, aprovada pela Assembleia Provincial. Por ela concedeu-se licença ao prefeito do Hospício dos Capuchinhos da Piedade a trazer seis missionários da Itália. A lei significou o fim de uma fase de proibições à remessa de capuchinhos italianos que vigorava desde a época da Independência (REGNI, 1988: 344). Destaca-se a atuação de frei Ludovico de Livorno nos trabalhos de catequese dos índios da região do rio Pardo, no sul da Bahia.



Seu apostolado acaba por convencer as autoridades baianas de que os capuchinhos seriam bastante viáveis para os objetivos da política indigenista oficial, influenciando, assim, na edição da Lei nº 32.

O governo brasileiro oficializou o apoio à catequese capuchinha na década de 1840, quando uma série de leis sinalizou a aproximação entre a Corte e a Santa Sé. A maior expressão dessas normas foi o Decreto Imperial nº 373 de 30 de julho de 1844, fixando as regras gerais de distribuição dos capuchinhos italianos no território do Brasil. Ao mesmo tempo, o decreto instituiu o controle estatal sobre o apostolado dos frades barbadinhos, uma espécie de padroado que incomodou a Santa Sé, razão pela qual, o entendimento com o Governo Imperial só foi possível a partir de 1862, através de um acordo firmado com o Secretário Geral da Igreja Católica (PARAÍSO, 1998: 518; REGNI, 1988: 355 e 363).

Na Bahia, por intermédio desta política, o trabalho de vários capuchinhos ganhou destaque, principalmente daqueles que deram continuidade ao apostolado de Ludovico de Livorno. Podem-se destacar os freis Francisco Antônio de Falerno, Vicente Maria de Ascoli, Rainero de Ovada, Serafim de Petraglia, Agostinho de Casarano, Luís de Gúbio e Luís de Grava. Vistos como peças-chave na função de aldear principalmente os índios “selvagens” do sul da Bahia, os frades barbadinhos entraram no cálculo das autoridades e dos proprietários locais, quando da elaboração e aplicação de políticas de expansão demográfica e econômica, de abertura das comunicações com Minas Gerais e de formação de uma reserva de mão de obra para a realização das atividades econômicas. Os interesses em torno dessas atividades eram muito grandes, razão pela qual, algumas vezes, produziram-se disputas entre as autoridades para deter em sua jurisdição os aldeamentos fundados pelos capuchinhos, como foi o caso da contenda entre as vilas de Vitória e Ilhéus, no fim da década de 1840 (APEBA, 21 de janeiro de 1848).

A Diretoria Geral dos Índios de Casemiro de Sena Madureira

Casemiro de Sena Madureira era oriundo da região de Valença, no Baixo Sul baiano, sua família notabilizava-se como uma das mais abastadas da região, compondo com seus dois irmãos – Bernardino e Isidro (barão de Jequiçá) – uma prole de proprietários de terras e outros empreendimentos, descendente do capitão-mor Bernardino Sena Madureira. Além de diretor dos índios da Bahia entre 1850 e 1858, Casemiro de Sena Madureira exerceu a função de diretor geral da instrução pública da província da Bahia. No ano de 1858, deixou a chefia da DGI para tomar posse de deputado da Assembleia Geral do Império.

O antecessor de Casemiro de Sena Madureira na DGI foi o brigadeiro Manoel Inácio de Lima. Pelo Decreto 426 de 24 de julho de 1845, os diretores gerais de índios recebiam, enquanto servissem, a honraria de brigadeiros. Os diretores parciais ostentariam o título de tenentes coronéis, enquanto que os tesoureiros das povoações indígenas seriam graduados com o título de coronéis.

Na sua gestão, brigadeiro Lima teve de enfrentar questões primeiramente voltadas para a própria consolidação da repartição da DGI. Nesse sentido, surgiram contendas relativas a conflitos de atribuições, destacando-se a contenda entre Câmaras e outras autoridades, de um lado, e diretores parciais de índios, de outro. A disputa, conforme já se assinalou, ocorria no tocante à administração dos bens dos índios, sendo que o Governo da Província, em 1848, baixou parecer favorável às Câmaras Municipais, estendendo sua decisão, suscitada pelo caso específico da povoação de Santarém, a todas as povoações que comportassem semelhante disputa.

A gestão do brigadeiro Lima ainda teve de enfrentar distúrbios na povoação da Pedra Branca, quando os índios levantaram-se protestando contra perseguições realizadas por autoridades locais. É importante pontuar que a divisão dos índios de Pedra Branca em facções - acirrada por disputas entre poderes locais - teve influência nesses levantes. Pedra Branca testemunhou levantes de índios desde 1834. Verificaram-se novas contendas em 1839 e 1844. No final de 1846, a tensão voltou a se agravar e a



primeira incumbência do brigadeiro Lima, que assumiu a DGI em fevereiro de 1847, foi contornar a situação. Ele obteve sucesso relativo ao afastar o diretor parcial da aldeia, líder de uma das facções.

Casemiro de Sena Madureira assumiu a DGI em 1850, no seu primeiro ano à frente da repartição, passou a receber representações contra diretores de várias povoações indígenas, tratando de substituí-los por nomes que, segundo informações que colhia, possuíam conduta idônea. O diretor geral dos índios não conhecia a realidade dos núcleos que estava administrando, pois não empreendia viagens àquelas localidades. Administrava sem maior conhecimento da situação, sendo que os nomes que propunha para as diretorias parciais provinham de sugestões das autoridades locais. Além disso, Casemiro de Sena buscava obter informações junto aos diretores parciais tanto da situação das aldeias quanto da prestação de contas, solicitação que nem sempre era atendida.

Essa situação fica clara no caso da povoação de Mirandela, como se pode ver de trecho da correspondência enviada pelo brigadeiro Sena Madureira ao presidente da província em novembro de 1850, motivada por uma representação em nome dos índios daquele local:

Tendo-se queixado os índios de Mirandela do procedimento do diretor Antônio de Cerqueira Dantas, mandou a presidência por despacho de 03 de agosto de 1848, ouvir como antecessor, que pediu informações ao referido diretor, das quais nenhuma notícia tive, e por isso a 29 de maio deste ano exigi do mesmo diretor a sua despesa, a qual não tem este feito até o presente. Além das faltas que os índios lhe acusam na dita queixa consta-me que o dito diretor atacava a cadeia de seu termo com gente armada, e dela tirava presos acusados de homicídio.

Indivíduos que só dão mau-exemplo não devem continuar a exercer um cargo, no qual é preciso dar todas as provas de moderação, e respeito às leis, pelo que proponho a V Ex^a a demissão deste diretor, e que fique suprimida a gratificação de cem mil réis, que pela tesouraria se lhe pagava sem que ele tivesse com a aldeia outro trabalho além do de cobrar cada gratificação indevida (APEBA, 12 de novembro de 1850)

Na gestão do brigadeiro Sena Madureira, o encaminhamento da contenda entre Câmaras Municipais e diretorias parciais foi conduzida no sentido de favorecer as municipalidades, ao passo que a definição legal sobre o estatuto das terras do



patrimônio indígena trouxe para a DGI baiana a necessidade de sugerir a incorporação daqueles terrenos à categoria de bens próprios nacionais. Dentro das recomendações de Casemiro de Sena Madureira estava a reserva de lotes de terra para as famílias que, segundo sua visão, eram classificadas como de descendentes dos índios. Na prática, isso significava liberar boa parte dos terrenos dos índios para serem legalmente adquiridos pelos mecanismos de mercado.

Ao emitir seu relatório anual de 1851, fica explícita essa preocupação em reformar o estatuto das terras de muitas povoações indígenas. Sintonizando-se com os interesses de proprietários locais, o brigadeiro Sena Madureira pontuava que muitas delas não careciam de diretores parciais, já que estimava já não serem propriamente núcleos indígenas. Mencionava também que os índios, ou seus descendentes, não cultivavam boa parte dessas terras, sendo de razão incorporá-las aos bens próprios nacionais. Essa constatação espelhava divergências na concepção de produção e uso da terra: enquanto que as autoridades e os proprietários enxergavam que a terra só estava sendo aproveitada quando estivesse cultivada, o conceito de território das comunidades indígenas comportava terrenos de matas para caçadas e rituais religiosos, além do que havia um sistema de migrações de transumância que, em parte do ano, deixava as povoações pouco habitadas, dando a impressão de abandono.

Dessa forma, Sena Madureira estimava com a expressão “não carece de diretor” os seguintes núcleos: *Massarandupió* – na comarca de Mata de São João, *Bom Jesus da Glória*, na região de Jacobina, *Nossa Senhora das Neves do Saí*, a época pertencente ao termo de Vila Nova da Rainha, hoje Senhor do Bonfim, *Saco dos Tapuios* ou *Saco dos Aramaris* ou *Saco das Porteiras* no termo de Purificação, situada na atual jurisdição do município de Aramaris, *Nossa Senhora da Saúde do Itapicuru*, dentro da jurisdição do atual município de mesmo nome, *Nova Soure*, hoje município de mesmo nome, *Pombal*, hoje Ribeira do Pombal, *Barcelos*, na atual jurisdição do município de Camamu. Podemos colocar também nessa condição os núcleos das comarcas de Porto Seguro - Vila Verde e Trancoso - e Caravelas - Prado e São José do Mucuri -, uma vez que a DGI considerava desnecessária uma diretoria, “por serem os índios domesticados



há muito tempo”.

Sobre a povoação de Santo Antônio – na comarca de Nazaré-, o diretor geral dos índios dava o seguinte parecer: “não precisa de diretor logo que se vendam as terras que os índios não cultivam, nem ocupam”. A recomendação de reserva de lotes aos “descendentes” de índios e incorporação de boa parte das terras à categoria de devolutas poderia ser vista para o caso de Bom Jesus da Glória, na atual Jacobina. Sena Madureira expressava que ali, da légua em quadra doada aos índios, a maior parte estava ocupada por rendeiros. O seu parecer denunciava as divergências sobre o conceito de apropriação territorial e produtividade da terra: “apenas possuem os pedaços que podem cultivar”. Parecer semelhante era dado para as aldeias de Nossa Senhora da Saúde do Itapicuru e Nova Soure, núcleos estabelecidos em zona banhada pelo rio Itapicuru (APEBA, 10 de janeiro de 1851).

Um mapa emitido pela Secretaria do Governo da Província, com data de 09 de fevereiro de 1855, fornece a dimensão do problema que Casemiro de Sena teria de enfrentar, caso buscasse reivindicar a posse do patrimônio indígena para a DGI, através dos diretores parciais. Pelo documento, percebe-se que, das 31 povoações indígenas, 18 apresentavam problemas referentes aos seus terrenos. Esses entraves eram de várias ordens, como o da administração das rendas por parte das Câmaras Municipais, a falta de ciência da real extensão dos terrenos devido à ausência de livros de tombo ou à demarcação, litígios com proprietários vizinhos e problemas com rendeiros (APEBA, 09 de fevereiro de 1855).

Nesse sentido, além de sintonizar-se com os interesses dos proprietários rurais, a gestão do brigadeiro Sena Madureira optou pela solução mais prática para a DGI: eliminar o patrimônio indígena daqueles núcleos de povoações antigas. Pode-se dizer que, apesar de não ter ocorrido na sua gestão, foi a DGI de Sena Madureira quem abriu caminho para a revogação da posse indígena nas povoações formadas a partir de aldeamentos antigos.

Por outro lado, com a extinção das diretorias parciais e do patrimônio indígena nas referidas povoações, a DGI poderia concentrar os esforços no que, para o Governo



da Província, mais significava na ordem de importância para a política indigenista oficial, a saber, a “pacificação” dos índios da região sul e sua incorporação aos projetos de expansão populacional e econômica, assim como a utilização da mão de obra indígena.

Nesse sentido, foi na gestão do brigadeiro Sena Madureira que surgiu uma secção da política indigenista em duas formas de tratamento: a primeira delas dizia respeito ao encaminhamento da situação dos núcleos indígenas formados a partir de aldeamentos antigos, os quais deveriam ser colocados sob o estatuto da nova legislação fundiária; a segunda vinculava-se à questão dos índios das zonas meridionais da Bahia, que passaram a ser pensados como parte integrante de uma política mais ampla de exploração territorial.

Essa dualidade de políticas indigenistas na província da Bahia fica visível na fala do presidente da província, Francisco Gonçalves Martins, a qual foi apresentada à Assembleia Provincial em março de 1851. Nela também fica patente a influência da DGI na formulação dessa visão dual sobre a questão indígena na província baiana:

O relatório do diretor geral [dos índios] da província que com este se publica subministrará à vossa sabedoria os esclarecimentos que têm sido possível ao mencionado empregado obter no curto prazo de seu exercício. Convém, e é conforme com o espírito da legislação, acabar com a diretoria de aldeias já civilizadas que perderam o seu caráter primitivo da catequese, substituindo-as em outros lugares, e especialmente nas comarcas do sul e à margem dos grandes rios; por novos aldeamentos, incumbidos seus diretores ou missionários da abertura de estradas, desentupimento dos rios, serviços estes próprios dos indígenas habituados a uma vida rude, a trabalhos da mesma espécie, e aclimatados nos próprios lugares. (Fala Presidencial, 1º de março de 1851).

Por sinal, Francisco Gonçalves Martins, ou barão de São Lourenço, tinha bastante interesse na abertura da navegação na região sul, pois possuía propriedades na região do rio Jequitinhonha. No seu governo, procurou implantar projeto de navegação a vapor que, partindo de Canavieiras, alcançasse o Jequitinhonha, adentrando-o, até chegar a terras mineiras. Na intenção de melhor conhecer o potencial de navegação, foi enviada uma comissão chefiada pelo major Inocêncio Veloso Pederneiras. Com a mesma intenção, o barão de São Lourenço, na qualidade de presidente da província,



empreendeu viagem à região, no ano de 1852. Mediante o decreto nº 2242 de 1º de setembro de 1858, o Governo Imperial contratou com a Companhia de Navegação a Vapor do Jequitinhonha a navegação naquele rio. Na chefia da Companhia estava o ex-presidente da província, Francisco Gonçalves Martins, que também presidia a Companhia de Navegação a Vapor Baiana (Fala Presidencial de 10 de abril de 1860).

Casemiro de Sena Madureira, expandindo política adotada desde antes do Decreto 426, buscou incentivar o trabalho de catequese dos capuchinhos italianos no sul da província. Esses missionários, por empreenderem trabalhos de catequese junto aos índios do sul da Bahia, eram vistos como peças fundamentais para a política do Governo da Província. Brigadeiro Sena Madureira dedicou-se à manutenção dos freis Rainero de Ovada, Vicente Maria de Ascoli e Luís de Grava nos aldeamentos dos índios da região do rio Pardo. Na zona do rio Mucuri, com a reedição dos conflitos entre índios e moradores, a DGI enviou o capuchinho Francisco Antônio de Falerna para tentar atrair os grupos de naquenenuques (APEBA, 10 de dezembro de 1855 e 29 de dezembro de 1855).

Essas prioridades refletiam-se nos esforços da gestão do brigadeiro Sena Madureira para o financiamento da política indigenista da Bahia. A Repartição tinha seu orçamento vinculado ao Cofre Geral - proveniente do Governo Imperial - e o Cofre Provincial, suprido com dinheiro da Tesouraria da Província. A despesa padrão era consignada pelo Ministério dos Negócios do Império e pela Assembleia Provincial, havendo obrigação vinculante, ou seja, a despesa com a política indigenista aprovada pela Assembleia Provincial na lei orçamentária nunca poderia ser menor do que aquela determinada para o Cofre Geral.

Sena Madureira buscou incrementar essas verbas, solicitando dos Governos do Império e da Província majoração de investimentos. Ele obteve êxito em algumas vezes, como ocorreu em 1855, quando dobrou a consignação de 2:000\$000rs (dois contos de réis) para 4:000\$000rs. Outra estratégia da DGI foi autofinanciar-se, valendo-se, para tal, do Decreto 426, que previa a utilização do montante que sobrasse das rendas das povoações indígenas nas despesas com a catequese dos índios. Sena Madureira utilizou



as rendas do foro do patrimônio indígena de Santo Antônio de Nazaré e de Abrantes para fazer frente às despesas ocorridas com o trabalho de aldeamento dos naquenenuques da zona de Prado e do rio Mucuri (APEBA, 13 e 22 de novembro de 1855 e 03 de maio de 1856).

Todavia a situação financeira da DGI foi marcada por fortes limitações, principalmente na década de 1850, quando se nota uma tendência à redução das verbas consignadas à política indigenista. A gestão de Sena Madureira ainda possuía outra complexidade, pois havia acúmulo de funções com a Diretoria Geral de Instrução Pública, o que colocava o brigadeiro diante de uma carga de demandas que muitas vezes não conseguia solucionar. Além disso, o autofinanciamento da política indigenista revelou-se complicado, pois a carência das povoações indígenas aliada à corrupção dos diretores parciais e outras autoridades na administração do patrimônio indígena tornava inviável a sobra de rendas.

Conclusão

À frente da Diretoria Geral dos Índios da província da Bahia, Casemiro de Sena Madureira inaugurou uma forma de gestão que diferenciava a política indigenista baiana em dois tipos de administração: uma, para os gentios do sul da Bahia; outra para as povoações indígenas formadas a partir de um processo antigo de aldeamento. No primeiro caso, tratava-se de, com o suporte dos missionários capuchinhos, realizar uma política de aldeamento, objetivando abrir espaço para frentes de expansão populacional e econômica e, ao mesmo tempo, possibilitar a utilização da mão de obra indígena. No segundo caso, a Repartição buscou revogar o estatuto de patrimônio indígena nos núcleos em questão, fornecendo assim um encaminhamento favorável aos interesses dos proprietários e autoridades locais, os quais se tornaram mais evidentes com a regulamentação fundiária do Império.

Brigadeiro Sena Madureira deixou a DGI em 1º de julho de 1858. Nesses cerca de oito anos à frente do principal órgão de administração da questão indígena na



província, pode fincar as bases e o paradigma de atuação dos seus sucessores até o fim do órgão, que foi extinto quando se extinguiu a monarquia. Com Sena Madureira, a política indigenista passou a ser gerida tendo como referência a legislação fundiária, além do que os índios do sul passaram a figurar como alternativa para a crise na oferta laboral, compondo parte importante dos projetos para tal região. Seus sucessores não trouxeram modificações a essa forma de atuação: acrescentaram ou ampliaram a essa forma de administração que se tornou padrão da DGI baiana.

Referências Bibliográficas:

Fontes primárias

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais: Governo da Província – Série Judiciário/ Correspondências recebidas dos juízes – juízes de Canavieiras – MAÇO 2319 (1848-1866). Ofício do juiz municipal e 1º substituto do de direito da comarca de Ilhéus, José Antônio de Sousa Paço, endereçado à presidência da província (Ilhéus, 21 de janeiro de 1848). APEBA... Juízes de Ilhéus – MAÇO 2396 (1840-1850).

Sobre o parecer da Presidência da Província na contenda entre Câmaras Municipais e diretores parciais de índios: VASCONCELOS, Joaquim José Pinheiro de. Resposta/ parecer da Presidência da Província para o caso dos índios da Vila de Santarém – enviada à Diretoria Geral dos Índios e à Câmara Municipal de Santarém (Salvador, 26 de agosto de 1848). A documentação faz parte de um ofício enviado pelo então presidente da província, Francisco Gonçalves Martins, ao Diretor Geral dos Índios, Manoel Inácio de Lima, com data de 03 de fevereiro de 1849. Acompanham ainda a representação da Câmara Municipal de Santarém que suscitou o parecer da presidência e um ofício, com anexos, do juiz de direito da comarca de Valença. Manuscrito do APEBA... MAÇO 4611.

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais: Governo da Província – Série Agricultura/ Correspondências enviadas pelo diretor geral dos índios, missionários e diretor de Soure – MAÇO 4611. Ofício enviado



pelo Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Sena Madureira, ao presidente da província, Francisco Gonçalves Martins (Bahia, 12 de novembro de 1850)

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais: Governo da Província – Série Agricultura/ Correspondências enviadas pelo diretor geral dos índios, missionários e diretor de Soure – MAÇO 4611. Relatório Anual do Diretor Geral dos Índios da Província da Bahia, Casemiro de Sena Madureira (Cidade da Bahia, 10 de janeiro de 1851).

Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, n'abertura da Assembléa Provincial da mesma provincia no 1. de março de 1851. Bahia, Typ. Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, 1851.

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais: Governo da Província – Série Agricultura/ Correspondências enviadas pelo diretor geral dos índios, missionários e diretor de Soure – MAÇO 4611. Mapa das Povoações Indígenas da Província da Bahia, confeccionado pela Secretaria do Governo da Província (Cidade da Bahia, 09 de fevereiro de 1855).

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais: Governo da Província – Série Agricultura/ Correspondências enviadas pelo diretor geral dos índios – MAÇO 4613. Ofício enviado pelo Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Sena Madureira, ao presidente da província, Francisco Gonçalves Martins (Bahia, 10 de dezembro de 1855).

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais: Governo da Província – Série Agricultura/ Correspondências enviadas pelo diretor geral dos índios – MAÇO 4612. Ofício enviado pelo Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Sena Madureira, ao presidente da província, Francisco Gonçalves Martins (Bahia, 29 de dezembro de 1855).

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEBA. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais: Governo da Província – Série Agricultura/ Correspondências enviadas pelo diretor geral dos índios – MAÇO 4612. Ofício do missionário e diretor de Pedra Branca, endereçado à Presidência da Província (Pedra Branca, 21 de setembro de 1859).



Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o conselheiro e senador do imperio Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1860.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Bahia pelo excellentissimo presidente da provincia, o commendador Manuel Pinto de Souza Dantas no dia 1.o de março de 1866. Bahia, Typ. de Tourinho & C.a, 1866.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem – Teatro de Sombras: política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013.

CUNHA, Maria Manoela Carneiro da (org.). Legislação Indigenista no Século XIX. São Paulo: EDUSP – CPISP. 1992.

MONTEIRO, John Manuel. Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre Docência. Departamento de Antropologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP), 2001.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. O Tempo da Dor e do Trabalho – a conquista do território indígena nos Sertões do Leste. Tese (doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História (UNICAMP), 1998.

REGNI, Pietro Vittorino. Os Capuchinhos na Bahia: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Vol. 2 (os capuchinhos italianos). Salvador: Editora Pallotti. 1988.

SPÓSITO, Fernanda. Nem Cidadãos nem Brasileiros: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas d Universidade de São Paulo (USP). 2006.

* Doutorando em História Social do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA)/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de História; Professor Titular da Cadeira de História da Bahia, vinculado ao Departamento de História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Católica de Salvador (IFCH - UCSal);



O MARXISMO DE MILCÍADES PEÑA (1933-1965)

*Jeú Daitch de Castilho**

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar e introduzir no Brasil um historiador considerado *maldito* pela historiografia argentina que, no entanto, deixou inúmeras contribuições para o entendimento dos fenômenos políticos e sociais em voga na Argentina peronista. Marxista declarado e autor de vários livros, artigos e panfletos, Milcíades Peña apesar de inaugurar uma historiografia trotskista no país caiu no ostracismo pelo seu autodidatismo e crítica as principais organizações político-partidárias do país, em especial no quadro das esquerdas. Sua obra revela um autor de incomparável talento e acidez crítica e comprometido com um projeto de transformação social.

Palavras chave: Milcíades Peña. Argentina. Morenismo.

Este presente artigo é uma extensão da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, cujo título é: *A concepção do peronismo em Sívlio Frondizi e Milcíades Peña*. Trazer para o centro do debate atual o pensamento de Milcíades Peña pode lançar luz no entendimento das principais questões em transe na Argentina. Como veremos adiante, o pensamento desse vigoroso autor contribuiu e muito não só para a interpretação do populismo peronistaⁱⁱⁱ, mas também para uma profunda análise a respeito da natureza do Estado e do sistema econômico nacional.

A trajetória intelectual de Milcíades Peña foi marcada por inúmeras críticas a esquerda local, sem, contudo abandonar em momento algum à perspectiva marxista-trotskista. Elaborou uma concepção historiográfica da política nacional que se orientava principalmente em desmistificar os heróis que a burguesia preocupava-se em criar. Como bem apontou o historiador Omar Acha, o singular da produção do militante argentino consistia em tentar produzir “(...) una obra propriamente historiadora y en haber esforzado su imaginación en la huella de una historiografia trotskista” (ACHA, 2009, p.249). Nisso foi um dos pioneiros, num cenário em que a maioria dos intelectuais trotskistas estavam preocupados com uma análise estritamente política dos processos históricos nacionais.



É possível perceber que antes de 1955, momento em que são redigidas as principais obras de Peña, não encontramos uma produção historiográfica reconhecidamente trotskista. Os debates travados entre Liborio Justo e Antonio Gallo que se estenderam por boa parte da década de 1930 apontam algumas referências a um projeto de interpretação histórica, mas não chegam a se apresentar como tal. Outro que tentou uma análise histórica foi Jorge Abelardo Ramos, mas em 1949, quando publicou *América Latina: un país*, já pertencia à frente peronista e, portanto, é impossível catalogá-la como trotskista. Peña, por meio de um aguçado estudo da obra de León Trotsky, em especial dos tomos de *História da Revolução Russa*, interagiu com os conceitos de revolução permanente e desenvolvimento desigual e combinado para destruir a história política tradicional. Literalmente abafou os heróis da oligarquia, tirou-os do pedestal da história e mostrou a outra face do belo quadro histórico que as classes dominantes pintavam. Mas a crítica do jovem de apenas 22 anos (quando publicou seus primeiros livros ele tinha essa idade) não era fria. Pelo contrário, suas habilidades de escritor refletem toda a acidez, criatividade e contundência de um militante que não encontrava problemas em tachar um de seus opositores e debatedores como “impostor incapaz de hacer siquiera una cita ajustada a la verdad. Teorico del disparate permanente. Apologista de la burguesia criolla. Apologista del atraso argentino (...) sembrador de confusiones” (PEÑA, 2006, p.206) entre outros.

Se o objetivo do arguto escritor era desmistificar qualquer agente político ou intelectual, nosso objetivo não é tornar a figura de Peña um mito. Resgatar a produção desse importante intelectual trotskista significa trazer a luz escritores que os partidos e instituições da esquerda não quiseram reivindicar. Se a liderança morenista – principal segmento trotskista argentino - o desprezou, nossa intenção não é sacralizá-lo, mas valorizá-lo e reivindicar seu pensamento, alojando-o dentro dos círculos da esquerda revolucionária, que aqui não significa partido ou grupo político.

É importante deixar claro que Peña é reconhecidamente um teórico trotskista. Por mais que muitos intentem colocá-lo, como bem citou Fernando de Leonardis, a *fórceps* dentro de uma perspectiva nacional-popular, sua trajetória e seu pensamento são



inconcebíveis fora do trotskismo argentino ⁱⁱⁱ. A prática historiográfica de Peña, exposta em *Historia del pueblo argentino*, demonstra com clareza essa realidade. A proposta de vida que foi acatada por Peña consistia num fim militante e transformador: entender o passado e transformar o presente.

A concepção historiográfica que Peña propôs, e a meticulosa leitura que realizou da história argentina foram propostas no calor do ativismo político no morenismo. Apesar disso, o rompimento, levado a cabo entre os anos de 1956-1957 com Nahuel Morenoⁱⁱⁱ representou a formação de um pensamento autônomo e pouco alocado em raízes partidárias. Apesar disso, o crédito com Moreno é enorme, principalmente porque é com este que Peña estudou, nos primeiros anos de sua adolescência e juventude. Anos mais tarde, muitas ideias que Peña apresentava no órgão de esclarecimento do partido, foram incorporadas pelo próprio Moreno, sem qualquer referência a seu real autor.

Milcíades Peña nasceu no ano de 1933, na cidade de La Plata, província de Buenos Aires. Sob a custódia dos tios, já que a mãe apresentava transtornos psíquicos, o garoto Peña recebeu extremos cuidados, sendo orientado desde cedo a leitura, já que o tio era bibliotecário (TARCUS, 1996, p.108). A par de inúmeros clássicos, logo tomou contato com dois autores que foram fundamentais para as análises que elaborou anos depois: Juan Bautista Alberdi e Domingo Faustino Sarmiento, dos quais extraiu a ideia de tragédia.

As dificuldades pessoais acentuaram-se quando completou onze anos de idade, momento em que descobriu sua identidade e percebeu que aqueles que zelosamente procuraram educá-lo não eram seus pais. Chocado pela notícia, Peña teve inúmeras dificuldades de concluir os estudos e uma saúde debilitada, já que sofria de asma e falso crup (TARCUS, 1996, p.109). O conhecimento da verdadeira família foi um abalo muito grande com implicações psicológicas por toda sua vida. Sua filha, Clara Peña, anos mais tarde comentou o momento em que o pai descobriu sua verdadeira identidade:

Quando se presento en una entrevista de trabajo conocí a su hermano. Al llegar a la agencia de publicidad le preguntan su nombre y al comprobar que era el mismo de un hombre que trabajaba allí los presentaron. Su hermano era un creativo publicitario. Finalmente supo que tenía una madre internada a



raiz de un brote esquizofrénico y pudo conocer a su hermana mas chica de edad. A su padre llegó a conocerlo en el entierro por lo que nunca hablaron. (FREYRE. In: PEÑA, 2007, p.113)

A tragédia apresentava-se para ele para nunca mais abandoná-lo. Os impactos que marcariam sua vida pessoal seriam refletidos na sua própria produção teórica. Com dificuldades para fazer amigos e o pouco reconhecimento que sua obra teve, principalmente nos círculos universitários, Peña foi relegado ao esquecimento. Talvez, uma das situações que mais tenha afetado sua trajetória, ao lado da descoberta de sua verdadeira identidade, tenha sido o fato de que seus próprios companheiros de militância do partido o abandonaram. Tudo isso cooperou para o quase total isolamento pessoal de Peña. Recuperar o legado de Peña significa valorizar sua leitura histórica. A clareza e a capacidade de escrever com simplicidade, mas ao mesmo tempo com segurança propunha não uma história mecanizada e estática, mas viva: em transformação. Uma história que não agradava a burguesia nacional, porque esta aparecia não como uma força revolucionária, mas sim como um apêndice indispensável aos interesses do capitalismo internacional e da oligarquia local. Uma história esquecida, desprezada, mas que possuía a capacidade de fazer qualquer intelectual com uma visão bem estabelecida e concreta dos processos políticos e sociais em câmbio na Argentina rever suas posições. Uma história que abalava estruturas por meio de críticas veementes. É, portanto, uma história que deve ser valorizada, repensada, resgatada. Ela cobrou de Peña os amigos, já que seu pensamento atingiu em cheio muitos conhecidos que colaboravam com Moreno.

Desde o começo, o projeto levado a cabo por Peña entrelaçou-se com sua vida pessoal. Impossibilitado de frequentar a escola normal e básica, desenvolveu o autodidatismo. Nesse mesmo tempo iniciou, sem orientação nenhuma, leituras de clássicos socialistas e participava do grupo *Juventud Socialista de La Plata*. Ao tomar contato com José Speroni, um dos tantos jovens que haviam abandonado as fileiras do PCA (Partido Comunista Argentino) para militar em grupos trotskistas, Peña foi apresentado a Nahuel Moreno, líder do Grupo Obrero Marxista (GOM), do qual Speroni fazia parte. Nesse contexto, formou suas primeiras ideias, no silêncio das bibliotecas nacionais. Aos dezessete anos já sabia ler inglês, francês e alemão.



Com quinze anos Peña participava ativamente da política nacional, num momento de extensa cooptação da classe trabalhadora por parte da CGT (Confederação Geral do Trabalho) e das demais forças peronistas ele escolheu partir para a oposição. Abandonando qualquer opção de estudo tradicional e retificando sua militância na corrente trotskista passou a estudar, junto com Moreno, a história argentina, num contexto em que o GOM (que mais tarde se transformou em POR-Partido Obrero Revolucionário) havia declarado, num profícuo debate com setores da esquerda nacional, o caráter capitalista do sistema argentino. Essa caracterização influenciou diretamente os ditames da obra de Peña. Todas as publicações sejam artigos, panfletos e até mesmo livros que escreveu nesses primeiros anos de militância foi demarcado por essa caracterização do sistema nacional em oposição a opção feudal.

Sob o pseudônimo de Hermes Radio passou a organizar e escrever diversos artigos, entre os quais figuram, por exemplo, *La Argentina y el imperialismo* datado de 1951. Nesse mesmo período, recebeu de Moreno a liderança do principal órgão do partido, *Frente Proletário*. Com um futuro promissor nas fileiras do morenismo, tratou de ganhar a confiança da liderança, tentativa que logo se frustrou. A lua de mel com Nahuel Moreno durou pouco tempo. Em 1953, alçou a direção do jornal e recebeu do partido a notícia que deveria “proletarizar-se”. O medo de que o “pequeno-burguês” Peña contribuisse para a má fama do movimento que julgava-se ligado em sua totalidade aos trabalhadores levou Moreno a exigir o encaminhamento de Peña como “(...) a la ‘célula têxtil’ del partido” (TARCUS, 1996, p.112).

As exigências da liderança do POR refletia toda uma mudança estrutural que o grupo liderado por Moreno enfrentava. Já não se abrigavam apenas minguados membros, mas uma centena de militantes que, advindos das mais variadas correntes e das mais variadas camadas sociais, pressionaram o partido a propor a formação de um modelo de intelectual e militante com uma vida extremamente disciplinada e desprovida de qualquer traço pequeno-burguês.

Num contexto de centralização política, em que as ordens advindas do comitê do partido deveriam ser cumpridas a risca, a proposta teórica elaborada por Peña não

encontraria espaço. Isso porque sua visão de política e da própria história, marcada pela tragédia, ia de encontro com a metodologia de luta que Moreno desejava instaurar no país.

Em 1954, depois de passar um tempo afastado do morenismo, Peña foi convidado a comandar o novo órgão de esclarecimento político organizado pelo POR: *La Verdad*. A prática do entrismo, levada a cabo por Moreno na segunda metade da década de 1950 e a reformulação das práticas do partido caracterizadas pelo abandono das propostas revolucionárias que haviam configurado os anos iniciais colocaria o POR debaixo das ordens do general Perón. Era o fim da linha da relação entre Peña e Moreno.

Nesses anos, apesar de manter fidelidade à corrente morenista, já não militava organicamente nela. Passou a trabalhar também na Biblioteca Nacional, situado na *calle México*. Ali aprofundou muito suas leituras. Tratou de estudar os clássicos e revisionistas da historiografia argentina, entre os quais aparecem Mitre, López, Ibarguren, Irazusta. Além disso, seguiu as leituras de investigadores locais, como Sérgio Bagú e Dorfman, autores que aparecerão constantemente nos seus escritos. Escritores estrangeiros, como Parish, Ferns e outros possibilitaram a Peña o contato com uma teorização diferenciada da qual costumeiramente os escritores nacionais lançavam mão.

O Peña historiador irrompe no cenário da intelectualidade argentina com a publicação de seis livros, depois reunidos numa única coletânea intitulada *História del Pueblo Argentino*. São eles: *Antes de Mayo*, *El paraíso terrateniente*, *La Era de Mitre*, *De Mitre a Roca*, *Alberdi*, *Sarmiento y el 90*, *Masas, caudillos y elites*. Um dos mitos que Peña logo de início tentará colocar por terra é o da colonização feudal da Argentina pela Espanha. Ao fazer a análise histórica do país europeu não restam dúvidas de que a burguesia local, em comparação com Inglaterra e França apresenta um raquitismo estrutural que, caminhando lado a lado com a ausência de uma política nitidamente capitalista traz para as Américas um modelo de colonização que ele considera capitalismo colonial:

Bien entendido, no se trata del capitalismo industrial. Es un capitalismo de factoria, “capitalismo colonial”, que a diferencia del feudalismo no produce



en pequeña escala y ante todo para el consumo local, sino en gran escala, utilizando grandes masas de trabajadores, y con la mira puesta en el mercado; generalmente el mercado mundial, o, en su defecto, el mercado local estructurado en torno a los establecimientos que producen para la exportación. Estas son características decisivamente capitalistas, aunque no del capitalismo industrial que se caracteriza por el salario libre. (PEÑA, 2006, p.31)

A construção da teoria do “capitalismo colonial” no bojo do pensamento de Peña tinha como objetivo combater a tese daqueles que ele considerava “moscovitas criollos”, em clara referência a Rodolfo Puiggrós e sua obra: qual a necessidade de organizar uma revolução antifeudal que abriria caminho para uma suposta “etapa” capitalista? Afirmar que a natureza da colonização era, na sua estrutura, capitalista, não significava fechar os olhos para características nitidamente feudais desse processo. O jovem historiador trotskista reconhece esses traços feudais na figura do senhor de engenho, de gado ou café no Brasil, cuja atuação social, hábitos e mentalidade remontam ao senhor feudal. Além deles, outros agentes sociais são citados: o encomendero, mineiro, latifundiário, padres, cultivador de cacau e açúcar e estancieiro. Ao sentirem-se donos de seus territórios enquanto chefes militares e com uma tendência de menosprezar a autoridade central exerciam nos seus subordinados uma “justiça de inspiração feudal” (PEÑA, 2006, p.32). O esquematismo de Puiggrós resumido na tese: “Espanha foi feudal, logo suas colônias também foram” esbarra no desenvolvimento não linear dos processos históricos, ou seja, a realidade nova da América forçou a construção de relações sociais completamente diferentes daquelas que haviam sido planejadas. A construção de relações feudais esbarrou nos limites da própria burguesia espanhola.

A burguesia nacional espanhola é apresentada por Peña como raquítica e mendicante ainda vinculada aos interesses da Idade Média. Em nenhum momento ele nega o caráter revolucionário da burguesia na história que, como bem elucidado por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, pôs em bancarrota a estrutura feudal. A burguesia enquanto força capaz de superar as relações sociais feudais possibilitou o surgimento de uma nova forma de organização política. Essa burguesia revolucionária e progressista, segundo Peña, não existiu na Argentina. No combate



direto com Ramos e Puiggrós que insistiam numa aliança das classes trabalhadoras das décadas de 1940-1950 com a dita “burguesia progressista”, Peña realçou que a burguesia argentina desde suas origens seria incapaz de cumprir as tarefas históricas a ela designadas e seria conservadora e agroexportadora por excelência. Mesmo com os processos de “pseudoindustrialização” propostos pelo peronismo nas formas de Planos Quinquenais, na metade do século XX, a burguesia temeu levar adiante um projeto de industrialização massiva e potente, capaz de gerir um proletariado combativo. Dessa forma, o surgimento da burguesia nacional se apresenta no pensamento de Milcíades como um processo ligado a formação colonial, cujos vínculos com o modelo de colônia implantado no país fará parte da própria essência dessa classe (PEÑA, 2006, p.87).

O peronismo guardava, para Peña inúmeras semelhanças com o rosismo. O governo de Juan Manuel Rosas (1829-1832 e 1835-1840) é considerado uma etapa decisiva do capitalismo argentino. Confirma-se a configuração de um sistema semicolonial e agropecuário, cristalizado na proteção aos criadores de gado e valorização da exportação. Assim, o encarecimento da carne para o mercado nacional para a conseqüente venda ao mercado internacional, a queda da taxa de impostos aos estancieiros, a conquista do sertão e a frustrada tentativa de transformar o gaúcho - figura célebre no processo do capitalismo colonial -, em peão assalariado representam um processo de acumulação capitalista que favorecia exclusivamente à burguesia agropecuária. A grande referência que Rosas tinha e que, em certo sentido representa uma semelhança histórica com Perón, é que sua “ditadura totalitária” não era impopular. Sobre isso, escreve Peña:

Para realizar su política de acumulación capitalista y barrer los obstáculos internos e externos que se le oponían, Rosas implanto una dictadura totalitaria que controlaba todos los aspectos de la vida nacional y sobre todo de la provincia de Buenos Aires. Pero si era dictadura su gobierno, no era de algun modo impopular. La coyuntura histórica le permitió a Rosas disponer del cálido apoyo de las clases trabajadoras a quienes explotaba, pero ofrecía protección y ocupación dentro de sus vastas empresas estanciero-saladeriles. (PEÑA, 2006, p.102)

A conquista do “coração do gaúcho” foi fator preponderante no governo Rosas, semelhante ao recém-nascido proletariado nacional durante o governo Perón. O



primeiro estabeleceu um processo de controle social com vistas ao enriquecimento dos grandes proprietários de Buenos Aires e do Interior por meio da ordem, Igreja, fé, obediência e disciplina. Rosas é apresentado como um capitalista que era experto em apascentar vacas tão bem como apascentar homens e povos. O grande legado de Rosas, o de unificar o país é tratado por Peña como uma grande camisa de força: a economia local ficou travada, sem base para uma independência política. A consequência disso foi um processo de conservadorismo político. Nem antes de Rosas, nem depois de Rosas a Argentina perdeu sua característica central e funcional: a de um país agropecuário, semicolonial e dependente. Esse é o centro do pensamento trágico de Peña. Todos os grandes recortes históricos (rosismo, radicalismo, década infame, peronismo) incidem para a construção de um círculo de ferro que somente poderia ser rompido por um projeto socialista. Entretanto, haveria uma classe disposta para realizar tal tarefa? Peña encontra inúmeras limitações no proletariado nacional das décadas de 1950-1960. Por isso, sua visão da história, como bem apontou Tarcus em sua tese é trágica.

Mas essa visão histórica nacional não afastou o militante do debate político. Foi no contexto da construção de uma prática política desligada, ou pelo menos afastada do morenismo e dos agrupamentos de esquerda ligados PCA ou PS que Peña lecionou um curso sobre os princípios básicos do marxismo, em 1958. Nesse texto é possível visualizar a recusa completa das ideias simplificadoras do stalinismo, ao mesmo tempo em que nutria aproximações com autores como Henri Lefebvre, Antonio Gramsci, Antonio Labriola, Ernst Bloch, Georg Luckás, León Trotsky, entre outros. As citações desses autores aparecem em quase todas as reuniões realizadas. É importante ressaltar a qualidade dos discursos num momento em que fervilhavam por toda a nação inúmeros “manuais de marxismo”, “tratados sobre o materialismo dialético”, “obras de filosofia marxista”. A maioria dessas produções acabava por representar as opiniões dos partidos a que pertenciam seus autores. Apresentavam, portanto, limites inerentes ao próprio impasse, por exemplo, de não ser permitido a consulta a certos autores. Peña, pelo contrário, transita com muita liberdade de Lefebvre a Trotsky, realizando diálogos



constantes entre esses autores. Sem dúvidas, essa abertura possibilitou uma produção mais rica e fecunda.

Se a tarefa da principal obra de Peña era ruir com os mitos que a burguesia havia criado para construir seu projeto de história nacional, nesse curso *Introducción al pensamiento de Marx* nosso autor preocupou-se em romper os mitos que a esquerda havia criado, seja em torno da noção de intelectual, seja em torno do marxismo. Resgatando fontes como as do próprio Marx, o militante destacou o caráter múltiplo do marxismo, que não se resumia a uma “vitrola tragamonedas”, onde se apertaria um botão e viria uma resposta dada, pronta, acabada. Todas as reuniões se construíram destacando os limites dessa visão considerada deturpada do marxismo. Suas aulas se construíram sob a égide da crítica á visão das correntes deterministas, estruturalistas e positivistas. Críticas a Louis Althusser, bem como ao filósofo italiano Galvano Della Volpe abundam nas suas comunicações em sala.

Para Peña, “(...) el marxismo es pensamiento vivo y viviente, que está en permanente confrontación con la realidad y consigo mismo, afirmándose y negándose a si mismo a cada instante, para poder afirmarse nuevamente en un nivel superior” (PEÑA, 2007, p.25). A dialética, caracterizaria portanto, o marxismo, diferenciando-o do modo de pensar do marxismo vulgar, e do marxismo dos burocratas que segundo Peña queriam transformar o pensamento marxista num dicionário, em que estariam classificado o que seria verdadeiro e o que seria falso.

Dada essa definição de marxismo, o próximo passo seria estabelecer uma problemática que permearia todo o curso. Peña formula e ao final retoma essa questão, abordando-a em alguns pontos de suas aulas. A questão central, como o autor bem coloca, apresenta extremas dificuldades de ser respondida de forma categórica e concreta: *que es y qué quiere el marxismo?* Todo o trabalho de Peña, no curso se erigiu sob essa questão.

Para responder tal questão, ou pelo menos propor respostas, dever-se-ia partir da concepção marxista do homem. O marxismo, de maneira geral, “(...) cree que siempre habrá problemas, luchas y conflictos. (...) cree que puede crear una vida más llena de



conforto y belleza, de solidaridad y libertad, és decir, una vida más propiamente humana” (PEÑA, 2007, p.29). Para isso seria fundamental que o homem se desalienasse. Aqui encontramos uma proposta interessante colocada em voga por Milcíades:

El concepto de alienación y de lucha por la desalienación, son la esencia, el corazón del pensamiento marxista. Alienación quiere decir que el hombre está dominado por cosas que él creó. Alienación quiere decir que el hombre ha proyectado partes de si mismo, las ha transformado en cosas, y que esas cosas dominan el hombre. (PEÑA, 2007, p.31)

Se por alienação Peña entende a dominação dos produtos sobre seus produtores, desalienação passa a ser entendida como a ruptura desse processo por meio da substituição dos lugares. De dominado a dominador. Somente quando o homem conseguir dominar aquilo que criou e que o oprime, poderá se reencontrar consigo mesmo, se tornar humano.

No segundo encontro com a turma, Peña voltou a destacar a alienação como central nos textos de Marx, não apenas como uma teoria presente nos textos da juventude, mas como uma ideia que transpassa todo seu pensamento. Assim, o Capital não seria mais que uma tentativa de desmascarar a alienação tal como ela aparece escondida em leis econômicas da sociedade capitalista. Por consequência, somente na teoria da alienação seria possível encontrar a chave da insistência do marxismo em considerar o proletariado como força de e pela emancipação da humanidade. Ao falar de emancipação, o autor parte para uma análise da relação do marxismo com a filosofia. Com citações de Hegel e do próprio Marx, a ideia de práxis é posta a claro. Nessa discussão, prática política apresenta-se como uma prática consciente. Ela, para o marxismo significa conhecimento profundo da realidade e ação plenamente consciente de transformação, baseada no conhecimento. Captar a realidade viva, na sua totalidade, com seus movimentos e contradições, com sua dialética própria, e ser agente histórico no processo de transformação dessa realidade apresenta-se, em Peña, como dialética.

Em *Introducción al pensamiento de Marx* já notamos como Peña insiste em combater o marxismo vulgar. A construção do conhecimento nessa forma deturpada de marxismo perpassa pela lógica apressada das coisas, em especial da realidade. Assim,



romper com a lógica formal e dominar a identidade real das coisas, dentro da sua totalidade, bem como captar as complexidades que qualquer real apresenta é sinônimo de problematizações inteligentes. Qualquer ordenamento engessado em doutrinações políticas como luz para interpretação de Marx apresentava limites estruturais.

Nas outras quatro reuniões que se seguiram Peña insistiu na centralização da categoria de alienação e na importância dela no pensamento de Marx. Ao abordar a temática da consciência e da teoria do reflexo, procurou destacar que a relação sujeito-objeto é marcada, no marxismo pela interação. Assim, “(...) mejor que de reflejo, hay que hablar de interacción, de relación, de proyección del objeto en el sujeto, y de proyección del sujeto en el objeto.”(PEÑA, 2007, p.66) O sujeito reflete na sua consciência o objeto, ao mesmo tempo em que o objeto acaba sendo um reflexo ao sujeito que foi capaz de criá-lo. Portanto, o homem não apenas “se limita a tomar fotografias da realidade”, o homem constrói a realidade. Partindo desse princípio, o marxismo luta para modificar a consciência das classes oprimidas, destacando o papel revolucionário que tais classes possuem.

Entre os anos de 1957-1959, Peña se desvinculou definitivamente do grupo morenista. Além dos conflitos com a organização, devido a sua condição de intelectual e das disputas pessoais com Moreno, os anos 1950 acumularam inúmeras diferenças políticas entre Peña e o partido. O ponto decisivo da ruptura total com o morenismo foi, segundo Tarcus, os eventos que apontavam para a revolução em território cubano. Enquanto o jovem militante saudava a “primeira revolução socialista no continente” e se mostrava esperançoso de um contato das lideranças trotskistas argentinas com Che e seus camaradas, Moreno não tardou em relacionar os eventos como fruto das pressões da burguesia nacional. Fidel Castro foi considerado um Kerenski cubano (TARCUS, 1996, p.354).

Outro fator importante para o distanciamento de muito militantes do morenismo foi a prática do entrismo, conforme destacamos anteriormente. A decisão por tentar conquistar as “massas trabalhadoras” desde dentro do peronismo causou rupturas dentro do movimento. Pepe Speroni, um dos mais antigos membros do partido rompeu com



Moreno e passou a publicar debaixo da revista *Liberación Nacional y Social*, que vigorou entre 1960-1961. Entre os anos 1963-1964 passou a ser conhecida apenas como *Revista de Liberación*. Peña, amigo pessoal desde tempos de Speroni, não tardou a fazer parte do novo projeto. A revista, nos primeiros números buscou tratar temas sindicais, bem como da política nacional e internacional, dirigindo-se a amplos setores da esquerda nacional.

Nos números que se seguem, Peña continuou escrevendo sob o pseudônimo de José Golán. No segundo número tratou da Revolução Cubana, dando ênfase ao fato de que nesse evento, diferente do peronismo o povo participava diretamente das decisões e o poder. No terceiro número, intitulado *A propósito de un artículo apologético sobre el mito del 17 de octubre* Peña rebate a um próprio membro do grupo, que havia publicado um artigo de apologia nacional-popular. Enrique Morandera, também conhecido como Mora, tentou valorizar os quinze anos das jornadas do 17 de outubro e foi duramente criticado. O número quatro da revista apresentava um Peña já distante do nacional-populismo. No novo artigo o militante criticou severamente o livro publicado por Jorge Abelardo Ramos *História política del ejército argentino*. Peña tratou a nova publicação como “un manual para las fuerzas armadas” (TARCUS, 1996, p.360).

Como analisado por Tarcus, o trabalho mais importante neste momento foi *16 tesis sobre Cuba*, considerada uma refutação sistemática às teses sobre a mesma questão que foram escritas por Nahuel Moreno no livro *La revolución latino-americana* (tal livro, publicado em 1962 foi escrito sob o pseudônimo de Hugo Bressano). Percebendo as dificuldades de manter em pé sua posição inicial, a nova publicação é um acerto de contas consigo mesmo. Agora, em *La revolución* o movimento levado a cabo em Cuba parece confirmar o ideário trotskista de revolução permanente. Assim, Cuba e também a própria China de Mao, haviam cumprido a função de mostrar que a revolução pode partir de outras forças, que não seja o movimento obreiro industrial. Por isso, Moreno “(...) preconizaba la integración de los grupos trotskistas en los movimientos de masas, tanto en la Argentina (peronismo) como en Cuba (castrismo)” (TARCUS, 1996, p.362).



Peña, por meio das 16 teses destaca que o movimento levado em Cuba é revolucionário porque foi capaz de liquidar a propriedade privada capitalista dos meios de produção; eliminar o Estado burguês e planificar a economia. Cuba é assim o primeiro “Estado Obrero del Occidente”. No mesmo artigo e destacando a problemática da “atualização” ou não do marxismo frente a esse novo evento escreve:

La circunstancia de que en un país como Cuba la revolución haya triunfado y se haya levantado un Estado Obrero sin participación preponderante de la clase obrera, sin participación de un partido obrero; al contrario, bajo la dirección de un movimiento político pequeñoburgues y sustentado en la movilización de masas pequeñoburguesas y proletarias del campo, no constituye nada que ponga en duda o en crisis el método marxista de interpretación de la realidad. Excepto, por supuesto, por los dogmáticos que confunden el marxismo como una religión cuyo Dios se denomina proletariado y su hijo redentor el partido obrero que están en todas partes como el Espíritu Santo, y son responsables y únicos actores posibles de todas las obras piadosas en oposición a esse Lúifer llamado pequeña buguesia o proletariado rural que siempre y en todas las partes es encarnación del mal. (PEÑA, *ap.* TARCUS, p 363)

Contra o “obreirismo cego” Peña valorizou o Programa de Transição proposto por Trotsky e destacou que em certas condições históricas excepcionais os partidos até mesmo os considerados pequenos burgueses podem chegar mas longe do que eles imaginavam numa luta de libertação da burguesia. Se Moreno, por um lado, tentava usar a revolução cubana para justificar o entrismo, Peña concluía que as lições de Cuba mostravam exatamente o contrário, ou seja, contradiziam tal prática já que a libertação da classe trabalhadora somente seria realidade por meio do rompimento ideológico com a burguesia. Os laços mais fortes dessa relação seriam o próprio peronismo e a burocracia sindical. Seria impossível qualquer revolução por meio do entrismo. O morenismo, segundo Peña, estava trilhando o caminho errado. A crítica centrou-se principalmente no pragmatismo do partido, na leitura dogmática do marxismo e por fim no fetichismo da classe trabalhadora.

Sobre o silêncio velado por parte da esquerda, Peña conseguiu por em prática o projeto que possuía de publicação de uma revista. Trata-se de *Fichas de Investigación económica y social*, cujo primeiro número apareceu em abril de 1964 e que acabou perdurando mesmo após a precoce morte de seu diretor. No primeiro número dedicado especialmente a tratar da evolução industrial e das classes dominantes argentinas, Peña



escreveu sob o pseudônimo de Gustavo Poli dois artigos: *Es la argentina la Tierra Prometida de la movilidad social en la industria?* e *Rasgos biográficos de la famosa burguesia industrial argentina*. Sob o pseudônimo de Victor Testa escreveu *Crecimiento (1935-1946) y estancamiento (1947-1963) de la producción industrial argentina*. No primeiro artigo, fruto de um trabalho coletivo, Peña realçou aspectos que já havia apresentado em outros espaços, principalmente em seu livro *Masas, caudillos y elites*. Analisando os documentos das sociedades anônimas industriais no período de 1945-1960, o autor concluiu que não houve mobilidade ascendente dentro da fração das classes dominantes industriais. Nos demais artigos ele se esforçou em trazer a luz debates em torno das classes dominantes argentinas, destacando as disparidades entre industriários e latifundiários.

Nos números que se seguem, inúmeros artigos são publicados por Peña debaixo de vários pseudônimos. Tarcus destaca que, em 1965, com oito números já publicados em sequência bimestral, o projeto Fichas aparece consolidado no cenário das esquerdas. Em 1964, Peña teve mais um filho, além de Clara Peña, que recebeu o mesmo nome do pai Milcíades Peña Filho. Nesse mesmo tempo a empresa de marketing que Peña havia tentado instalar em Buenos Aires parecia ser promissora. Tudo parecia estabilizado. O número 8 de Fichas anunciava para a próxima edição um artigo de Peña intitulado *Preguntas y respuestas sobre el peronismo*. No início da revista número 9 uma nota trágica:

El 29 de diciembre de 1965 quedaban abandonados sobre el escritorio de Milcíades Peña los bocetos de "Preguntas y Respuestas sobre el peronismo". Su autor, a los 32 años de edad, había muerto repentinamente dejando trunco su trabajo. Con su desaparición FICHAS pierde mucho más que el artículo prometido para este número, pierde su principal inspirador y consejero. Pero el estudioso que sentía palpitar en él los problemas del país y de nuestro tiempo, el intelectual que dedico su vida al análisis y desmenuzamiento de la estructura y de las relaciones del poder de nuestro país, como paso previo hacia su transformación revolucionaria conciente há dejado una valiosa herencia. Los miembros de la Junta de Editores de Fichas están trabajando ya sobre el abundante material (estudios, artículos, esbozos) dejado por Peña con el fin de poder entregarlo a sus lectores. Ese es el mejor homenaje que pueden hacer a la memoria de Milcíades Peña, revolucionario, maestro, amigo. (FICHAS, 1966, p.3)



O testamento político de Milcíades Peña e a força social de seu pensamento e da própria concepção histórico-nacional que desenvolveu nos seus vinte anos de estudo só tem sentido quando alocados dentro dos quadros da esquerda nacional. As transformações que afetava diretamente os organismos políticos na Argentina da metade do século XX causaram impactos precisos e fundamentais no pensamento e na militância de Peña. Ele foi, sem dúvidas, um intelectual *aguafiestas*ⁱⁱⁱ.

* Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Linha de pesquisa: Estado e Poder. Professor de História e Sociologia da rede pública e particular de ensino do Estado do Paraná. Contato: jeudaitch@hotmail.com



O PCB e a revolução nacional-democrática: debates em torno das questões nacional, burguesa e camponesa na formação da nova linha política do partido (1954-1960)

*Thomaz Joezer Herler**

Resumo:

Neste artigo, propomos a análise da formação do paradigma pecebista de “revolução nacional-democrática”, que consistia em uma estratégia para tornar possível a revolução socialista no Brasil a partir do pensamento etapista. Neste momento, a direção do partido, analisando a existência de resquícios “feudais” no Brasil, principalmente no campo, verifica a necessidade de uma série de reformas que deveriam ser feitas, com o apoio da burguesia, dos nacionalistas e dos camponeses, para superar este atraso histórico em que o país se encontrava. A partir deste momento, o PCB passará a enfocar a necessidade de formação de uma “frente democrática” que uniria comunistas, nacionalistas e trabalhistas na luta contra a direita golpista, composta por latifundiários aliados dos imperialismo estadunidense.

Palavras-chave: PCB; revolução nacional-democrática; questão agrária; questão nacional; revolução burguesa.

Antes de problematizarmos este processo de mudança ocorrido no PCB entre 1954 e 1958, devemos levar em consideração que a questão nacional-democrática já era debatida desde meados dos anos 1940 no partido, vindo a tomar maior forma no período aqui abordado. Segundo Angelo Priori, já durante o período de guinada para a esquerda entre 1948 e 1950, inspirados por Stalin, os comunistas do “partidão” discutiam a “necessidade da formação de uma frente popular de libertação nacional que fosse capaz de derrubar a ditadura de Dutra e instaurar um governo democrático e popular no país” (PRIORI, 2003, p. 64). A grande diferença é que, durante o recorte temporal aqui delimitado, importante para o amadurecimento de uma “Nova Política”, o partido abandonou progressivamente a ideia de revolução armada ao passo que abraçará uma concepção de “revolução por via pacífica”.

Para compreendermos o projeto de “revolução nacional-democrática” aprofundado neste período, o primeiro ponto que se faz necessário frisar é a importância que a defesa das liberdades democráticas tomou para a consolidação dos interesses



políticos do PCB. Esta preocupação tornou-se urgente principalmente devido a dois fatores: as recentes alianças com os trabalhistas e nacionalistas, que possibilitavam ao partido uma maior mobilidade, e a eminente ameaça de golpe pela reação liberal, encabeçada principalmente pela UDN. Segundo Raimundo Santos, a luta pela permanência destas liberdades democráticas “abria caminho para que a luta pela democracia política não só adquirisse caráter amplo, mas se convertesse, ela própria, num patamar de participação das massas na política” (SANTOS, 2003, p. 231).

Como já foi visto no tópico anterior, o suicídio de Vargas em 1954 abriu as portas para toda uma redefinição do cenário político brasileiro. Este passou a ser polarizado, principalmente, por uma ala progressista, constituída por nacionalistas de esquerda, trabalhistas e comunistas, e uma ala conservadora, constituída principalmente por liberais udenistas e latifundiários. Sendo assim, é importante frisar que a formação de uma “Nova Política” e a redefinição de um projeto de “revolução nacional democrática”, ocorrido neste período de 1954 à 1958 só pode ser compreendido dentro da conjuntura política em que estava inserido. Segundo José Antonio Segatto,

Premido pela realidade dos fatos e pelos acontecimentos, o PCB viu-se obrigado a assumir (mesmo com reservas) a defesa da Constituição, a importância das liberdades democráticas, da unidade ampla das forças democráticas e progressistas, a possibilidade de transformações nos quadros do regime vigente (SEGATTO, 2003, p. 125).

Juntamente à redefinição do cenário político nacional, assoma-se o período de relativa estabilidade formado durante o governo JK, que também foi um fator crucial para o abandono da perspectiva insurrecionalista cultivada pelo PCB após a cassação. Neste momento, foram problematizadas questões tidas como pressupostos para a atuação pecebista, tais como

a compreensão da Constituição de 1946 como ‘código de opressão contra o povo’, das eleições ‘como farsa’ (...) e de que as transformações e as liberdades democráticas só poderiam ser realizadas e vigorar com a implantação de um ‘governo democrático de libertação nacional’ (SEGATTO, 2003, p. 125).



Além desta questão, faz-se importante compreender o impacto que o XX Congresso do PCUS, em 1956, teve não só no PCB, mas nos partidos comunistas do mundo inteiro. A denúncia dos vários crimes de Stálin durante este congresso, bem como o processo de “desestalinização” iniciado após o mesmo, iniciariam um processo de autocrítica, debates intensos e até mesmo rupturas em diversos partidos. Segundo Santos, para os comunistas brasileiros,

após anos de assimilação acrítica, não era nada simples pôr em dúvida o marxismo-leninismo codificado por Stálin, nem resultava fácil para a mentalidade comunista dos anos 50 acreditar na veracidade dos crimes agora denunciados pelo impetuoso secretário-geral do PCUS, Nikita Kruchov (SANTOS, 2003, p. 233).

Para alguns partidos, como o Partido Comunista Italiano (PCI), o XX Congresso teria sido um “estímulo para sair da passividade, do burocratismo e do formalismo dos muitos anos de stalinismo” (SANTOS, 2003, p. 233). Para o PCB, apesar de muitos paradigmas stalinistas não terem sido rompidos (como o de “etapa”, por exemplo), os debates que ocorreram no ano de 1957 trouxeram diversos resultados no que diz respeito à compreensão da realidade brasileira e, conseqüentemente, as posturas a serem tomadas. Nos documentos oficiais,

o pleno reconhecia abertamente que, no quadro político subsequente ao suicídio de Getúlio, tinha-se criado a possibilidade para uma ampla mobilização capaz de mudar os rumos da política governamental. O governo de Juscelino, visto agora mais claramente como fruto da vitória da coalização antigolpista, expressava as aspirações “à independência, à paz, à democracia e ao bem-estar do povo”, embora tal governo (aqui voltava o programa de 54) continuasse defendendo os interesses dos “latifundiários e grandes capitalistas ligados aos monopólios norte-americanos”. A possibilidade de “mudar a política” passava pela disputa entre o setor patriótico e democrático e o entreguista, até golpista, no interior do governo. Em suma, a conjuntura era considerada favorável “à criação e rápido desenvolvimento de um movimento unitário e de massas em condições de encaminhar a questão nacional e democrática” (PRESTES *apud* SANTOS, 2003, p. 247).



A partir de então, devido a tais mudanças tanto na linha política do PCB quanto na situação conjuntural, irá haver uma tomada de posicionamento dos comunistas no que tange à questão do nacionalismo. Neste momento, o nacionalismo toma uma nova importância, pois é capaz de catalisar, agrupar diferentes grupos e classes sociais sob uma mesma bandeira anti-imperialista e antigolpista. Devido a isto, o Partido precisou posicionar-se em relação à ideologia nacionalista para nortear a sua luta. Neste sentido, Calil Chade, dirigente nacional do partido, traçou diferenciações entre

o nacionalismo de “nação oprimida” e o nacionalismo visto do “prisma exclusivo” da contraposição entre o internacionalismo proletário e o nacionalismo burguês; movimento político real policlassista, como corrente de opinião de sentido progressista, diverso do nacionalismo como ideologia e política da burguesia, que deveria ser combatido (CHADE *apud* SANTOS, 2003, p. 249).

Dentre outros quadros do PCB que desenvolveram importantes noções de nacionalismo, encontra-se Nelson Werneck Sodré, tendo sido na década de 1950 um dos poucos marxistas membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Segundo Caio Navarro de Toledo, Sodré defendia que, no caso brasileiro

O nacionalismo não era, pois, uma especulação ou criação artificial de ideólogos; ele estava inscrito na própria face da realidade subdesenvolvida. Se em outros lugares (nações desenvolvidas) adquiriu feições opressivas e mistificadoras (nazismo e fascismo), entre nós, no entanto, ‘o nacionalismo apresenta-se como libertação’. (...) A consciência nacionalista não seria, pois, uma consciência falsificada nem serviria como instrumento de dominação de classe; ao contrário, consciência lúcida e clarividente, serviria à libertação nacional (TOLEDO, 1998, p. 263).

Tendo sido explanados alguns dos fatores conjunturais que levaram à construção do que seria concebido como “revolução nacional-democrática”, agora se faz necessário abordar separadamente as questões “agrária”, “burguesa” e “nacional”, sendo as três desdobramentos daquela. Estes problemas, que passaram a ser maior alvo de preocupações neste momento, faziam com que os militantes ponderassem o papel do



campesinato na revolução e sobre as possibilidades de aliança, nesta etapa da revolução, com uma suposta burguesia antiimperialista e com correntes políticas nacionalistas. Começaremos abordando a importância da “questão agrária”.

1. Questão agrária

Embora esta questão sempre tenha sido tratada pelo partido, ela veio a tomar maior intensidade a partir de meados dos anos 1940. Segundo Angelo Priori, o pequeno espaço de tempo em que o PCB esteve na legalidade, entre 1945 e 1947, “possibilitou ao partido ampliar o debate acerca dos problemas da sociedade e inserir o tema do campo entre suas preocupações” (PRIORI, 2003, p. 61). Segundo ainda o mesmo autor, em grande parte o fato dos problemas dos camponeses ser tratado marginalmente dentro do partido se devia à forte influência da III Internacional Comunista na formação dos mesmos. As diretrizes da III IC ponderavam que “o camponês, o rural e a exploração agrícola deveriam estar sempre subordinados às questões colocadas pelo operariado, que é quem representa a ‘positividade histórica’” (PRIORI, 2003, p. 68).

Após ser colocado na ilegalidade durante o governo Dutra, o partido, no “Manifesto de janeiro de 1948”, dá um forte enfoque à questão dos camponeses e sua importância na revolução. Caracterizando o governo Dutra de “golpista e reacionário”, Prestes também critica “a realidade econômica e social do Brasil, caracterizando-o como um país ‘semifeudal e semicolonial, que vivia sob uma ditadura dos ‘senhores de terras, grandes industriais e banqueiros e de agentes do imperialismo estrangeiro, particularmente o norte-americano’”. Assim, o dirigente Luís Carlos Prestes pontua neste manifesto, como única saída, a construção de um “programa positivo visando a solução dos problemas da ‘revolução agrária e antiimperialista’”, para que se conseguisse mobilizar as massas a fim de que resistissem à reação e lutassem pela derrubada do então governo, concebido como de traição nacional (PRESTES *apud* PRIORI, 2003, p. 62-63).



Neste sentido, o então dirigente do PCB Maurício Grabois concebia que existiam

todas as condições para o desencadeamento de grandes lutas nas grandes concentrações camponesas em virtude da crescente miséria e exploração das massas camponesas, quer sejam assalariados agrícolas agregados, colonos, arrendatários, pequenos e médios sitiantes (GRABOIS *apud* PRIORI, 2003, p. 64).

Como estratégia, o PCB passa a considerar necessário levantar algumas reivindicações que fossem relacionadas às necessidades de cada segmento da população camponesa. Dentre estas reivindicações, estariam “melhores condições de trabalho, melhores e maiores prazos nos contratos de arrendamento, abolição dos vales de barracões e armazéns, liberdade para vender os produtos, crédito barato, garantia de preços mínimos, habitação e o pagamento do salário mínimo para os assalariados” (PRIORI, 2003, p. 65).

Apesar destes avanços relacionados à questão agrária, apenas no IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954, que as teses do Manifesto de Agosto de 1950 serão reforçadas. Neste momento, são reforçadas as necessidades de se ter um programa agrário radical, definidas por Oto Santos (pseudônimo de Calil Chade) como

um programa que levante a luta pela liquidação dos latifúndios, pela extinção dos restos feudais escravistas, pela entrega gratuita e sob forma de propriedade privada das terras dos latifundiários aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nela queiram trabalhar (SANTOS *apud* PRIORI, 2003, p. 68-69).

Este reforço de preocupações com as questões dos camponeses se dava, especialmente, pelas especificidades da realidade brasileira. Enfatizava-se a concentração de terras nas mãos de uns poucos latifundiários, aliados do imperialismo norte-americano, bem como a predominância de relações de trabalho, mesmo onde a penetração do capitalismo era maior, com traços feudais e semi-escravistas (PRIORI, 2003, p. 69). Pode-se dizer que estas considerações foram o grande foco dos debates do



PCB sobre a questão agrária desde meados da década de 1940 até o golpe civil-militar em 1964. Tais debates, bem como as diretrizes que se formaram durante todo este tempo, foram fruto de diversas análises e produções intelectuais de membros do partido. Faz-se assim necessário focar algumas destas teorias.

Dentre os que, no interior do PCB, desenvolveram teorias que sustentavam a existência de um misto de relações feudais e capitalismo no Brasil, destacam-se Nelson Werneck Sodr e e Ign acio Rangel. Sodr e defendia que

o feudalismo teria penetrado no país desde a fase colonial, ocupando extensas parcelas do território nacional. No decorrer dos tempos, as fazendas escravistas – voltadas para a exporta o – foram sendo envolvidas por rela es de natureza feudal. Ampliou-se a domina o feudal no campo, fazendo do “vasto mundo de servidão no campo um espetáculo dos nossos dias no Brasil”. Assim a oposi o entre senhores e escravos foi progressivamente substituída pela contradi o entre senhores e servos (TOLEDO, 1998, p. 264).

Ainda, segundo Carlos Alberto Dória, Sodr e defende que o feudalismo foi introduzido no Brasil ainda pelos portugueses, que tinham sua estrutura social baseada em senhores feudais, mercadores e plebe. Teria se desenvolvido no Brasil a partir do século XVI, com a separa o entre a agricultura escravista e o pastoreio, sendo este apêndice a atividade agrícola, influenciando na forma o da sociedade brasileira e nas rela es no campo. Em seu livro “História da burguesia brasileira”, Sodr e corrobora que:

No sertão surge uma sociedade diferente, com o laço de dependência pessoal nítido entre o servo e o senhor, além do laço econômico da presta o de serviço ou da contribui o em espécie. (...) No sertão, a sociedade apresenta os traços que a assemelham com a sociedade medieval. Nele, ocorrem estratifica es  ticas, como as que resguardam a família, gerando questões de honra resolvidas pela violência, ou as que distinguem o poder senhorial, como a existência de forças irregulares, ou as que definem o banditismo e mesmo as rebeliões, que aparecem disfarçadas em heresias religiosas. Trata-se de uma sociedade feudal de traços evidentes. Nela, realmente, o trabalhador   livre, no sentido de que não   escravo; não recebe s l rio, entretanto, antes



contribui para o senhor com serviços e bens em espécie (SODRÉ *apud* DÓRIA, 1998, p. 217-218).

Tendo sido formada no Brasil enquanto uma atividade econômica secundária, esta se converteria, segundo a análise do autor em questão, ao feudalismo, com a decadência de áreas outrora vinculadas ao pólo dinâmico da economia. Devido à existência de uma vasta disponibilidade de terras, formar-se-iam vazios que tenderiam a ser ocupados por uma forma de economia pré-capitalista, ausente do mercado, baseada na ocupação de terras para a subsistência e em relações de trabalho servis. Em outras regiões, poderia ocorrer a combinação de ambas as formas de exploração do trabalho, havendo a extração de uma renda capitalista, pelo trabalho assalariado, e de uma renda pré-capitalista, gerada pelo trabalho servil. Sodré enfoca, neste caso, os problemas que decorreriam destas áreas onde permeariam tais relações feudais, descritas como “atrasadas” em contraposição a uma economia mais moderna, gerando assim intensas disparidades sociais e econômicas no interior do país (SODRÉ *apud* DÓRIA, 1998, p. 219-220).

Já Ignácio Rangel, também importante teórico marxista a desenvolver teses sobre a economia brasileira e a questão agrária, defendia a ideia que a “dualidade” era a lei fundamental da economia brasileira. Segundo Dória, as relações feudais no Brasil eram explicadas pelo fato de

ao longo do período colonial a estruturação da economia escravista, criando uma lavoura estável, também deu condições de passagem para o regime feudal ‘onde a propriedade da terra é suficiente para conferir ao seu detentor o comando supremo da riqueza móvel e do próprio homem’; ou seja, para uma definição válida do latifúndio se requer simultaneamente ‘o conhecimento das leis que regem uma economia feudal, e das que regem uma economia capitalista, porque o latifúndio é, essencialmente, um instituto misto: feudal-capitalista (DÓRIA, 1998, p. 210).

Este raciocínio que concebia a economia brasileira enquanto “economia mista” se apoiava, por sua vez, no argumento que a história do Brasil tem sua evolução não-



dependente apenas de forças internas, mas também externas. Sendo assim, deduz-se que a economia brasileira é “internamente feudal e externamente capitalista” (RANGEL *apud* DÓRIA, 1998, p. 210). Por isso, haveria a necessidade de estudar as relações internas ao latifúndio em função das leis que regem uma economia feudal, contudo sabendo-se que a este latifúndio, no caso específico brasileiro, se aplicariam todas as leis que regem a economia capitalista (RANGEL *apud* DÓRIA, 1998, p. 212).

2. Questão burguesa e nacional

Antes de tudo, é importante frisarmos que estas preocupações com as possibilidades de aliança com a burguesia e os nacionalistas se fazem presentes no PCB desde meados da década de 1940, principalmente no curto período entre 1945 e 1947 em que o partido gozou de legalidade. A questão burguesa e nacional, abordadas aqui em um mesmo tópico, são difíceis de ser pensadas separadamente devido à forma como o processo político foi encaminhado no Brasil, principalmente dentro da leitura de Lúcio Flávio de Almeida. Segundo este autor, nestes dois anos os comunistas privilegiaram a aliança com a burguesia nacional, não conseguindo, contudo, a adesão esperada por parte desta classe. Isto ocorria, principalmente, devido à relação da mesma de subordinação ao imperialismo norte-americano e à propaganda anticomunista proveniente da “Doutrina Truman” (ALMEIDA, 2003, p. 89-90).

Após ter tido sua legalidade cassada em 1947, o PCB, passando por um processo de “guinada à esquerda”, adotará uma postura considerada fortemente sectária pela maioria dos estudiosos do partido, isolando-se da dinâmica social. Os manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950 materializarão este processo, colocando inclusive setores das classes dominantes burgueses e progressistas enquanto traidores (ALMEIDA, 2003, p. 92). Especialmente o “manifesto de agosto”, denunciando as ações repressivas do governo Dutra,

conclamava à formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional a ser constituída pelos “democratas e patriotas”, sem distinção de credo religioso, filosófico ou mesmo de posição política, “homens e



mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais das forças armadas”. Ficavam de fora os círculos politicamente mais reacionários das classes dominantes, ou seja “os grandes comerciantes e industriais, os banqueiros e latifundiários”. Tratava-se de “classes caducas e impotentes, incapazes de resolver qualquer problema nacional, de tirar o país do atraso crônico”; traíam abertamente e se lançavam “com fúria e desespero contra os patriotas” que se engajavam na luta “pelo progresso e pela independência do Brasil” (ALMEIDA, 2003, p. 93).

Com o suicídio de Vargas em 1954, juntamente com a redefinição do cenário político brasileiro entre golpistas e antigolpistas, a perspectiva do PCB sofreria fortes mudanças. Juntamente com a aliança com os trabalhistas, o PCB também buscava aproximação com algumas correntes militares nacionalistas tendo em vista que estas “apresentaram grande capacidade de resistência e, inclusive, de articulação com políticos profissionais, membros de associações científicas, segmentos da burguesia industrial e movimentos nacionalistas que surgiam entre as classes populares” (ALMEIDA, 2003, p. 97).

Posteriormente, as mudanças ocorridas durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foram de vital importância na formação da percepção que o PCB teria sobre a burguesia brasileira e uma possível aliança com a mesma. Segundo José Antonio Segatto, dentre os fatores que incidiram nas análises e formulações do partido, possui destaque o grande desenvolvimento capitalista do Brasil neste período, pois com a implementação do “Plano de Metas”,

sofreu uma importante e fundamental reorientação, entrando numa nova etapa, o que implicou não só uma mais “ampla e profunda transformação do sistema econômico do País”, mas também a “reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial” (Ianni, 1977:142 e 170) – nesse contexto, as teses da “colonização crescente do país” para “conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas” e manter o Brasil como “produtor e exportador de matérias-primas baratas”, além de a economia brasileira estar “sendo transformada em simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos”, ou, ainda, a proposição da impossibilidade do desenvolvimento capitalista sem uma “revolução democrática de



libertação nacional” foram, no mínimo abaladas (IANNI apud SEGATTO, 2003, p. 125).

Tendo consciência do desenvolvimento capitalista que ocorria neste momento, bem como da relativa estabilidade democrática do período, o partido apoiou com ressalvas o governo JK. Segundo Almeida, embora houvesse discordâncias entre os comunistas e a política implementada pelo presidente, um dos fatores que tornava importante o apoio ao governo era o fato de ter sido eleito por uma “ampla coalizão antigolpista” (ALMEIDA, 2003, p. 106). Ainda, é importante destacar que “o governo JK realizou a imensa proeza de eliminar o monopólio udenista da confiabilidade frente aos atentos sensores dos EUA, ao mesmo tempo em que manteve, redefinida e reluzente, a aura do nacionalismo” (ALMEIDA, 2003, p. 103). Sendo assim, fazia-se necessário apoiar aquele mandato para manter a estabilidade política interna.

Contudo, é necessário ressaltar que o apoio do PCB ao governo JK se deveu a várias outras questões. Durante este mandato, foi imprescindível a inserção dos nacionalistas na estrutura institucional para a mudança de perspectiva do partido em relação a alguns setores da burguesia. Estes nacionalistas, tanto militares quanto civis, possuíam um discurso fortemente voltado à soberania nacional e à utilização adequada dos recursos naturais do país, atuando assim em prol do desenvolvimento do capitalismo industrial e dependente no Brasil. Tendo, em meados dos anos 1950, afinidade com a democracia e com a defesa da mesma contra os golpistas, estes possuíam uma forte capacidade de expansão de suas atividades e articulações. Estas incluíam “mobilizações de massa, estreitos contatos com frações burguesas desenvolvimentistas, crescentes círculos intelectuais e jogo parlamentar” (ALMEIDA, 2003, p. 101).

Esta modalidade de nacionalismo que se desenvolveu durante o governo JK, chamada por Lúcio Flávio de Almeida de “nacional-populismo” e “nacional-desenvolvimentismo”, buscou “uma redefinição de dependência, não a eliminação desta”. Mesmo acarretando em atritos eventuais com os Estados Unidos, estes conflitos deveriam ser “administrados” de modo a não ultrapassarem os limites necessários à



convivência entre ambos os países (ALMEIDA, 2003, p. 102). Deste modo, tal ideologia percorreria “o fio da navalha entre o antiimperialismo e a política de submissão incondicional propugnada pela Cruzada Democrática” (ALMEIDA, 2003, p. 103).

Tudo isto provocava nos militantes pecebistas um relativo otimismo. Estes acreditavam que

a própria gravidade da conjuntura tendia a aumentar o descontentamento popular e provocar um maior interesse das massas pela participação política e impelir as lutas dos trabalhadores em defesa de seus interesses. Também era inevitável o acirramento de contradições no interior das classes dominantes, com reflexos nos partidos, no Judiciário, nas Forças Armadas, nos parlamentos e governos federais, estaduais e municipais. A tendência apontava “para o desenvolvimento das correntes patrióticas e democráticas dispostas a oferecer resistência aos entreguistas e partidários de guerra” (ALMEIDA, 2003, p. 107).

Apesar de todas as divergências, o PCB apoiava a política de desenvolvimento capitalista, acreditando que não estando na etapa socialista, mas sim antiimperialista e antifeudal, o apoio a esta política era condizente aos interesses do proletariado e do povo. Ainda, ressaltava-se que nesta conjuntura, fazia-se necessário manter uma frente única que, unida com os burgueses e nacionalistas, fizesse oposição ao imperialismo e seus aliados. Esta necessidade tática fazia com que o partido concebesse que as contradições entre a burguesia e o operariado não eram significativas naquele momento (ALMEIDA, 2003, p. 116), dando enfoque à contradição entre progressistas e conservadores.

Todas estas questões foram fundamentais para a consolidação da “Declaração de março de 1958”, em que estariam calcadas as diretrizes da nova “linha política” que viria a consolidar-se no V Congresso do PCB, em 1960. Faz-se necessário agora esboçar uma síntese deste processo de mudança e das implicações destas nas ações a serem tomadas pelo partido.



3. Breve síntese da nova “linha política” do PCB

Como já vimos, todas as mudanças de perspectiva relacionadas tanto à questão agrária quanto à questão nacional e burguesa foram de suma importância para a formação da nova linha política do PCB. Esta, tendo sido inicialmente na “Declaração de março de 1958” e posteriormente consolidada no V Congresso do PCB, em 1960, solidificou as mudanças que vinham ocorrendo em função das mudanças do jogo político a nível interno e externo, bem como do resultado das análises da realidade brasileira.

Segundo Segatto,

O projeto político definido na “nova política” (1958-1960) do PCB estava todo ele montado em função do desencadeamento da “revolução brasileira”. De extração terceiro-internacionalista, informada pelo “marxismo-leninismo” e calcada na concepção de etapas e da hierarquia das contradições (principal, fundamental, secundária), a teoria da revolução pecebista continha também as noções (militares) de tática e estratégia. Definida a estratégia (equivalente de etapa) como antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, à tática cabia a definição da organização das lutas e da intervenção política momentânea (“soluções positivas”) – a tática incluía também a luta pela instauração de um governo nacionalista e democrático, passível de ser conquistado nos “marcos do regime vigente”. Paralelamente, a superação da contradição principal (entre a nação e o imperialismo e seus aliados internos) e fundamental (entre o monopólio da terra e o desenvolvimento das forças produtivas) permitiria a realização de uma revolução “democrática burguesa de novo tipo”. Esta por sua vez, seria um empreendimento a ser executado por uma frente única nacionalista e democrática (composta pelo proletariado, trabalhadores rurais, pequena-burguesia, burguesia nacional), na qual a classe operária, organizada e dirigida pela sua vanguarda (o partido), deveria deter a hegemonia. Efetuada esta etapa possível pela “via pacífica” – de “aproximação às metas revolucionárias” – o caminho do socialismo estaria aberto; impunha-se a avaliar se era conveniente ou não ativar ou moderar o processo em direção à ruptura final, à tomada do poder estatal, por meio de uma intervenção súbita (SEGATTO, 2003, p. 127).

Levando em consideração todas estas diretrizes táticas geradas pelo “diagnóstico” feito pelos membros do PCB sobre a etapa nacional-democrática da revolução, cabem algumas ponderações. É necessário considerarmos que esta nova



política comporta diversos aspectos inovadores, tais como a consciência da existência de um capitalismo em desenvolvimento no país, bem como a caracterização de nosso país enquanto dependente. De igual forma, foi de suma importância o reconhecimento da heterogeneidade presente no Estado brasileiro, compreendendo as várias classes e frações de classes que o mesmo comportava em sua estrutura. Como desdobramento desta compreensão, reconhecia-se também a luta de classes que atravessava o Estado, bem como a possibilidade das classes subalternas tomarem posições e defenderem seus interesses no interior do mesmo (SEGATTO, 2003, p. 127). Tudo isto, somado às possibilidades conjunturais de atuação dos comunistas pelas alianças com os trabalhistas e nacionalistas, levava à valorização das liberdades democráticas e à crença, cada vez maior, na “revolução por via pacífica” e na necessidade de defender a democracia contra as ações dos golpistas.

Ainda, se faz necessário enfatizar que, se por um lado esta nova política abria possibilidades de maior atuação do PCB no jogo político, ao lado de nacionalistas e trabalhistas, por outro o partido se veria por vezes em situações desfavoráveis. Estando o Brasil vivenciando, segundo o partido, a etapa nacional-democrática da revolução, acarretava-se na necessidade de abrir mão ao menos em curto prazo, da hegemonia no interior da frente única (ALMEIDA, 2003, p. 116-117). Segundo Almeida, possivelmente a não-priorização da contradição burguesia x proletariado pela direção pecebista foi longe demais. Para vários setores da burguesia brasileira, “a mesma realidade era vista com sinais trocados”, não sendo considerado o grande problema o imperialismo, mas sim as classes populares (ALMEIDA, 2003, p. 119).

Quanto à questão agrária, os pressupostos teóricos desenvolvidos por Ignácio Rangel, sobre a dualidade da economia brasileira, e Nelson Werneck Sodré, sobre a feudalidade na formação social brasileira, influenciaram diretamente no modo como o PCB olhou para o campo e os camponeses neste período. Considerava-se o campesinato enquanto uma classe com potencial revolucionário e importante nesta etapa, dado ao seu trabalho duramente explorado no latifúndio, bem como às más condições de vida derivadas do atraso no campo. Contudo, ao mesmo tempo, a ideia da existência de um



desenvolvimento capitalista e da priorização da burguesia enquanto a classe que deteria a hegemonia deste processo colocava o campesinato em subordinação aos interesses de outras classes, como o proletariado e a burguesia. Ainda, havia o agravante de, muitas vezes, tais classes e governantes com quem o PCB se aliava não estarem, de forma alguma, dispostos a executar qualquer mudança favorável à reforma agrária ou à melhoria das condições de trabalho no campo, como teria sido o caso do presidente JK (ALMEIDA, 2003, p. 106). Ainda segundo Almeida,

a forte presença das classes populares, inclusive do campo, era portadora de um potencial antiimperialista incompatível mesmo com amplos contingentes da “parte boa” do governo JK, aquela que o PCB pretendia reforçar. O nacionalismo que adotava não era antiimperialista, e sua democracia (burguesa) era de baixíssima intensidade (ALMEIDA, 2003, p. 121).

A partir do que foi analisado sobre a possibilidade de alianças com setores políticos burgueses e nacionalistas, podemos constatar que embora parecesse haver diversas possibilidades de atuação do PCB durante o governo JK, havia também vários limites. A concepção de “revolução por etapas”, aliada ao desenvolvimento capitalista brasileiro naquele momento, contribuía para com a aproximação dos dirigentes pecebistas a setores sociais que, por vezes, não se mostravam tão progressistas quanto era idealizado. A necessidade, contudo, de compor uma frente que pudesse consolidar a etapa nacional-democrática da revolução e impedir o avanço de grupos golpistas e pró-imperialistas fazia com que o partido abrisse mão, temporariamente, de algumas reivindicações importantes para o operariado e o campesinato. Afinal, se havia a necessidade de uma etapa nacional-democrática, os interesses da burguesia nacional tendiam a ser encarados por hora como interesses também das classes subalternas.

Bibliografia

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*/Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (orgs.). São Paulo: Cortez, 2003.



DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: *História do marxismo no Brasil vol. 3*/João Quartim de Moraes (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*/Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (org.). São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: *História do marxismo no Brasil volume 1: o impacto das revoluções*/João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho (org.). 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SEGATTO, José Antonio. O PCB e a revolução nacional-democrática. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*/Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (orgs.). São Paulo: Cortez, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro de. Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo. In: *História do marxismo no Brasil vol. 3*/João Quartim de Moraes (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

SILVA, M.; GUIMARÃES, Selva. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012, 144p. ISBN 978-85-308-0851-8.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste/Campus Marechal C. Rondon, linha de Pesquisa "Estado e Poder". Email: thomaz_j_herler@hotmail.com



Reflexões acerca do Ensino de História e de seu lugar na contemporaneidade

João Pedro Pereira Rocha*

A obra é antes do mais uma excelentíssima contribuição ao pensamento que se ocupa em refletir o espaço do Ensino de História na sociedade brasileira. Para tal feito os autores despenderam forças para construir uma discussão que coloca a formação de professores no centro e em diálogo com questões e problemáticas do século XXI e em particular àquelas que se aproximam do Ensino de História.

Sobre a biografia dos autores é correto afirmar, antes do mais, que ambos são referência para pesquisadores da Educação e do Ensino de História, com vasta publicação de livros e artigos, entre outros materiais. Para efeitos de pesquisa Marcos Silva e Selva Guimarães Fonseca se aproximam no debruçar-se sobre a formação de professores e, basicamente, este é o interesse primeiro desta obra.

No primeiro capítulo do livro, *Entre a formação básica e a pesquisa acadêmica*, os autores destinaram uma discussão em torno da formação de professores pensando a importância da pesquisa no processo de formação. Neste momento os escritos fazem um balanço sobre o modo como, nos últimos anos, a formação docente vem sendo trabalhada por pensadores e autores preocupados com a temática. Assim, é levantada uma discussão que privilegia uma abordagem centrada na complexidade presente na formação de professores e nos embates acerca do modo como os currículos universitários têm se posicionado em relação ao modelo adotado para formação dos futuros profissionais do ensino.

Em defesa da valorização do trabalho docente a partir da formação, os autores discorrem sobre o espaço da pesquisa nesse processo e de sua contribuição para a independência de professores mediante ações no processo de ensino e aprendizagem. Mas, não há somente uma discussão em torno da pesquisa para formação docente, há um resgate que vislumbra o período histórico onde houve uma clara cooperação em favor da desqualificação da formação de professores no Brasil: os anos do regime militar. Para os autores essa desqualificação estava exposta num processo que



alimentava uma formação dependente, no qual o profissional do ensino se encontrava sem habilidades para agir, mudar, ou mesmo refletir sobre suas ações e produções. O rompimento deste tipo formação, segundo os autores, ainda presente em muitas instituições de formação, é o verdadeiro desafio para universidades que deve se comprometer, entre outras questões, com a formação de sujeitos motivados para observação, reflexão, descrição, reorganização, sistematização e transgressão dos múltiplos acontecimentos e relações presentes no ambiente escolar (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 39), ações que estão intimamente ligadas às novas concepções e na valorização da pesquisa durante a formação docente.

Em *Tudo é história: o que ensinar no mundo multicultural?* Os autores se preocuparam em confeccionar uma discussão sobre o ensino de história e de seu espaço na sociedade atual. Pensando discutir o espaço-tempo em nossos dias, o multiculturalismo foi elencado como temática importante da atualidade e, por isso, não podendo passar despercebido ao ensino de história. Além de documentos que versam sobre regulações para educação, como PCN e LDBEN, foram utilizados alguns teóricos como Stuart Hall (2000) e Peter McLaren (2000). Dessa forma o termo multiculturalismo foi sendo incorporado aos projetos de poder, de representações de identidades, de autoridade, de dominação e resistência na lógica das sociedades capitalistas. É no embate, proporcionado pelo “multiculturalismo” que os autores concluem a importância de pensar um currículo de história voltado para relações entre os jovens e do modo como estes se relacionam como os saberes históricos. Assim, os autores indicam que, “... a construção de uma proposta curricular temática e multiculturalmente orientada, de uma perspectiva crítica e transformadora, depende de muito mais que uma reforma nos textos das diretrizes curriculares.” (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 64), sendo necessária uma reflexão dos professores de história sobre suas ações, o espaço escolar e as relações socioculturais que estão sendo estabelecidas no século XXI.

No terceiro capítulo, *Materialidades da experiência e materiais de ensino aprendizagem*, o primeiro passo é dado em prol de uma revisão da evolução



historiográfica a partir dos primeiros momentos do marxismo ainda no século XIX, passando pelos Annales e desembocando na história social inglesa e na história cultural da segunda metade do século XX. A discussão é a partir de reflexões sobre a cultura material e sua construção no meio historiográfico através do modo como o ensino de história pode dialogar com essa esfera do pensamento. Dessa forma os autores recorrem ao estudo de caso acerca dos museus, devido, principalmente, a sua capacidade em reunir objetos variados e que são representativos de diversas culturas. Para os autores os museus são importantes ao passado por evidenciar a multiplicidade de expressões do passado e que podem servir ao ensino de história.

O capítulo intitulado, *Imaginários e representações no ensino de história*, é um convite à reflexão sobre o espaço que pode ser destinado ao imaginário e representação do saber histórico no ensino de história, seja por professores ou alunos. Dessa forma, os autores centralizaram suas discussões em torno do documentário cinematográfico “Cabra marcado para morrer”, de Eduardo Coutinho, e do romance “Morte e vida severina” de João Cabral de Melo Neto. Sobre a obra de Eduardo Coutinho é citado, entre outras questões, a sua expressividade em relação à memória e as ações dos sujeitos em determinado momento da história nacional. Já a famosa obra de João Cabral é discutida a luz de sua contribuição em relação aos embates sociais e psicológicos que circundam as ações de Severino, personagem central da obra. Assim, os autores apontam para uma gama de caminhos e possibilidades que podem ser construídos a partir de ações dos sujeitos envolvidos com o ensino de história, seja no ensino ou na aprendizagem. O contato com o fazer histórico, informa os autores, será determinado a partir das problematizações e questionamentos levantados por alunos e professores (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 108).

No quinto capítulo, *A sala de aula e o espaço virtual*, os autores se preocuparam em discutir o espaço das novas tecnologias na educação, em especial no modo como professores e demais sujeitos envolvidos com o processo educacional lidam com estas. No campo da história, segundo os autores, os historiadores especializados em economia



e demografia teriam sido os primeiros pesquisadores a utilizarem computadores em seus trabalhos (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 111).

Sobre as contribuições das tecnologias do século XXI para o campo do ensino aprendizagem e da pesquisa em história, os autores são enfáticos em apontar necessária cautela em face da forte disseminação de informações e conteúdos em fontes da internet. Para Silva e Guimarães as tecnologias de fins do século XX modificaram a relação entre sujeito e conhecimento, com a pesquisa e a comunicação. No campo da pesquisa histórica os autores apresentam uma realidade que pode ser entrave para pesquisas rigorosas, seja as feitas pelo professor seja pelo aluno, que tem a sua disposição vários recursos com sites e blogs, e muito facilmente, repetem o que há em livros ultrapassados como se “toda a história” estivesse ali, resolvida (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p.113).

Em *Conclusões e perspectivas*, os autores finalizam a obra chamando atenção para a importância que há na formação de professores em virtude das exigências ou mesmo necessidades que se colocam ao ensino de história, em nossos dias. Dessa forma e sob o campo da formação de professores de história, é feita uma indicação para a prática docente: de pesquisar, selecionar, recortar e interpretar os fatos que serão discutidos em sala. Mesmo o uso de ferramentas para o processo de ensino, a exemplo dos livros didáticos, muitas vezes execrados por suas posições ideológicas, depende em muito do modo como o professor manuseia esta ferramenta. Com isso, e após as discussões levantadas, os autores centram seus esforços para indicar a importância e necessidade de pensar o espaço docente na cultura escolar e concorda com Schmidt (2012) em chamar atenção para valorização do professor em benefício da eficiência no ensino de história.

Ao fim da análise sobre a obra de Marcos Silva e Selva Guimarães Fonseca é possível afirmar que está é uma grande contribuição aos estudos que se ocupam de discussões sobre o ensino de história e de seu espaço na atualidade, no século XXI. Período em que ao professor de história é oferecida uma diversidade de problemas e possibilidades, e que estão postos em uma sociedade com altos níveis de desigualdade



social, onde as diferentes expressões culturais se manifestam em busca de espaço, muitas vezes acompanhado pelo conflito. Assim, um olhar panorâmico do livro permite visualizar discussões que aproximam o ensino de história do tempo presente: a formação acadêmica e sua relação com a pesquisa no ensino de história, a escolha do que ser abordado nas aulas de história, pensando a didática e a funcionalidade prática da história, os materiais e ferramentas para o trabalho docente em história, a representação do passado feita por professores e alunos, o contato com o saber histórico, por meio das novas tecnológicas, construído a partir do processo de ensino aprendizagem, são questões elencadas em vista da discussão sobre problemáticas que circundam o ensino de história em nossos dias.

A contribuição presente em *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido* também está no plano da valorização da carreira docente e nas orientações para ressignificações ao ensino de história, onde, aponta os autores, as ações humanas e os frutos destas podem ser discutidos em sala de aula. Nesse capítulo fica em evidência o trato com o espaço docente na cultura escolar, não podendo haver a possibilidade da substituição deste profissional por qualquer meio tecnológico, algo que contribuirá, entre outras, para a escassez do debate, da discussão e do questionamento.

Apesar do espaço ocupado pelas ferramentas tecnológicas no século XXI, e da sua importância para preservação e acesso a determinados documentos históricos (AMORIM, 2000), seu uso no ensino de história deve ser acompanhado de uma reflexão constante em prol de uma tomada de consciência que identifique as diferenças entre um museu virtual e o museu físico, que valorize a biblioteca como uma extensão da escola e vê nos arquivos a passagem para construção da reflexão histórica. Enfim, deve ser imperativo o pensamento de que o aluno precisa conhecer uma história próxima da sua própria história, algo que o auxilia na construção da consciência histórica (CERRI, 2011) e consequentemente torna o aprendizado em história significativo e voltado para uma dimensão mais profunda da vida humana (SCHMIDT; BARCA; GARCIA, 2011), indicações que encontram na obra de Marcos Silva e Selva Guimarães suporte fundamental para reflexões acerca do Ensino de História.

Referências Bibliográficas

AMORIM, E. D. Arquivos, pesquisas e as novas tecnologias. In: FARIA FILHO, L. M (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: autores associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000, p. 89-99.

BITTENCOURT, Circe. Apresentação. In: BITTENCOURT, Circe (org.). 12 ed. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 7-8.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 136 p. (Edição de Bolso – Serie História / nº 18).

SCHMIDT, M. A. A formação do professor de história e o cotidiano em sala de aula. In: BITTENCOURT, C.M. (org.) 12 ed. *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 54-65.

RÜSEN, J. Didática da história: passado, presente e perspectivas a parti do caso alemão. In: SCHMIDT, M. A; MARTINS, E. C. R; BARCA, Izabel (orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2011, p.23-49.

* Licenciando no curso de História da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB – Centro das Humanidades. joaopedrojp56@gmail.com